

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

JAILTON DE SOUZA LIRA

**A TRAJETÓRIA SINDICAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EM
ALAGOAS (1985 - 2010)**

MACEIÓ - AL

2012

JAILTON DE SOUZA LIRA

**A TRAJETÓRIA SINDICAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EM
ALAGOAS (1985 - 2010)**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação do
Centro de Educação da Universidade
Federal de Alagoas como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre
em Educação Brasileira**

**Linha de pesquisa: História e Política
da Educação**

**Orientadora: Profa. Dra. Edna Cristina
do Prado**

MACEIÓ - AL

2012

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

L768t Lira, Jailton de Souza.
A trajetória sindical dos trabalhadores da educação em Alagoas / Jailton de Souza Lira. – 2012.
197 f. : il.

Orientador: Edna Cristina do Prado.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 166-183.
Anexos e apêndices: f. 174-192.

1. Educadores – Valorização profissional. 2. Professores – Politização sindical. 3. Movimentos sindicais – Estratégias de ação. I. Título.

CDU: 371.15

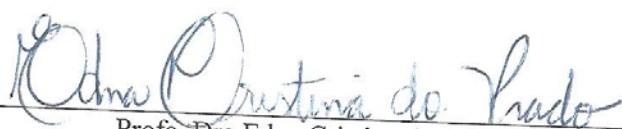
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Trajetória Sindical dos Trabalhadores da Educação em Alagoas

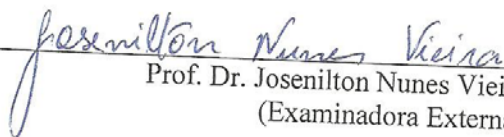
JAILTON DE SOUZA LIRA

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 02 de julho de 2012.

Banca Examinadora:



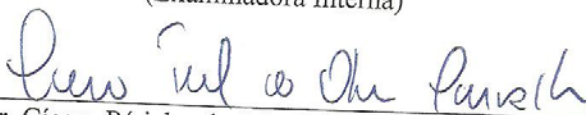
Profª. Dra Edna Cristina do Prado (CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Josenilton Nunes Vieira (UNEB)
(Examinadora Externa)



Profª. Dra. Eliane Maria Nogueira Diógenes (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (FEAC-UFAL)
(Examinadora Interna)

*Aos meus pais, José Joaquim de Lira e
Antonia de Souza Lira, pelo exemplo de vida.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos Fabiana, Jailson e aos meus sobrinhos Rafael e Renata pelos momentos de alegria.

A minha esposa Calene, pelo incentivo e apoio.

À tia Delma, Cícera, Sônia e à prima Sandra, pela torcida fraterna.

Aos professores Arrisete, Iraildes e Sandra Lúcia pela colaboração inicial.

À prof^a Dra. Edna Prado, pelo ensinamento constante e pelo estímulo e confiança depositada.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, pelas críticas e sugestões enriquecedoras.

Aos professores, pelas lições e apoio à pesquisa e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação pela presteza e disponibilidade.

Aos colegas de curso pela convivência descontraída, especialmente a Ana Amália, Nágibe, Fabiana, Gicelma, Willien, Julia, Ana Paula, Paula Lisboa, Jailson e Jorge.

Aos companheiros Darcy, Consuelo, Jane, Sineide, Prazeres, Jivanete e Edna Nobre pelo estímulo à pesquisa e à Helenice, Girlene, Cícera, Célia, Zélia, Edna Lopes, Neide, Marta, Edleuza, Renilda, Terezinha, Ivanilza, Marluce e aos integrantes das direções dos núcleos regionais pela compreensão nos momentos de ausência.

À Edileide, Fábio, Janaina, Jonathan, Paula e Jaisa, pelo auxílio valioso.

Aos colaboradores da pesquisa, pela disponibilidade e confiança na seriedade do tema.

E a todos os trabalhadores da educação, protagonistas desta história.

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

Graciliano Ramos.

RESUMO

A presente dissertação registra e analisa a trajetória do movimento sindical em educação durante o período de ascensão do neoliberalismo em Alagoas. Em termos históricos, a análise percorre os acontecimentos que iniciaram nos anos de 1985 com a redemocratização brasileira até os anos de 2010. A trajetória desses momentos históricos foi reconstituída por meio de documentos oficiais, atas, fotografias, anais de congressos, boletins, jornais e principalmente, entrevistas semi-estruturadas com algumas das personagens que vivenciaram estes fatos. O texto discute algumas questões essenciais concernentes a esta fase política e organizativa dos trabalhadores da educação, distribuídas nas categorias analíticas da valorização profissional, da politização sindical e das estratégias de ação, em que temas como neoliberalismo, movimento sindical, Plano de Cargos e Carreiras, gestão democrática, Pacto pela Educação e matriz curricular puderam ser tratados à luz dessas categorias. Uma questão central apontada pelo presente trabalho analisa a constituição legal do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal) enquanto entidade representativa dos servidores públicos em meio ao fortalecimento da ideologia neoliberal e ao desmonte das políticas públicas durante os governos estaduais no período histórico correspondente. Para compreensão do papel e da importância do movimento sindical foram utilizadas, dentre outras, as análises de Antunes (1982; 1986; 1991; 1995; 2008), Boito Jr. (2005; 2009), Bruno (1990), Giannotti (2007) e Vieira (2009). Por outro lado, as discussões sobre a realidade econômica alagoana partiram das reflexões analíticas de Albuquerque (2009), Carvalho (2008; 2009) e Lira (1997; 2007). Já a crítica ao modelo neoliberal foi referendada em algumas reflexões teóricas de Mézáros (2002). Nas considerações finais, foi feito um resgate das hipóteses iniciais formuladas, comparando com a análise dos dados da pesquisa, evidenciando-se a influência do modelo neoliberal e da conjuntura política e econômica sobre os rumos do movimento sindical.

Palavras-Chave: Valorização profissional. Politização sindical. Estratégias de ação.

ABSTRACT

The present thesis records and analyzes the trajectory of the union movement in education during the rise of neoliberalism in the state of Alagoas, Brazil. In historical terms, the analysis covers the events between the 1985s with the Brazilian redemocratization and the 2010s. The course of these historical events was reconstructed by means of official documents, reports, photographs, annals of congresses, bulletins, newspapers, and mainly semi-structured interviews with some of the figures who experienced these events. Essential issues are discussed regarding this political and organizational stage of education workers, distributed in the analytical categories of professional appreciation, union politicization and action strategies, in which subjects as neoliberalism, union movement, Career Action Plan, democratic management, Pact for Education, and curriculum were analyzed based on these categories. A central issue provided by the present study analyzes the legal constitution of the Union of Education Workers of Alagoas (Sinteal) as the representative body of civil servants through the strengthening of neoliberal ideology and the failure of public policies throughout the state governments in the corresponding historical period. In order to understand the role and importance of the union movement, analyses of authors such as Antunes (1982; 1986; 1991; 1995; 2008), Boito Jr. (2005; 2009), Bruno (1990), Giannotti (2007) and Vieira (2009) were used. Also, discussions on the economic reality of the state of Alagoas came from analytical reflections by Albuquerque (2009), Carvalho (2008; 2009) and Lira (1997; 2007). In addition, the criticism to the neoliberal model was attested in some theoretical reflections by Mészáros (2002). In the final considerations, the initially formulated hypotheses were reconsidered and compared with the research data analyses, evidencing the influence of the neoliberal model of the political and economic conjunctures concerning the directions of the union movement.

Key-words: Professional appreciation. Union politicization. Action strategies

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação do ICMS nas Receitas Próprias de Alagoas.....	80
Tabela 2- Alagoas: Taxas Médias de Crescimento Anual das Despesas por Função de 1986-1995.....	81
Tabela 3- Arrecadação e Despesas do Estado em 2007.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Núcleos do Sintéal.....	59
Quadro 2- Receitas e Despesas do Sintéal.....	64

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Distribuição dos Núcleos do Sintéal pelo Estado de Alagoas.....64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 – O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E O PERÍODO NEOLIBERAL: ALGUMAS NOTAS.....	28
2 – A TRAJETÓRIA SINDICAL NA EDUCAÇÃO ALAGOANA.....	43
2.1 Da associação dos professores de Alagoas ao nascimento do sindicato dos trabalhadores da Educação: Da passividade ao enfrentamento.....	43
2.2 Tempos Colloridos: A combatividade colocada à prova.....	65
2.3 O auge da crise e a unidade necessária.....	78
3 – AVANÇOS E RECUOS: CONFLITOS SINDICAIS À ESQUERDA E À DIREITA.....	101
3.1 A esquerda no poder: Plano de cargos, gestão democrática e valorização salarial.....	101
3.2 Valorização salarial: Um sonho possível?.....	115
3.3 O decreto e a resistência: A força do Neoliberalismo.....	123
3.4 A criação de uma carreira para os funcionários de escola.....	137
3.5 Todos pela educação ou a capitulação sindical?.....	147
3.6 Uma jornada perdida.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	166
ANEXOS.....	175
APÊNDICES.....	190

INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa tem relação com a experiência particular do pesquisador que, desde 2003, participa ativamente do movimento sindical alagoano, tanto na direção executiva da Central Única dos Trabalhadores como na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, além da atuação em conselhos de controle e acompanhamento social como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Alimentação Escolar, ambos com atuação em Maceió. Nesta trajetória profissional e de militância, foi constatada a quase ausência de uma memória documental e acadêmica acerca das atividades sindicais dos trabalhadores em Alagoas de modo geral (os poucos trabalhos serão mencionados no capítulo I) e do movimento educacional de forma específica, razão por si só mais do que suficiente para justificar esta empreitada. Como a formação inicial do pesquisador foi exatamente em História, esse elemento reforçou as razões anteriores.

Assim, esta dissertação pretende contribuir para a recuperação da memória histórica acerca das atividades do movimento sindical no Estado de Alagoas, tendo como foco principal a trajetória dos profissionais da educação no que se referem às suas lutas, formas de atuação, desafios históricos, avanços, etc. Desse modo, este trabalho insere-se no rol das numerosas pesquisas acadêmicas que discutem o movimento sindical internacional, latino-americano e brasileiro (especialmente àquelas que tratam de realidades regionais e locais, a partir de uma perspectiva analítica global). Esta contribuição assume maior significado, tendo em vista que, como já anunciado antes, este tipo de temática não fazer parte da tradição historiográfica alagoana, salvo algumas exceções.

Este trabalho buscou desse modo, retratar parte da trajetória do movimento sindical em educação em Alagoas durante a conjuntura da redemocratização brasileira e de ascensão das políticas neoliberais, analisando as principais consequências deste projeto ideológico para os trabalhadores do setor público estadual. A institucionalização da ação sindical para os servidores públicos a partir da Constituição Federal de 1988 coincidiu com a linha ideológica adotada pelos grupos dominantes orientados no sentido da diminuição do Estado, mediante as ações administrativas de flexibilização das leis trabalhistas e desmonte da rede de proteção social, existente até então (DUTRA, 2009; MACHADO, 2002; TORRES, 2003). Para a análise desse quadro, foi selecionado o período de 1985 a 2010.

A partir do início do regime militar brasileiro (1964-1985) a luta sindical foi severamente reprimida, restando poucas e desarticuladas mobilizações realizadas pela classe trabalhadora contra as políticas recessivas do regime. Em muitas entidades sindicais, prevaleceu um tipo de liderança trabalhista passiva em relação às ações dos governos de desrespeito aos direitos trabalhistas e muitas vezes, atuando meramente como intermediários entre o Estado e a classe trabalhadora, em prejuízo das suas bases.

Contudo, nos momentos finais dos anos de autoritarismo e com o término da repressão política institucionalizada, novos movimentos sociais passaram a reivindicar maior espaço na definição dos rumos políticos do País. Nos espaços sindicais, as disputas aconteceram entre as lideranças consolidadas e simpáticas ao regime e entre as novas lideranças de classe, críticas do papel desempenhado pelos sindicatos e associações. Em Alagoas, os primeiros movimentos destes novos tempos (GIANNOTTI, 2007) ocorreram em torno das disputas pelo comando da Associação dos Professores de Alagoas (APAL) durante os anos de 1980, até então uma entidade sem tradição reivindicativa e de mobilização do segmento do magistério.

Quando as lideranças sindicais desvinculadas do aparato estatal que não contavam com o apoio governamental ganharam a direção da entidade, uma das principais ações foi a unificação dos diversos segmentos profissionais espalhados pelas associações e entidades representativas dos trabalhadores na área educacional (professores, especialistas, orientadores, agentes administrativos, etc.). Visavam encontrar um meio conjunto de fazer frente aos desafios que eram apresentados – inflação, precárias condições de trabalho, falta de incentivo oficial para formação, ausência de planos de carreira, dentre outras bandeiras de lutas. As diferentes agremiações político-partidárias, legalizadas com o fim do regime militar e a redemocratização, também participaram diretamente dos debates.

No âmbito legal, o direito à organização e liberdade sindical para os servidores públicos foi o passo decisivo para a consolidação do movimento sindical, um fato inédito no país, levando em consideração que a organização formal dos trabalhadores por meio de sindicatos era restrita aos profissionais da iniciativa privada. Isso não significa, no entanto, que o fato das associações de servidores públicos não puderem ser oficialmente tratadas como sindicatos, tivesse deixado de recorrer às estratégias de ação semelhantes ao das entidades sindicais (FERREIRA,

2006). Esta conquista legal foi obtida na Constituição Federal de 1988, fruto das pressões e mobilização destes, conforme disposto na Carta Magna em seu artigo 8º- “É livre a associação profissional ou sindical (...)”, definindo, a partir daquele momento, uma dinâmica de encaminhamento das demandas, principalmente no âmbito legal, distinto do período militar.

Em termos gerais, o objeto central da pesquisa foi analisar de que maneira os trabalhadores da rede estadual de ensino da educação básica de Alagoas consolidaram sua organização sindical em meio à conjuntura política e econômica entre 1985 a 2010 marcados pela ascensão do neoliberalismo e pela falência da máquina pública alagoana. Para cumprir este objetivo, algumas hipóteses iniciais foram formuladas.

A primeira hipótese foi a de que organização sindical do segmento educacional apresentou grande capacidade de mobilização na primeira parte da década de 1990 e arrefecimento no período seguinte ao tempo em que as condições econômicas nacionais e locais foram condicionantes para orientar as ações de intervenção política e social da classe.

Outra hipótese formulada partiu do princípio de que os trabalhadores, pressionados pelas circunstâncias de avanço do neoliberalismo, tiveram que reorientar sua prática sindical no que se refere aos tipos de mobilização e inserção nos espaços participativos institucionais, adotando uma postura mais propositiva em detrimento das ações caracterizadas principalmente pela confrontação direta com os poderes legais constituídos.

A partir destas hipóteses e do objetivo geral estabelecido, os objetivos específicos da pesquisa foram desdobrados na verificação sobre em que medida a crise econômica e o modelo de Estado implantado no período repercutiu no cotidiano dos trabalhadores em educação em Alagoas e suas formas de reação. Pretendeu-se também analisar como se deu a articulação dos interesses trabalhistas e profissionais do segmento magistério e dos funcionários de escola (docentes e não-docentes). A análise crítica sobre a memória documental do ponto de vista da classe dos trabalhadores em educação durante a crise e falência do Estado (LIRA, 1997; CARVALHO, 2008) foi de relevância fundamental.

Outra perspectiva analisada referiu-se à reconstrução da memória e histórico da movimentação política e ideológica da classe trabalhadora na educação em Alagoas. As “versões oficiais dos fatos,” apresentadas como versões únicas de

determinados episódios da história política, cultural, religiosa econômica, de um povo, região ou nação, precisam ser confrontadas com as versões das classes não-hegemônicas, como demonstra Benjamin (2006). Ou seja, quais foram os entraves objetivos de disputa de hegemonia (GRAMSCI, 2010) nesta sociedade determinada no momento da consolidação da sua estrutura sindical.

Como um dos eixos centrais de análise foi discutido a influência da ideologia neoliberal sobre a organização sindical da classe trabalhadora no setor público, considerando a política de reestruturação econômica e política do aparelho estatal e como essa reformulação contribuiu para a diminuição ou eliminação das conquistas históricas dos trabalhadores. Nesse sentido, as reflexões de Mészáros (2002; 2008; 2009), Machado (2002), Soares (2002) e Torres (2003) sobre o neoliberalismo serviram de fio condutor para as análises. Foram observados aspectos específicos dos educadores públicos alagoanos como os Planos de Cargos e Carreira (2000; 2008), a política salarial e a matriz curricular do sistema de ensino (2010).

Para isso, foi fundamental a análise sobre a função e os limites do sindicalismo, tendo em vista o papel desempenhado pela classe trabalhadora em uma sociedade tão desigual e complexa como a brasileira, em que o Estado desenvolve um papel decisivo. Nesse sentido, as análises de Antunes (1982; 1986; 1991; 1995; 2008), Boito Jr. (2005; 2009), Bruno (1990), Giannotti (2007), dentre outros foram imprescindíveis para a devida compreensão deste objeto de análise. Os depoimentos recolhidos durante as entrevistas semi-estruturadas também contribuíram para esclarecer os acontecimentos a partir da perspectiva do movimento sindical na educação.

A análise da realidade econômica alagoana não poderia prescindir das contribuições analíticas de Albuquerque (2009), Carvalho (1993; 2008; 2009) e Lira (1997; 2007), que forneceram subsídios importantes para o desvendamento das raízes da crise econômica que atingiu o Estado, principalmente durante a década de 1990, fruto do secular modelo econômico adotado por suas classes dominantes.

As posições políticas assumidas pelos sujeitos, levando em conta suas convicções e contextos de ação, também demandaram uma análise mais atenta. Neste sentido, o debate fomentado por Bobbio (2001), Carvalho (1993) e Sader (1995) acerca das distinções entre direita e esquerda foi oportuno na medida em que estas designações estão presentes no universo sindical e que foi objeto de investigação.

Por outro lado, a importância do movimento sindical nos grandes acontecimentos nacionais ligados à classe trabalhadora é um dos principais fatos históricos que vem merecido a atenção de pesquisadores dos variados ramos das ciências sociais, sobretudo de que forma estas ações tem influenciado no cotidiano dos ramos e segmentos profissionais. No que se refere ao objeto de estudo, interessou analisar esses desdobramentos na área educacional.

Este trabalho adotou como opção teórico-metodológica a pesquisa qualitativa (SANTOS FILHO e GAMBOA, 2009; BARDIN, 2008) valendo-se da análise do conteúdo como ferramenta do processo de investigação na busca pela compreensão da visão, dos conflitos e das motivações dos agentes educacionais envolvidos no processo de organização da militância sindical no período proposto. No entanto, a opção metodológica também não está isenta de intencionalidade, conforme adverte Prado (2007, p. 76)

Além da certeza quanto à teoria que subjaz sua análise, o pesquisador deve ter clareza da não-neutralidade de sua tese, isto porque, a opção por determinada teoria e método de análise não é destituída de valores profissionais e pessoais, uma vez que o pesquisador não é axiologicamente neutro. Ele está inserido em uma sociedade e em um tempo histórico, sendo, portanto, um ser político. Ciente de tal situação, o pesquisador deve ter consciência clara dos interesses que orientam sua pesquisa, buscando torná-los explícitos ao longo do texto.

Obedecendo a este procedimento metodológico, foram realizadas um total de 12 (doze) entrevistas semi-estruturadas com os profissionais atuantes da rede pública estadual de ensino que, de alguma forma, participaram direta ou indiretamente das mobilizações e articulações no recorte temporal selecionado com o objetivo de confirmar/refutar as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa¹.

Para realização destas entrevistas, alguns critérios foram definidos a partir do diálogo com alguns profissionais e militantes da educação, como também a partir do conhecimento do pesquisador sobre o funcionamento da estrutura de organização sindical da categoria, com base no sistema de rede (DUARTE, 2002).

Foram escolhidos o total de 4 (quatro) representantes do segmento magistério e 2 (dois) representantes do segmento dos funcionários administrativo e de apoio das escolas da rede estadual, considerados lideranças ou formuladores ideológicos pelas respectivas direções do sindicato ao longo do período analisado.

¹ As questões gerais das entrevistas semi-estruturadas constam no apêndice nº 01.

A expressão utilizada de reformuladores ideológicos foi cunhada ao longo das pesquisas e a partir dos diálogos travados com diversos profissionais da educação estadual, que enxergaram em algumas personagens do movimento sindical determinadas características não apenas de lideranças políticas, mas também de responsáveis pela conduta ideológica do conjunto dos atores das direções sindicais, pelas diretrizes gerais dos documentos e teses sindicais, bem como identificados por uma postura mais propositiva ao longo do período analisado. Grosso modo, utilizando uma categoria gramsciana, poderiam ser personagens caracterizados como *intelectuais orgânicos*. O intelectual orgânico apresenta especificidades no conjunto do seu grupo dado esse perfil mais formulador, “isto é, qualquer pessoa que seja possuidora de uma capacidade específica-o elemento pensante e organizador de cada classe social” (CARNOY apud GRAMISCI, 1971 p. 9).

Também foram selecionados 4 (quatro) representantes da chamada *oposição sindical* pertencentes ao segmento magistério e 2 (dois) representantes dos funcionários administrativos e de apoio das escolas da rede estadual, como forma de contraposição política e ideológica à visão apresentada pelos entrevistados da *situação*. Neste caso, para fins analíticos também foram entrevistados os profissionais que mesmo não se reconhecendo como oposição organizada e sistemática ao grupo diretivo do sindicato, compartilham de uma visão crítica divergente dos encaminhamentos tomados pelas direções sindicais ou que participaram de fato de algum grupo organizado ou sistemático de oposição durante a fase pesquisada.

A paridade das representações dos entrevistados foi estabelecida buscando minimamente representar a opinião dos segmentos representados pelo Sinteal e não tendo por base a quantidade de filiados por segmento ao sindicato ou o quadro geral de funcionários da rede estadual, pois qualquer uma destas opções traria uma sobrevalorização do segmento magistério, conforme relação total dos servidores públicos da educação apresentada pela Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Educação, em que se destaca a maior quantidade de professores.²

² Segundo dados de 2010 sobre a relação total do quadro de funcionários da rede estadual de educação, 9.520 profissionais pertenciam ao segmento magistério e 4.318 ao segmento funcionários de apoio-administrativo enquadrados no plano de cargos e carreiras. Estes números se referiam aos servidores na ativa. Fonte: Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Educação em 02/ 08/ 2011.

Em termos geográficos, 10 (dez) destes servidores estão lotados na cidade de Maceió e 2 (dois) lotados na cidade de Arapiraca. Maceió concentra a maior quantidade de entrevistados levando-se em consideração que a maioria dos servidores estaduais está concentrada na capital. Outro fator definidor desta alternativa também foi o fato de que na capital aconteceram as maiores mobilizações, assembleias e coberturas da imprensa de forma geral, além dos grandes enfrentamentos com os poderes públicos constituídos. No caso do município de Arapiraca, deve-se ao fato deste ser a 2ª (segunda) maior cidade em população e economia do interior de Alagoas, com uma categoria bastante atuante. Além do mais, as referências às lideranças de Arapiraca durante a fase preliminar de investigação documental foi uma constante, o que também ajudou a definir a escolha dos entrevistados.

Por força dos objetivos do estudo, a escolha dos entrevistados na rede estadual acabou excluindo das entrevistas semi-estruturadas os funcionários das redes municipais, por duas razões principais: a existência da dupla representação sindical do segmento dos funcionários não-docentes na capital Maceió³, o que fugiria do foco da pesquisa (a categoria unificada da rede estadual) e a maior tradição organizativa dos trabalhadores da educação da rede estadual, uma vez que os municípios foram se organizando de maneira lenta e gradual na estrutura de organização do sindicato. Os servidores municipais não dispunham de associações educacionais específicas e quando encaminhavam suas lutas, o faziam por meio de entidades que reuniam a totalidade dos servidores daquela municipalidade.

As entrevistas semi-estruturadas realizadas e as suas principais contribuições em termos de informações históricas, visão ideológica e crítica do período estão distribuídas ao longo dos capítulos, de forma a clarear fatos, verificar hipóteses, confirmar pontos de vista ou descartar as hipóteses iniciais. Cabe destacar, entretanto, alguns aspectos referentes ao uso dos dados destas entrevistas como um dos elementos necessários à reconstituição histórica e problematização de parte dos fatos tratados nesta dissertação.

Uma das maiores dificuldades encontradas para a viabilização desta dissertação foi a falta de referenciais teóricos e de pesquisas anteriores que retratassem especificamente a história do movimento sindical, não apenas da

³ Em Maceió, o segmento não-docente também é representado pelo Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Maceió (Sindspref).

educação, mas do conjunto das organizações da classe trabalhadora, pertencentes ao setor público ou à iniciativa privada no Estado de Alagoas. A esparsa produção acadêmica encontrada e devidamente consultada está indicada nas referências ao final do texto.

As fontes de pesquisa documentais (atas, ofícios, relatórios, jornais impressos, boletins, anais de congressos), fundamentais para a pesquisa, embora existam em quantidade significativa, não abrangem todo o período histórico objeto desta dissertação ou estão espalhadas sem qualquer critério de organização documental, boa parte localizado na sede do Sinteal. No caso dos jornais de circulação estadual, alguns locais como a biblioteca pública de Maceió ou a biblioteca da Universidade Federal de Alagoas, não armazenam (como anos atrás) estes periódicos mais antigos como fontes de consulta. Foram então encontrados fontes documentais impressas que não seguiam uma cronologia, muitos sem datas de registro ou identificação dos atores (no caso das fotografias) ao lado de arquivos em precário estado de conservação.

Neste contexto, as fontes orais tornaram-se fundamentais, embora precisassem ser consideradas com ressalvas importantes, haja vista que não podem ser tomadas como verdade incontestável e absoluta dos fatos analisados em função das limitações e condicionantes inerentes a este tipo de fonte. Desse modo, as conexões presentes em todo discurso e em sua complexidade social (presentes inclusive nos depoimentos orais) não podem ser desconsideradas, levando em conta que não existem discursos vazios de significado ou isentos de visões ideológicas. Assim,

Não há discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica (...) veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa. (FLORENCIO, 2009, p. 25)

Estas relações ideológicas presentes nas relações sociais e nas ações políticas desenvolvidas pelos sujeitos não estão ausentes em uma situação de entrevista, como bem enfatiza Szymanski:

Partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim

como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando sua resposta para aquela situação (...). A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz –, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador. (SZYMANSKI, 2008, p.12)

Independente de qualquer intencionalidade por parte dos entrevistadores e entrevistados no ato das entrevistas, a memória também apresenta limites para a elucidação de fatos e para a própria reconstituição histórica dos acontecimentos por revelar-se incapaz de abarcar a totalidade do real, sendo de qualquer modo uma versão parcial, fragmentada, imbuída dos valores e da visão de mundo de cada indivíduo. Outro elemento fundamental que precisa ser destacado é o fato de que a própria memória dos fatos acaba sendo reelaborada ao longo das narrativas, tanto do ponto de vista discursivo como por meio das experiências adquiridas, em que a construção da subjetividade, a seletividade natural dos elementos mais importantes da história contada, desenvolve papel central nas sínteses apresentadas através dos depoimentos.

Complementando a coleta de dados, outros instrumentos metodológicos como o levantamento de material documental impresso (atas de assembleias, anais de congressos, boletins informativos, jornais de grande circulação) foram utilizados no sentido de fornecer uma análise geral do período, alicerçados em uma metodologia própria desenvolvida ao longo do projeto, uma vez que “os diversos objetos de pesquisa requerem métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado (SANTOS FILHO e GAMBOA, 2009, p. 54)”. Estes métodos foram confirmados ou modificados ao longo da pesquisa.

Como demonstrado antes, a análise dos dados das entrevistas semi-estruturadas realizadas desempenhou papel fundamental, servindo como fio orientador para as novas buscas e elemento de aprofundamento das análises. Muitas vezes, os relatos dos entrevistados constituíram a fonte principal para a confirmação de diversos aspectos da dissertação, quando inexisteram outras fontes primárias de investigação.

Com base nestas entrevistas, algumas temáticas foram constantes, permitindo vislumbrar as principais categorias que permitiram fazer uma análise mais sistemática do material pesquisado. Percebeu-se que, de modo geral, as ações da categoria foram motivadas por temas ligadas à necessidade de *valorização*

profissional, nos aspectos salariais de reconhecimento e consolidação da carreira, incluíram tanto professores quanto funcionários de escola.

Em termos salariais, compreendem-se tanto as reivindicações por reposição inflacionária, pagamento de salários atrasados, reajustes derivados de dispositivos legais (data-base) bem como em nível de equiparação vencimental em relação a outras categorias. As campanhas salariais que exigiram a reposição das perdas com a escalada inflacionária e o pagamento de salários atrasados foram basicamente constatadas durante as décadas de 1980 e 1990, incluindo uma movimentação por equiparação salarial na metade da década de 1980. Já as reivindicações por reajustes salariais que exigiram ganhos reais acima da inflação aconteceram após a estabilização monetária entre os anos de 2000 a 2010, mesmo período em que foram registradas as outras campanhas por equiparação salarial com outras categorias profissionais.

No que diz respeito à *valorização* profissional, as demandas estiveram relacionadas à criação de Planos de Cargos e Carreira (com uma série de outros sub-temas como formação profissional, jornada de trabalho, piso vencimental) e foram bastante evidenciados entre 2000 e 2010, servindo como bandeiras de luta agregadas ao tema salário ou funcionando como pauta principal. Outras demandas que fizeram parte das pautas de reivindicações destes anos, como a saúde dos educadores, condições de trabalho, carência de profissionais, violência nas escolas, etc. apesar de permanentes, não foram suficientes para, isoladamente ou em conjunto, provocar movimentos de greve ou gerar atos públicos prolongados.

Ao longo do texto então, será possível perceber como esta categoria central da *valorização profissional* – subdivida em salário e carreira – esteve presente nos principais momentos da trajetória sindical analisada por esta dissertação e, sempre que possível, será explicitamente indicada no decorrer da narrativa de modo a clarear iniciativas, discernir objetivos e justificar estratégias.

Outra categoria analítica percebida ao longo da pesquisa pode ser classificada como *politização sindical*, que ficou evidenciado em vários momentos quando foram tratados assuntos ligados à questão da valorização/ desvalorização profissional, da unidade/divisão da categoria, da relação sindicato/partido político, mobilização/desmobilização, dentre outros aspectos implícitos neste trabalho. A temática *politização sindical* foi verificada principalmente na análise dos dados das entrevistas (e quando pertinente, foi apontada nas análises realizadas).

Considerou-se também, a partir da investigação documental e nos relatos orais feitos ao pesquisador, que a categoria *estratégias de ação* também esteve presente no decorrer dos fatos pesquisados. Estratégia entendida neste contexto “como a definição das formas de como se deve proceder ou o caminho a seguir” (HARNECHKER, 2003, p. 49). Os fatos analisados da história do movimento sindical foram abordados sob o prisma de três tipos de estratégias (adotadas em diferentes momentos ou momentos simultâneos da sua ação política): a estratégia da *negociação*, do *enfrentamento* e da *colaboração*. A segunda forma de ação foi a mais comum, seguida da primeira e quando as duas outras falharam ou não foram necessárias, optou-se pela última que dentre as anteriores, foi a mais questionada pelo conjunto dos associados.

A negociação, como recurso para atendimento das demandas da categoria, foi a forma mais privilegiada pela associação (e depois pelo sindicato), enquanto uma primeira tentativa de obtenção de êxitos junto ao governo estadual. A negociação, entendida como a procura pelo meio-termo para os problemas inerentes aos trabalhadores sem confrontação aberta com o Estado, pareceu às lideranças da entidade ao longo da pesquisa o meio mais apropriado para a superação dos impasses. Quando esta não prosperou, recorreu-se ao embate direto. Uma característica importante desta estratégia é que ela não precisa da autorização ou deliberação da categoria nas assembleias, podendo ser feita pelas direções em qualquer tempo, como de fato foi verificado. Envolve menos custos políticos e não depende de rituais democráticos para ser colocada em prática.

A estratégia do enfrentamento foi a que mais provocou consequências na história do movimento sindical. Foi um procedimento que exigiu mais custos para a entidade, pois as direções foram obrigadas a recorrer às assembleias para deliberação sobre a sua conveniência em dado momento do processo de negociação. Os enfrentamentos foram feitos durante as negociações e depois, mas nunca antes. Foi utilizado como único recurso em casos extremos, complementar em outros, mas geralmente foi a principal forma de atuação defendida pela base sindical, envolvendo a questão da legitimidade, porque é deflagrada em nome da categoria e só reconhecida pelo Estado enquanto visualiza nessa linha de ação o apoio do conjunto dos trabalhadores. Quando esse apoio se fragilizou ou desapareceu, a legitimidade da entidade foi questionada. Outra característica desta

estratégia é que necessitou de mais recursos, sejam recursos humanos, estruturais ou financeiros.

A terceira estratégia utilizada pelos dirigentes sindicais, a *colaboração* com as ações do governo, foi raramente utilizada durante o período estudado (pelo menos de forma direta, embora de alguma maneira tenha sido praticada através das atuações destas lideranças nas entidades de acompanhamento e controle social). Foi comprovadamente utilizada em um dos momentos pesquisados – no caso do “Pacto pela Educação”- e foi sumariamente reconstituída à luz da conjuntura da época. É certo, com base nos estudos realizados, que foi o tipo de conduta sindical mais contestada pela categoria e que afetou diretamente a legitimidade do sindicato enquanto órgão de defesa dos interesses da classe.

Em termos organizativos, o texto está estruturado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo trata brevemente da formação e conceituação teórica do sindicalismo no mundo, América Latina e no Brasil, seu significado para a luta operária e suas limitações estruturais, analisando mais detalhadamente as especificidades da profissão e do sindicalismo docente.

O capítulo segundo trata da formação sindical no segmento educacional em Alagoas, com os seguintes recortes históricos descritos à frente.

Para proceder à análise da movimentação sindical dos trabalhadores da educação, tornou-se fundamental discutir o processo inicial de transformação da Associação dos Professores de Alagoas em sindicato unificado da categoria no final do governo Fernando Collor (1987-1989), passando pela gestão Moacir Andrade (1989-1990) e Geraldo Bulhões (1990-1995). Considerou-se como premissa inicial que essas gestões significaram a primeira experiência neoliberal em Alagoas, em que o desmonte da máquina estatal, a perseguição aos servidores públicos e o abandono das áreas sociais foram os fatores principais, ao mesmo tempo em que se consolidou a organização sindical no setor público.

Dando continuidade à análise das consequências do neoliberalismo para os trabalhadores da educação, os estudos dos fatos históricos e econômicos que marcaram o governo Divaldo Suruagy contribuíram para o entendimento da crise estrutural que levou à falência do aparelho de Estado e da resistência decisiva da classe trabalhadora aos efeitos do ajuste neoliberal.

O terceiro capítulo inicia abordando o período referente à gestão do governador Ronaldo Lessa (1999-2007). Os objetos de análise foram o *plano de*

cargo e carreira do magistério estadual, a gestão democrática na rede estadual de ensino e a aprovação da isonomia salarial dos servidores públicos com formação em curso superior. Para efeito de análise, considerou-se o governo Lessa como o primeiro governo que reuniu e ganhou uma eleição majoritária articulando uma coalizão de partidos de esquerda (BOBBIO, 2001; SADER, 1995), procurando romper com o projeto neoliberal sem necessariamente romper com as oligarquias alagoanas (LIRA, 2007; CARVALHO, 2008).

Para dar conta do restante do período analisado, também foi necessário uma caracterização e aprofundamento das políticas públicas durante o primeiro mandato da gestão governamental de Teotonio Villela Filho (2007-2011) e suas implicações políticas na pauta de ações do movimento sindical, tendo como hipótese principal a retomada do projeto neoliberal em Alagoas durante esta gestão. Os principais fatos analisados foram os embates salariais em torno da questão da isonomia, o pacto pela educação e a discussão sobre a mudança da matriz curricular da rede.

Isto é feito através da análise do tema pesquisado, com base na documentação estudada, nas entrevistas realizadas e na confrontação da análise dos dados destas entrevistas com as demais fontes documentais pesquisadas. Nas considerações finais, retomam-se os principais aspectos abordados ao longo do trabalho e apresentam-se algumas possíveis questões a serem aprofundadas em estudos posteriores, confirmando e refutando as hipóteses apontadas na fase inicial.

1 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E O PERÍODO NEOLIBERAL: ALGUMAS NOTAS

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (Karl Marx).

Desde o surgimento do modo de produção capitalista, os trabalhadores têm procurado resistir à intensa exploração da sua força de trabalho, de forma isolada ou valendo-se de numerosas maneiras de organização coletiva, uma vez que as necessidades humanas passaram a ser subordinadas aos interesses diretos da acumulação de capital, expressada claramente na exploração do trabalho (MARX, 1982).

Para a sua expansão, mesmo encontrando grande resistência da classe trabalhadora, o capital sempre busca encontrar outras formas de utilização extrema da força de trabalho, além daquela relacionada ao prolongamento da jornada de trabalho sob a forma de mais valia absoluta.

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais-valia absoluta, prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as forças, à produção da mais valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas. (MARX, 1984, p. 466)

Isso acontece porque em uma sociedade capitalista todas as atividades de produção e reprodução social estão voltadas para satisfação das necessidades do mercado.

Diferentemente de todas as formas históricas anteriores, no capitalismo todo e qualquer artefato é um produto para ser trocado. É a lógica da troca que determina o comportamento dos agentes no mercado, e não quaisquer outras motivações como valores, crenças religiosas ou determinações culturais. Não se pretende dizer com isso que não haja valores e crenças, mas sim que, no mercado, eles devem se subordinar à lógica da troca mercantil. (NOBRE, 2004, p. 25)

Desse modo, a forma de trabalho transformada em mercadoria pelo sistema capitalista é definida por meio da luta e da relação desenvolvida pelas classes sociais em conflito (BRUNO, 1990). A organização nos locais de trabalho e as associações corporativas derivadas do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente no meio urbano com a Revolução Industrial, iniciam-se no século XVI no continente europeu, notadamente na Grã-Bretanha. A história do movimento operário registra então inúmeras formas de organização coletiva contra o capital, desde o movimento ludista⁴ aos modelos associativos de auxílio mútuo, passando pelos sindicatos de orientação ideológica anarquista, cristão, revolucionário até a institucionalização das disputas trabalhistas com o surgimento dos sindicatos, que privilegiavam as negociações dentro do quadro da legalidade vigente em cada país (ANTUNES, 1982; BRUNO, 1990; BOITO JR, 2005).

Algumas discussões sobre o papel dos sindicatos têm ocorrido de modo bastante acirrado em todos os anos em que esta forma de organização operária tem sido historicamente registrada. De modo geral, existe concordância com o fato de que, com a complexidade das relações sociais e do modo de produção capitalistas, estas entidades acabaram cada vez mais exercendo suas ações de acordo com as regras institucionais em vigor em cada país, normalmente em torno de reivindicações corporativistas, não indo além das regras institucionalizadas pelo sistema (MÉSZÁROS, 2002). Atualmente, o sindicato passou a ser “a grande instituição de enquadramento dos trabalhadores na dinâmica do capitalismo”, considerado este papel “uma função estrutural” (ANTUNES, 1982, p. 69).

Tanto é assim que, nos casos em que os sindicatos resolvem adotar uma postura mais radicalizada de questionamento do sistema político por meio da pressão organizada, rompendo com a lógica do capital e com as normas legais

⁴ O movimento ludista consistia em uma organização informal dos trabalhadores ingleses no século XVIII que combatiam a mecanização do trabalho proporcionado pela Revolução Industrial por meio da destruição das máquinas de produção nas fábricas. As primeiras interpretações teóricas apresentavam estes trabalhadores como pessoas que ingenuamente atribuíam o aumento do desemprego à existência das máquinas que substituíam a força de trabalho humana. Atualmente, ganha força a interpretação de que este movimento significou uma forma de organização com uma tática de pressão adequada à lógica de enfrentamento sindical da época, pois este tipo de ação violenta era utilizada como um modo de exigir melhores condições de trabalho. Determinada fábrica atingida servia de exemplo a outras fábricas da região. As autoridades britânicas passaram a reprimir a ação dos ludditas com a pena de morte a partir de 1812. O movimento recebeu este nome por causa de um de seus líderes, o operário Ned Ludd. O movimento ficou conhecido popularmente como “movimento dos quebradores de máquinas”.

estabelecidas, a primeira providência dos governos e das classes dominantes é logo tentar enquadrá-los dentro dos limites legais (BRUNO, 1990).

Os sindicatos são, portanto, instituições reconhecidas socialmente que atuam principalmente como “fator de regulação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social (ANTUNES, 1986, p.14)”, possibilitando aos trabalhadores condições de resistência contra os excessos do sistema, ainda que operem pautados por sua dinâmica e funcionalidade interna. Vieira (2009, p. 36) reforça essa perspectiva

No confronto que se estabelece entre patrões e empregados, o sindicato é a expressão mais visível e consistente da organização do grupo que detém a força de trabalho, em contraposição aos detentores do capital e dos meios de produção. Os sindicatos emergem da necessidade de os trabalhadores se organizarem para conquistarem direitos sociais, defendendo os direitos das classes subalternas, na tentativa de superação das condições políticas determinantes das situações desfavoráveis que sempre estiveram na lógica da divisão social do trabalho.

Em certo sentido, os trabalhadores, aceitando a lógica da separação entre a luta econômica e a luta política, acabaram reféns da imposição do sistema e das armadilhas criadas pela construção do arcabouço ideológico, jurídico e repressivo que limita as possibilidades da ação sindical, caindo na ilegalidade e até mesmo na “ilegitimidade” de qualquer enfrentamento fora destas normas estabelecidas (MÉSZÁROS, 2002). Para legitimar-se enquanto representantes das classes trabalhadoras, as entidades sindicais precisam ser reconhecidas, portanto legitimadas pelas instituições governamentais nos diversos países em que foram surgindo e se consolidado como agentes intermediários entre capital e trabalho.

Entretanto, a função inicial das organizações sindicais não é desprezada pelos grandes teóricos marxistas

Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. Quando começou a desenvolver-se a forma superior de união de classe dos proletários, o partido revolucionário do proletariado (que não será merecedor desse nome enquanto não souber ligar os líderes à classe e às massas num todo único e indissolúvel), os sindicatos começaram a manifestar inevitavelmente certos aspectos reacionários, certa estreiteza grupal, certa tendência para o apoliticismo, certo espírito de rotina, etc. O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem podia realizar-se, em nenhum país de outra maneira senão por intermédio dos sindicatos e por sua ação (LENIN, 1989, p.21)

Na concepção de Lênin (1989), os sindicatos, assumindo papéis importantes como organizadores dos trabalhadores, antes dispersos, também apresentaram limites evidentes, porque sua existência estava condicionada pelas relações determinadas no sistema capitalista. E enxergava nestas entidades a tendência à *certo espírito de rotina*, críticas evidentes ao modelo sindical que só tinha sentido operando dentro das regras do próprio sistema, vez que sua atuação não estava voltada para além do sistema capitalista. Ou ainda,

O processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista engendrou o trabalhador assalariado e, com ele, a necessidade de cooperação e organização para autodefesa da classe. O sindicato é uma forma de defesa e resistência dos assalariados no capitalismo. Além disso, o surgimento do sindicalismo apóia-se nos avanços históricos promovidos no sentido de maior participação social dos cidadãos, na transição para regimes republicanos e na absorção de valores que fazem parte da modernidade. Assim como o trabalho assalariado é um produto da modernidade, o sindicato também o é (DAL ROSSO, 2011, p.19).

Portanto, os sindicatos surgem e se fortalecem associados ao fortalecimento do sistema do capital na medida em que os trabalhadores são obrigados a se unir pela defesa da valorização salarial e pelas condições de trabalho neste sistema. A modernidade, entendida como momento de consolidação das relações de mercado, também favorece a conscientização dos proletários sobre a sua real condição de sobrevivência em uma sociedade regulada por estes pressupostos. Os sindicatos, ainda que pautados por limites pré-fixados, significam então um instrumento de defesa da classe trabalhadora e minimizam a exploração da força de trabalho dos segmentos não-proprietários.

Na América Latina, a tendência da atuação sindical relacionada às regras institucionais vigentes tem sido amplamente verificada, relacionado em um contexto ideológico de movimentação das suas lideranças influenciado pelo fenômeno do populismo, uma das formas de incorporação e manipulação das massas urbanas às sociedades em processo de industrialização, características principalmente nos países da América Latina. Este modelo social, “baseado no princípio da incorporação para promover um determinado equilíbrio de forças que força a

inclusão dos novos setores emergentes” denominado também de “Estado de Compromisso” (TIRAMONTI apud PORTANTIERO, J. C., 1979, p. 9)

No Brasil, este tipo de ação e ideologia política surgiu nos primeiros anos da urbanização e bastante forte nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado. Como importantes personalidades políticas consideradas lideranças populistas (embora de tipos e estilos diferentes, dada a variedade de interesses em jogo) podem ser mencionados os ex-presidentes Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e os ex-governadores Leonel Brizola (RS), Miguel Arraes (PE) e Adhemar de Barros (SP).

Segundo o sociólogo Francisco Weffort, o populismo brasileiro é um fenômeno de massas, ressaltando que, “como expressão espontânea da emergência das massas, o populismo traduz, de maneira imediata, as aspirações populares nas diversas regiões onde o processo de urbanização se intensifica” (WEFFORT, 2003, p. 41). Entretanto, se os estudiosos concordam quanto ao período histórico em que este fenômeno se manifestou e quais as suas características principais (embora haja estilos aparentemente contraditórios, a exemplo do paternalismo adhemarista e do justicialismo janista), existem diversas interpretações sobre de que maneira isto era assimilado pelos trabalhadores urbanos. Prosseguindo com Wefortt (2003, p. 44)

Nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se à direção e, em grande medida, ao seu arbítrio; o controle direto que exerce sobre o líder não executa racionalmente pela análise política das suas ações concretas. A massa confia no líder e cabe a ele manter esta confiança (...).

Posição diferente é adotada por outros autores, que caracterizam a assimilação do populismo pelos trabalhadores menos como uma ideologia personalista e mais como uma consequência da ação simbólica do Estado em um contexto da luta de classes em sociedades capitalistas. Por esta ótica,

O populismo é, então, um tipo de estatismo. Mesmo quando se manifesta, superficial e aparentemente, como uma relação entre o líder e a massa, o populismo representa [...] uma identificação dos setores populares, não com a pessoa do líder, mas sim com o aparelho de Estado burguês- com a burocracia civil e militar do Estado. [...] Os setores populares ignoram que a política de Estado é determinada pela correlação política de forças (BOITO JR, 2005, p. 23).

De acordo com os debates em torno do fenômeno populista, o movimento sindical brasileiro acabou sofrendo a influência direta das lideranças forjadas em um clima de disputa e polarização ideológica, dentro de uma sociedade que ainda estava saindo de uma economia predominantemente agrária, com monoculturas específicas de cada região do País (café no Sudeste, cana-de-açúcar no Nordeste e borracha no Norte, a título de exemplo). No entanto, no caso brasileiro, o movimento sindical também é herdeiro da tradição de organização e de luta dos diversos sindicatos surgidos durante a Primeira República, especialmente sob a influência das tendências anarquistas que prosperaram no movimento operário, trazidas inicialmente pelos imigrantes europeus.

Foi a partir da Revolução conservadora de 1930, que o governo Vargas criou uma estrutura sindical que estabeleceu laços de dependência das entidades de classe dos trabalhadores, dificultando a atuação daquelas entidades que não se enquadravam na orientação governamental. Esta estrutura sindical criada teve sua principal base de sustentação no imposto sindical e no reconhecimento oficial dos sindicatos atrelados ao Estado, como demonstrado:

A necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato por um ramo do aparelho do Estado é o elemento fundamental da estrutura sindical porque dele dependem todos os demais elementos que compõem essa estrutura. De fato, essa compreende, além da representação sindical outorgada, a unicidade sindical (sindicato único por força de lei), as contribuições sindicais obrigatórias e a tutela do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho, sobre a atividade reivindicativa dos sindicatos. Tanto a unicidade sindical quanto as contribuições sindicais obrigatórias pressupõem o reconhecimento oficial-legal dos sindicatos (BOITO JR, 2005, p. 87).

Historicamente, aos demais sindicatos (que procuraram adotar um caminho de maior independência em relação aos órgãos governamentais) foram reservados tão somente a coerção e repressão (FREDERICO, 1994), como na investida do governo estadual contra o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1979 e na ação do governo federal contra a greve dos petroleiros em 1995. O sindicato dos petroleiros foi obrigado a arcar com multas milionárias após a decretação da ilegalidade do movimento pela justiça federal.

Após a redemocratização política de 1946, mesmo com a manutenção integral da estrutura sindical varguista, diversas entidades sindicais adotaram o

caminho da combatividade e independência, até mesmo com os objetivos claros de se diferenciarem dos sindicatos pelegos⁵ atrelados à estrutura governamental. Os movimentos trabalhistas e de reivindicação também ganharam força no campo e surgiram as grandes Confederações e as Ligas Camponesas enquanto o País assistiu a um clima de maior liberdade e democracia formal, culminando com a luta pelas Reformas de Base defendidas pelo governo João Goulart (1961-1964).

Estas Reformas pretendiam alterar as estruturas históricas de dominação das elites nacionais e estrangeiras em favor das classes populares, alterando o sistema educacional, bancário, monetário, creditício e na área da política externa, através da revisão do texto constitucional brasileiro. Uma das principais bandeiras foi a pressão social em favor da reforma agrária, entendida como uma política fundamental de fixação dos trabalhadores no campo e de justiça social. Com o golpe militar iniciado em 1964, as mobilizações foram bruscamente interrompidas e um regime repressivo sufocou as ações do conjunto da classe trabalhadora.

O movimento sindical brasileiro só voltou a demonstrar nova capacidade de mobilização e de enfrentamento às forças da repressão durante as greves por recomposição salarial lideradas pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo no final dos anos de 1970. Neste período de redemocratização do país, as primeiras grandes mobilizações sindicais aconteceram a partir das greves de São Bernardo do Campo no setor automotivo contra o arrocho salarial e a inflação, servindo de estímulo para paralisações de outros segmentos em todo o Brasil. Com o esgotamento do modelo econômico, o próprio regime militar perdeu a razão da sua existência.

Como reflexo e consequência destes acontecimentos, em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), primeira central brasileira, aumentando a pressão dos trabalhadores sobre os patrões. Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, o direito de sindicalização é estendido aos

⁵ Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados "de fachada" ou "de carimbo", entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não [...]. Informação disponível em <http://cpdoc.fgvbr>. Acessado em 29 de fevereiro de 2012.

trabalhadores do setor público (ANTUNES, 1995). Segundo Giannotti (2007, p. 222) havia, naquele momento, “uma rica elaboração teórica sobre a estrutura sindical, e a proposta de várias oposições sindicais era que os sindicatos deveriam ser independentes e autônomos do Estado.”

Em todo o País, as diversas categorias profissionais passaram a se organizar em torno de diversos sindicatos por ramo de atividade e os trabalhadores da educação também participaram deste momento da vida nacional. Congregados em associações por segmento profissional, a criação dos sindicatos obedeceu a um movimento nacional de unificação e fortalecimento por ramo de atividade. A Confederação dos Professores do Brasil (CPB), uma das organizações nacionais anteriores ao direito da organização dos servidores públicos definidos na Constituição, em 1990, deu origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), em um processo de unificação dos profissionais docentes e não-docentes.

Paradoxalmente, a organização dos servidores públicos em sindicatos ocorreu exatamente durante a crise fiscal do Estado Nacional e a implementação do modelo neoliberal no País, obedecendo à lógica da abertura dos mercados para as empresas multinacionais e facilitação à movimentação do capital financeiro especulativo (MACHADO, 2002). No Brasil, este período abrangeu principalmente os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003), gerando inúmeras consequências para a organização dos trabalhadores.

Os governos neoliberais avaliavam que a pressão inflacionária era a principal responsável pela diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e que esta tinha, como uma das causas, a impossibilidade da União em buscar fontes de financiamento externas para honrar seus principais compromissos. Isto ocasionava uma emissão descontrolada de moeda nacional, fazendo com que perdesse rapidamente seu valor de troca. O reflexo da inflação e da crise fiscal brasileira funcionou como elemento catalisador das mobilizações e estratégias de lutas dos trabalhadores, tanto na iniciativa privada, quanto na rede pública ou no campo, por meio de suas associações, sindicatos e demais modelos de organização. O combate à carestia foi o pólo unificador destas lutas.

Na realidade, desde o início dos anos de 1980 cresceu a pressão dos agentes financeiros mundiais⁶ para a redefinição das funções dos Estados Nacionais como forma de possibilitar maior liberdade de investimentos e transações nos mercados mundiais, especialmente, após as crises do petróleo dos anos precedentes que repercutiram nos principais países-centro do capitalismo. Ganhou força, então, as ideias de caráter liberal, debatidas desde a implantação do Estado do Bem-Estar Social no período pré-Segunda Guerra Mundial e ampliado para o continente europeu a partir dos anos 1950, como forma de se contrapor ao Leste europeu. Todavia, após intenso período de crescimento econômico, as crises periódicas do padrão de acumulação do capital levaram os governos à sujeição das novas regras do mercado.

As principais teses defendidas pela corrente neoliberal foram: redução do tamanho do Estado, flexibilização das relações trabalhistas, abertura das empresas e produtos dos países à concorrência internacional, desregulamentação dos investimentos estrangeiros e o fim dos monopólios (MACHADO, 2002; NEVES, 1994; SOARES, 2002; TORRES, 2003). Tudo deveria ser feito para favorecer o mercado e a livre-concorrência.⁷ Para que estas medidas fossem adotadas pelas nações, especialmente as nações pobres e subdesenvolvidas, foram utilizadas diversas estratégias de pressão.

Esta pressão foi exercida por meio dos órgãos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio, além das empresas multinacionais, principais interessadas na abertura econômica destas nações. Segundo a ótica neoliberal, nos países latino-americanos as mudanças deveriam ocorrer em setores vitais da economia: fiscal, tributário, cambial, comercial, além da oferta de um novo tratamento ao investimento estrangeiro e aos gastos públicos (MACHADO, 2002; RIBEIRO, 2010).

Soares (2002) enfatiza principalmente as consequências negativas deste ajuste neoliberal para as áreas sociais e os direitos trabalhistas. Sugere ainda que, a partir do neoliberalismo, o próprio conceito de cidadania é restringido enquanto

⁶ Instituições como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização dos Estados Americanos.

⁷ As regras do livre-comércio foram aplicadas especialmente nas nações da periferia do capitalismo, uma vez que as nações do centro continuaram com suas políticas protecionistas, conforme destaca Soares (2002).

ganharam legitimidade as medidas assistencialistas focalizadas por segmento, em que a noção de direito revestiu-se do caráter de favor, de compensação social ou simples caridade, através de campanhas de solidariedade e parcerias do setor público e privado. Na questão trabalhista, sua legislação evoluiu meramente para uma maior mercantilização ou desproteção legal da força de trabalho

O mais grave em toda essa história é que toda essa avalanche de medidas (políticas públicas) pró-capital e contra as mínimas conquistas da classe trabalhadora vem sendo colocada como necessária e parte de um movimento 'avançado' do capitalismo contemporâneo. Só não se diz que as tais políticas neoliberais atendem a interesses exclusivos das frações da classe burguesa detentoras do já 'crescido' capital financeiro e, por conseguinte a elas pouco interessa o tão visível e nada 'incomodo' crescimento das questões sociais. Claro que isso não se dá num terreno destituído de contradições até porque a lógica burguesa que move a sociedade capitalista já nasceu sob o signo daquele (DIÓGENES, 2011, p.77).

Outros fatores também contribuíram para as modificações efetuadas nos rumos do capitalismo, colaborando para o seu fortalecimento político e ideológico, como a estagnação e a falência do modelo soviético. Torres (2003, p.17) observa que “quando a economia capitalista se deparou com o desaparecimento de grande parte de suas alternativas rivais [...] ela se proclamou como único modelo possível”. Desta forma, o modo de produção baseado no mercado passou a desempenhar a função não apenas de sistema de acumulação, mas reproduzindo um discurso de sistema vitorioso para o conjunto das nações, como única possibilidade de realização das aspirações coletivas.

Os governos neoliberais consideravam que tendo estabilizado a economia através do controle do histórico processo inflacionário provocado, na visão da equipe econômica, principalmente pelo grande *déficit* público, outras medidas deveriam ser concretizadas para garantir este avanço no âmbito monetário. Ou seja, todas as medidas liberais passaram a ser válidas para ingressar no mundo globalizado (NEVES, 1994) e ao mesmo tempo consolidar o controle da inflação. Tendo por base os fundamentos econômicos adotados, um dos elementos norteadores da equipe econômica foi exatamente a redução do tamanho do Estado, visto como ineficiente e corrupto, além de promotor direto da inflação através das políticas sociais e dos encargos trabalhistas, principais responsáveis pelos gastos públicos (SOARES, 2002).

Para diminuição dos papéis desempenhados pelo Estado, foram colocadas em prática várias medidas estruturais e de redefinição do seu papel institucional: reforma previdenciária, venda do patrimônio estatal, suspensão dos concursos públicos, limitação das despesas governamentais, definição de tetos salariais, contratações provisórias para as eventuais e crescentes carências de pessoal, dentre outras medidas de reorganização do aparelho estatal orientado pela política neoliberal. Mesmo recusando a acusação de neoliberal, o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que “sua função foi reconstruir a máquina pública, dar maior consistência às políticas públicas, enfim, reconstruir o Estado” (CARDOSO, 2006, p.04).

Na etapa de implantação do modelo neoliberal no País, com a abertura do mercado interno às importações e o enxugamento administrativo do Estado com as demissões de servidores públicos, extinção de órgãos e o programa de privatização estatal implantado a partir de 1990, o principal desafio enfrentado pelos trabalhadores, além da permanência das altas taxas de inflação, passou a ser o desemprego (ALVES, 2004). Com a inflação, continuaram as reivindicações em torno da recuperação do poder aquisitivo dos salários, e a partir do aumento do desemprego, cresceu a insegurança das famílias sobre o futuro.

As consequências provocadas pelo Plano Collor ⁸ demonstraram que ao mesmo tempo em que o governo abandonou suas obrigações trabalhistas e sociais com o discurso do Estado Mínimo, ainda manteve extrema capacidade de interferência na vida dos cidadãos através da suspensão de garantias legais. O grande exemplo foi o bloqueio financeiro dos ativos e aplicações financeiras nas cadernetas de poupança através do empréstimo compulsório de todos (ou quase todos) os cidadãos do país e de milhares de empresas a partir de determinados valores fixados pelo governo, popularmente chamado de confisco.

Todas estas medidas, objetivando oficialmente garantir a eficiência da máquina do Estado, eliminar o excesso de liquidez e inserir o Brasil na nova era da globalização, serviram como bandeiras que possibilitaram diminuir ou acabar com os direitos definidos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho

⁸ Plano de estabilização Brasil Novo. Entre as medidas do plano estavam o congelamento de preços e salários, a mudança da moeda (de cruzado para cruzeiro), privatização de empresas públicas, reforma administrativa e cortes orçamentários. O cerne do plano era a medida provisória nº 168, que tratava sobre a liquidez de ativos financeiros, ou seja, sobre o confisco da poupança, reeditadas algumas vezes pelo governo (PAIXÃO e CASARÕES, 2008).

(CLT). Ou seja, o Estado não só deixou de garantir os direitos trabalhistas e sociais (FALEIROS, 1991), como também os retirou (SOARES, 2002). Entretanto, o balanço das políticas neoliberais para a classe trabalhadora mostrou-se extremamente negativa, “embora o imaginário dos assalariados tenha-se iludido com a queda da inflação e o controle dos próprios gastos, na contramão da oferta abundante de mercadorias e crédito bancário”. (RIBEIRO, 2010, p. 87).

Através da estabilização monetária e das políticas de modernização, o governo Fernando Henrique deu prosseguimento ao projeto neoliberal, e é nesta fase que o movimento sindical mais sofreu as consequências da nova ordenação institucional e política em curso. A desregulamentação trabalhista, somado ao recurso judicial e repressivo estatal (PEREIRA, 2011) passaram a ser utilizados diretamente pela União e pelos Estados no sentido de coibir as greves e manifestações. A estrutura sindical, oriunda em grande parte da Era Vargas, passou a ser desmontada e as organizações sindicais tratadas meramente como corporações defensoras de privilégios, permanentemente desqualificadas e criminalizadas pelos governos e pela grande mídia. (BOITO JR, 2005).

Na realidade, desde o final da década de 1980, os servidores públicos já eram alvo de ataques e discursos que defendiam o fim dos privilégios. Na educação, também havia um projeto político e ideológico em curso:

Na política educacional, o neoliberalismo traduziu-se em privatização, municipalização indiscriminada do ensino fundamental, limitação da obrigatoriedade escolar e precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, todas as propostas de valorização profissional foram inviabilizadas (DUTRA, 2009 p. 326).

Outro ponto que merece ser destacado é que, neste período, a União, de fato, deixou de funcionar como fonte de ajuda aos governos estaduais, procedimento mais tarde consolidado na Lei de Responsabilidade Fiscal⁹, sendo estes governos obrigados a fazerem seus próprios ajustes fiscais, tendo como parâmetro o novo

⁹ Lei Federal Complementar nº 101/2000, que disciplina os gastos da administração pública. O seu descumprimento implica na suspensão de repasses federais. O artigo nº 19 da lei atinge diretamente os funcionários do setor público dos entes federados, limitando as despesas com pessoal em sessenta por cento das respectivas receitas correntes líquidas. Para o poder executivo, o artigo 20, II, item c, a limitação é de quarenta e nove por cento das receitas.

arranjo institucional em vigor no País.¹⁰ Repetiu-se em âmbito local o mesmo discurso e ações instauradas no Governo Federal.

Desta forma, os governos estaduais que anteriormente encontravam as soluções para os problemas locais recorrendo aos recursos do tesouro federal, encontraram sérias dificuldades para honrar seus compromissos financeiros e os demais encargos com pagamento de pessoal e rolagem das suas dívidas, contraídas durante anos de modo não-planejado. No caso de Alagoas, com uma alternativa de gestão que beneficiou os grandes grupos econômicos e tornou o Estado uma fonte permanente de auxílio para os seus projetos de modernização conservadora, as classes políticas encontraram-se órfãs do auxílio financeiro do governo federal. E na busca das soluções, penalizaram a população que mais precisava da ajuda estatal.

A produção acadêmica sobre o movimento sindical educacional, especialmente na área docente, tem crescido nos últimos anos no Brasil. (CRUZ, 2008; FERREIRA, 2006; PITON, 2004; MIRANDA, 2005; BRAGA, 2006; NASCIMENTO 2007; RÊSES, 2008; VIEIRA, 2009; SANTOS LANZA, 2010). Em sua maioria, os textos enfatizam as ações sindicais e as consequências do avanço neoliberal sobre as áreas sociais, notadamente a educação pública, com exceção de Braga (2006) que analisa as atividades sindicais em Minas Gerais entre os anos de 1934 a 1970 e Rêses (2008) que se detém nas causas do sindicalismo docente tardio no Estado do Rio de Janeiro, começando seus estudos a partir do fim do período monárquico brasileiro. Destacaremos alguns desses trabalhos.

Em sua tese de Doutorado, Piton (2004) procura compreender as ações do movimento sindical docente no Paraná no contexto de implantação das políticas neoliberais, consubstanciadas nas reformas educacionais para a educação básica propostas pelo governo estadual entre os anos de 1995 a 2002. Fazendo opção metodológica pela pesquisa qualitativa associada à pesquisa bibliográfica e documental, além de questionários e entrevistas semi-estruturadas, sua pesquisa recai sobre os efeitos do neoliberalismo para a educação, o trabalho e a cidadania ao mesmo tempo em que reconstitui e debate a trajetória, as estratégias, as práticas e as resistências do movimento sindical docente do período em questão.

¹⁰ Também foram feitas alterações no modelo de financiamento da educação básica com a criação de fundos de financiamento. Embora este assunto não tenha sido objeto desta dissertação, maiores informações podem ser encontradas em Almeida (2010) e Ednir e Bassi (2011).

Com base na economia política marxista, na análise das fontes primárias escritas e orais, junto a aplicação de 49 questionários, Miranda (2005) pesquisou o pensamento e o projeto sindical em três entidades do Estado do Rio de Janeiro, avaliando as mudanças do mundo do trabalho e as ações sindicais contextualizadas na luta de classes. Também compara as convergências e divergências pedagógicas e sindicais entre os sindicatos pesquisados. A dissertação aborda ainda as repercussões subjetivas e objetivas do neoliberalismo para os profissionais da educação.

Já a dissertação de Mestrado de Nascimento (2007) faz um resgate do movimento sindical brasileiro a partir da década de 1980, com destaque para a trajetória da CUT e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina (Sintec), analisando e comparando as bandeiras e estratégias de luta, principalmente por meio das pesquisas dos anais dos congressos sindicais realizados entre os anos de 1989 a 2005 sobre a relação Sintec-CUT.

Abordando a relação do movimento sindical com a gestão democrática e como estes aspectos influenciaram a participação política do magistério durante os embates contra as políticas de cunho neoliberais no Estado de São Paulo entre os anos de 2002 a 2008, Santos Lanza (2010) adota como técnica de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas e o levantamento da bibliografia concernente ao tema (livros, artigos, dissertações, teses, resoluções de congressos, boletins, jornais e a legislação educacional). Sua pesquisa discute também a estrutura organizativa sindical e como é estimulada a participação docente nas escolas, dentro de uma perspectiva da gestão democrática.

Na região Nordeste, pode ser destacada a tese de Doutorado de Vieira (2009), em que fazendo opção metodológica pela abordagem qualitativa, valendo-se de fontes documentais, entrevistas semi-estruturadas e na análise interpretativa dos discursos presentes em documentos e nas próprias entrevistas, o autor analisa a trajetória sindical docente no Vale do São Francisco nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), enfatizando a contribuição desse movimento para a construção das identidades docentes. Como método preferencial de análise, opta pelo materialismo histórico dialético seguindo a tradição teórica marxista.

Outra contribuição importante constante nas produções acadêmicas listadas é o debate da influência da feminilização sobre o movimento sindical, entendida como “o resultado de um processo de ampliação da força de trabalho feminino na

docência”, feita por Ferreira (2004, p. 229). A autora chama atenção sobre a necessidade de ser dado um enfoque maior sobre a questão do gênero, que perpassa diretamente sobre os assuntos ligados ao movimento sindical na educação.

Em Alagoas, a produção acadêmica sobre o movimento sindical é limitada, podendo ser citados os trabalhos de Almeida (1999) e Rocha (2007), ambos tratando sobre um mesmo aspecto da história política alagoana (especificamente sobre o 17 de julho de 1997), além de Maciel (2007) – série de artigos que retratam a trajetória do movimento operário entre 1870 a 1960 e Santos (2008), este fazendo uma reconstituição histórica do movimento sindical dos trabalhadores dos Correios. Existem outros trabalhos abordando a realidade econômica e social alagoana que são citados neste texto (ALBUQUERQUE, 2009; CARVALHO, 2009; LIRA, 2007) como também os que analisam outros movimentos sociais e culturais (VERÇOSA, 2006), mas que não abordam especificamente a trajetória do movimento sindical.

Outro aspecto chama atenção sobre as pesquisas que tratam sobre o movimento sindical no campo da educação na América Latina e no Brasil e que necessita ser acentuado: a grande maioria destes analisa a ação sindical abordando principalmente a atuação dos professores, dizendo pouco ou nada no que se refere aos funcionários das escolas, salvo algumas exceções (MONLEVADE, 2007; 2009). Nesta dissertação, como anunciado, a pesquisa sobre o movimento sindical examinou tanto as ações dos atores docentes como dos não-docentes, por compreender que a expressão “trabalhadores da educação” engloba o conjunto dos segmentos que convivem e interagem na realidade educacional.

Iniciando mais especificamente a discussão sobre a realidade alagoana, a parte II tratará exatamente de como o modelo de desenvolvimento escolhido pela elite econômica para gerenciamento do Estado acabou levando a máquina pública à insolvência, no contexto da reorganização administrativa da federação sob o viés dos princípios neoliberais em curso.

2 A TRAJETÓRIA SINDICAL NA EDUCAÇÃO ALAGOANA

Para mim, a História é tempo de possibilidades e não de determinações. E se é tempo de possibilidades, a primeira consequência que vem à tona é a de que a História não apenas é, mas também demanda liberdade. Lutar por ela é uma forma possível de, inserindo-nos na História possível, nos fazer igualmente possíveis. Em lugar de ser perseguição constante ao pecado em que me inscrevo para me salvar, a História é a possibilidade que criamos ao longo dela, para nos libertar e assim nos salvar. (Paulo Freire)

2.1 Da Associação dos Professores de Alagoas ao nascimento do Sindicato dos Trabalhadores da Educação: da passividade ao enfrentamento¹¹

A trajetória do movimento sindical dos profissionais da educação, em relação a outros segmentos dos trabalhadores do setor privado e até do setor público, é historicamente recente em Alagoas, como em todo o Brasil. Fundada em 15 de março de 1965 e reconhecida através da lei nº 2.921 de 09 de maio de 1965, a Associação dos Professores Primários de Alagoas (APAL), enquanto órgão associativo dos professores das séries iniciais estava vinculado institucionalmente à secretaria estadual de educação e a sua principal função era desenvolver atividades de caráter beneficente. Criado em pleno regime militar, sua linha de atuação estava em conformidade com o projeto político de harmonização da relação capital-trabalho adotado pelo regime, subordinando os interesses da classe trabalhadora aos objetivos do grande capital.

Nesse sentido, as ações da APAL foram consideradas, em que pese a conjuntura política do momento, de extrema passividade em relação ao relacionamento com as autoridades governamentais. Em vez de uma condução da associação por meio de atividades de massas, de envolvimento da sua base nas atividades reivindicativas, suas direções preferiam as negociações de cúpula aos enfrentamentos diretos, os acordos de bastidores à democratização das ações, às homenagens e os elogios aos gestores às críticas abertas e diretas. Normalmente,

¹¹A partir deste capítulo, além da variada fonte documental que tornou possível a reconstituição dos fatos (atas, ofícios, anais de congressos, leis, decretos, portarias, material iconográfico), foram incluídos os depoimentos colhidos durante as entrevistas semi-estruturadas. Os relatos dos principais episódios escolhidos pelo pesquisador objetivaram oferecer um painel histórico destes fatos, ainda que de modo parcial e fragmentado, conforme observa Benjamin (2006), dado a impossibilidade analítica de capturar todas as facetas da realidade. Muitos dados das entrevistas foram distribuídos ao longo do texto.

as atividades da entidade primavam por atitudes de conciliação com os governos, quando não o da colaboração pura e simples. O caminho adotado por suas direções também focalizava o caráter recreativo em prejuízo de ações de cunho mais mobilizatório.

As atividades da Associação, desse modo, eram bastante diversificadas. Iam desde doação de apartamentos aos professores por meio de convênios governamentais até a inauguração de galerias de bem feitos da entidade (referência aos governadores e secretários de educação de 1965 a 1977, a exemplo da solenidade realizada em 14 de outubro de 1977), como também promoção de celebrações eucarísticas (SINTEAL, 1978) em parceria com a secretaria estadual de educação (SEE). A celebração em homenagem ao primeiro ano do governo da produção de Divaldo Suruagy, em 1978 promovido pela Associação em conjunto com a SEE (ANEXO VI) demonstra bem o grau de relacionamento entre o poder público e a entidade representativa do magistério, na medida em se que uniram para comemoração do aniversário do início da gestão do governador. Em 1982 a entidade recebeu visitas de diversas lideranças políticas, a exemplo de Guilherme Palmeira e Fernando Collor de Mello, respectivamente governador do Estado e prefeito de Maceió. (ANEXO I)

Sua sede, situada à Avenida Major Cícero de Goes Monteiro, nº 2339, bairro do Mutange, na cidade de Maceió, conhecida até hoje como Casarão da Vila Amália. Após grande período de tempo desativado, depois da reinauguração em 1991, abriga o atual Sindicato dos Trabalhadores da Educação. Doada pelo Governador Lamenha Filho, inicialmente presidida pela professora Maria José Casado (1965-1966), seguida por Nadir de Souza Barbosa (1966-1968), Ducinéia da Costa Bibiano (1972-1974), Maria Dione de Souza (1980-1983), Tito Cavalcante Alencar (1983-1984) e Maria Alba Correia da Silva (1984-1991).

Em pleno período autoritário, a principal crítica apontada pelo grupo de oposição contra a Associação referia-se a sua passividade adotada relação aos governos estaduais (ANEXO VII), redundando em uma condução da entidade meramente voltada para questões beneficentes e assistencialistas, como se constata a partir dos depoimentos seguintes:

Não havia uma representação autônoma. A questão era a submissão ao governo. Era tão claro isso que o carro da associação era do governo, a pintura da associação era igual a pintura das escolas, o motorista pra associação era motorista do governo. Então era uma submissão muito grande de infra-estrutura e aí com a condução política também muito submissa. As reivindicações não eram aguerridas, elas não eram ousadas [...]. (professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08) ¹²

[...] a APAL era um braço do governo. A presidente e toda diretoria não questionava nenhuma ação que o governo fazia em relação à educação. (professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

Nota-se pelos depoimentos, que somado à necessidade da mudança de conduta da APAL para que estes trabalhadores pudessem sentir-se representados nas reivindicações em relação ao governo, o estreito relacionamento da entidade com a estrutura da SEE passava a percepção de que os representantes da Associação não tinham mais legitimidade frente à base. Mais do que uma entidade classista, um dos entrevistados entendia que o clima de redemocratização pelo qual o País atravessava exigia a transformação da prática política da APAL, redirecionando-a com vistas a contribuir no processo de tomada de consciência da categoria e das gerações pós-abertura democrática. De acordo com um dos entrevistados, a vinculação da Associação com o governo era ainda mais comprometedora:

A primeira reunião da executiva dessa diretoria não era pra definir a linha de trabalho, era pra definir cargos: de quantos cargos tinham na secretaria, quantos cargos tinha de diretor, quem era que iria já para aquela secretaria, quem iria apontar diretor de escola. Era essa linha. Então a associação se viu nesse caminho. A prova disso é que a partir daí se criou a resistência com relação à APAL e ela foi se esvaziando completamente. Por essa questão, dos seus dirigentes ocuparem

¹² As falas dos sujeitos da pesquisa estão registradas com espaço de 1,5 entre as linhas, em itálico e sem recuo. As demais citações seguiram as regras da ABNT (NBR 14724: 2005).

cargos de comissão, começaram a abandonar quase definitivamente a APAL. Então ela ficou inerte. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Na visão apresentada, a relação do governo com a Associação era bem mais do que ideológica. A APAL não só compartilhava da ideologia de colaboração patrão-empregado, típica dos sindicatos pelegos, mas os seus dirigentes faziam parte da estrutura do governo, seja pela indicação de cargos, seja assumindo esses cargos diretamente. Tanto é assim que, segundo a entrevista, a direção da entidade praticamente foi esvaziada uma vez que os seus dirigentes estavam diretamente ocupando cargos de confiança. Percebe-se além disso, que o tipo de colaboração da entidade com o governo estadual era entendido pelos entrevistados como nocivo aos interesses da categoria porque o que estava em destaque não eram os interesses da classe, mas os objetivos imediatos da sua direção.

Vale ressaltar que o País estava ainda submetido ao regime militar e as eleições para governadores de estado estavam suspensas com o Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 1964 que tornou as eleições para Presidente da República indiretas, confirmadas por um Congresso Nacional controlado pelo poder executivo. Os governadores dos Estados eram indicados pelo presidente, enquanto as nomeações para prefeitos das capitais eram feitas diretamente pelos governadores. Neste contexto, eram comuns que algumas lideranças sindicais não quisessem (ou pudessem) se indispor com o regime, como também usufríssem dos seus benefícios enquanto as bases sindicais careciam de lideranças mais combativas e independentes.

O grupo de oposição à APAL era bastante heterogêneo. Deste grupo de professores participavam militantes do Partido Comunista do Brasil (que atuando na ilegalidade, utilizava o Movimento de Democratização Brasileira como sigla partidária oficial); profissionais que lutavam pelas liberdades democráticas sem vinculação partidária definida; profissionais ligados aos movimentos sociais e ao movimento de renovação da igreja católica, como as Comunidades Eclesiais de Base; além de profissionais do magistério sem qualquer vinculação partidária, mas que desejavam uma Associação mais combativa.

Os professores oposicionistas apresentaram uma chapa para concorrer às eleições da entidade em 1980, tendo como candidato à presidência o professor Élcio

de Gusmão Verçosa. Segundo os depoimentos colhidos, o governo estadual jogou toda sua força econômica e política para ganhar as eleições. O depoimento ilustra essa fase:

Nessa tentativa, sofremos uma derrota fragorosa. Foi aí que tomamos consciência do poder do governo conservador sobre a categoria e sobre a educação no Estado, exercendo controle sobre os professores através das Coordenadorias Regionais de Ensino. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08)

Não foi uma tarefa simples para a oposição retirar a Associação da esfera de influência do governo. As Coordenadorias Regionais de Ensino, que faziam parte da estrutura burocrática da Secretaria Estadual de Educação (SEE) pressionava os professores a votar na chapa que contasse com o apoio governamental. Derrotados nessa eleição, procuraram reorganizar-se novamente em 1984 e conseguiram eleger-se para a direção da Associação com a professora Maria Alba Correia da Silva na condição de presidente. A mudança da conjuntura política e econômica possibilitou a vitória da oposição, inaugurando uma nova forma de encaminhamento das demandas e ramificação da ação sindical pelo interior do Estado. Um dos fatores decisivos estava relacionado à política salarial apresentada pelo governo.

Na época, o governo Divaldo Suruagy (1982-1985) enviou para apreciação da Assembleia Legislativa um projeto de lei fixando um piso vencimental para todos os profissionais com nível superior. Este projeto de lei foi denominado de NS-400 e excluiu o magistério do reajuste. O grupo de oposição à Associação desencadeou uma campanha entre a categoria para que o governo reconhecesse o direito do magistério em receber esta nova remuneração, sendo credenciado pela base através de assembleia, constituída uma comissão de negociação junto ao Estado. Pela Associação respondia o professor Tito Cavalcante Alencar, que estava assumindo a presidência da entidade, mas que segundo os depoimentos, pouco comparecia às discussões.

A conquista do NS-400 e o clima nacional de luta pela garantia das liberdades democráticas propiciaram o momento histórico necessário à vitória da oposição (ANEXO II) nas eleições para a APAL em 1984, mesmo com o uso da máquina

oficial em favor do grupo da situação. Segundo Almeida (1999, p. 113), foi uma “tentativa inédita, na história alagoana, de organização autônoma e de caráter sindical dos professores alagoanos.” Dois dos entrevistados analisam aquele fato histórico. Para o primeiro, a vitória eleitoral está inserida no contexto de mobilização pela equiparação salarial:

[...] Depois da tentativa em 1979, nos organizamos e em 1984, durante o mandato da Professora Dione Moura, fomos constituindo um movimento forte de oposição cujas bandeiras eram a educação pública de qualidade, a valorização profissional contra a discriminação dos professores na Lei do NS-400. Nós ocupamos espaços públicos – concentrações, passeatas, fomos pra rua [...]. Os professores de Alagoas saíam da apatia alienada para expressar sua capacidade de participação junto à sociedade. Nesse caminho, o governo sob pressão, encaminhou no dia 15 de outubro de 1984 – Dia do Professor – o projeto de lei que equiparava os professores de nível superior ao NS-400. Nossa eleição seria em novembro [...]. Durante a campanha, nós flagramos trabalhadores rurais votando na fila que a Coordenadoria Regional de Ensino determinava para “não deixar passar essa chapa desses professores subversivos”. Foi um movimento tipo esquerda X direita, concepção sindical conservadora, atrasada contra uma concepção progressista, democrática que começava a mobilizar o magistério alagoano [...]. Então, a luta pelo NS 400 – articulada à luta pela educação e pelas liberdades na sociedade brasileira – foi o grande motor das transformações da APPA – APAL – SINTEAL. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08)

A campanha pela conquista do NS-400 e a posterior eleição pelo comando da APAL assumia a partir dos fatos narrados acima uma linha de politização contextualizada na luta pela recuperação das liberdades democráticas, pelo respeito aos direitos humanos e pela justiça social, bandeiras defendidas pela oposição à Associação. No campo sindical, a luta pela sindicalização do servidor público e pela autonomia sindical ganhava força entre a base dos filiados da APAL, simbolizado pela mobilização em favor da equiparação salarial do magistério. A relação

movimento sindical- democratização é confirmada pelo segundo entrevistado nesse tema:

Nascendo naquele momento histórico um movimento forte de oposição à Apal, período do governo de Suruagy [...] apresentamos nas eleições uma proposta de chapa unificada para concorrer ao sindicato e o resultado foi a vitória de Alba [...]. Como presidente da nova diretoria, este fato foi muito positivo para os educadores, com o fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores da educação, os direitos salariais, a gestão democrática e outros direitos inerentes a educação. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

Os relatos descritos são bastante reveladores da conjuntura política daqueles anos. Não se tratava apenas de “*disputar a Associação pela Associação,*” mas de uma luta maior em defesa das liberdades democráticas e da autonomia das ações da classe. Tanto quanto a conjuntura local, o contexto nacional desempenhou papel fundamental. Ao que tudo indica, o fator econômico relacionado ao projeto de revisão salarial para os servidores públicos propiciou a unidade que a categoria precisava, legitimando a oposição durante a fase da mobilização pela aprovação da lei. Fica evidenciado também que as vitórias anteriores das chapas governistas não só eram feitas com a interferência do poder político e econômico, mas também com algum grau de fraude eleitoral.

A mobilização desencadeada pela unidade em torno da reivindicação da equiparação salarial estabeleceu uma nova relação da Associação em relação ao governo. De uma postura de colaboração passiva a uma postura mais contestatória, com ações de enfrentamento direto em defesa das pautas do magistério, inaugurou uma nova fase na história da APAL, especialmente se comparadas às administrações imediatamente anteriores ao processo eleitoral de 1984.

As ações da APAL depois das eleições foram marcadas principalmente pelo seu caráter de enfrentamento contra os governos Suruagy (1982- 1986) e José Medeiros Tavares (1986-1987). Em 22 de novembro de 1988, após a promulgação da Constituição Federal, foi realizada a assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, congregando outras entidades do setor educacional, a

saber: a Associação dos Professores de Alagoas (APAL), Associação dos Orientadores de Alagoas (AOEAL), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE); Associação dos Supervisores de Alagoas (ASEAL), a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) /Secção de Alagoas, Associação de Professores de Educação Física (APEFEAL) e a Associação de Educação Católica (AEC). Estiveram presentes nesta assembleia cento e quatorze pessoas, designados de sócios fundadores pelo estatuto do Sinteal. Este movimento começou a acontecer em várias partes do País, confirma o entrevistado:

Em nível nacional havia uma discussão para o fortalecimento dos direitos dos educadores, e os instrumentos mais fortes seriam um sindicato que tivesse a representação de professores, orientadores, supervisores, e administradores escolares etc. Para isto, foi necessário desfazer as Associações e nos unir num só sindicato. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

O contexto nacional influenciou fortemente na transformação da Associação em sindicato unificado, sendo motivo de orgulho da parte dos entrevistados o fato da unificação dos segmentos profissionais ter ocorrido antes mesmo da unificação da entidade nacional, conforme salienta um dos colaboradores da pesquisa: “*Nós conseguimos a unidade sindical em Alagoas antes mesmo da Confederação Nacional, que só o faria 2 anos depois*”.¹³ A unificação dos diversos segmentos educacionais de fato foi uma tendência nacional, assim como as atividades de mobilização e a contestação (que já aconteciam antes da formalização das associações em sindicatos)

Características, então, do sindicalismo docente brasileiro, em especial do professorado público, mesmo antes de adquirir direito à greve, são as mobilizações massivas, típicas do sindicalismo combativo; organização pela base, isto é, por local de trabalho (escola) e região, representando-se finalmente em organizações regionais; a paulatina identificação com o ‘novo sindicalismo’, por meio da filiação das entidades à CUT (Central Única dos Trabalhadores); e a posterior unificação de docentes e do funcionalismo em entidades únicas, no caso do ensino básico. (FERREIRA, 2006, p, 230)

¹³ Entrevista nº 10

O fato das entidades sindicais não terem sido, antes da Constituição Federal de 1988, consideradas legalmente como sindicatos, não impossibilitou então, que usassem de estratégias e táticas de luta comuns nos meios sindicais. O traço marcante verificado ao longo da pesquisa – especialmente durante a década de 1980 – refere-se às relações por demais “estreitas” entre as lideranças sindicais e as autoridades governamentais, bem como o clima político nacional (nascimento do ‘novo sindicalismo’, ações de massa, confrontação luta por liberdades democráticas, etc.) influenciando a conjuntura local. Como observado, as mudanças sindicais ocorridas em Alagoas estavam em sintonia com aquelas mudanças.

Não restam dúvidas, a partir dos dados empíricos analisados, que a conjuntura nacional também foi um dos fatores determinantes para o processo de politização dos trabalhadores, que passaram a ter uma compreensão mais abrangente da validade da unificação das pautas dos diversos segmentos educacionais e da importância dessa unidade a partir daquele momento histórico. Essa tomada de consciência também foi fundamental para a interlocução das atividades locais com as diretrizes gerais das entidades nacionais, às quais o sindicato passou a estar vinculado.

A diretoria provisória do Sinteal foi composta pelos seguintes integrantes: Maria Alba Correia da Silva, presidente; Irailde Correia de Souza Oliveira, secretária; Milton Canuto de Almeida, tesoureiro. Participaram da direção ainda: Albertina Laurentino de Argolo, Antonio Passos Lima Filho, Esmeralda Moura, Jaredo Viana de Oliveira, Maria José Pereira Viana, Maria Betânia Toledo da Costa, Nadir Ataíde Paes e Evagrio de Albuquerque Moreno. A direção provisória tinha como objetivo a preparação do primeiro Congresso do Sinteal para a aprovação do estatuto da entidade e a eleição da sua primeira diretoria (SINTEAL, 1991). Pela primeira vez na história do movimento sindical em educação no Estado, os diversos segmentos da área começam a atuar em uma mesma entidade, embora, na prática, esta articulação já fizesse parte do cotidiano daqueles segmentos em torno das reivindicações comuns.

Na ata de fundação constam outros assuntos, como a aprovação de moção de apoio ao sindicato dos bancários e aos funcionários do banco do Estado e de repúdio ao governo José Sarney, “punição aos responsáveis pela liquidação do patrimônio do povo alagoano”, com envio de telegramas à bancada dos deputados

federais; moção de apoio à Associação dos Docentes da Escola Técnica Federal de Alagoas pela democratização e moralização daquela escola, com envio de telegramas aos diretores das Escolas Técnicas Federais (reunidas naquele momento em Maceió), à Delegacia do Ministério da Educação em Alagoas e à Confederação dos Professores do Brasil (SINTEAL, 1991).

A eleição da primeira diretoria aconteceu no primeiro Congresso da entidade em 29 de maio de 1991, no ginásio de esportes do Centro Educacional Antônio Gomes de Barros, em Maceió (op. cit., 1991). Houve uma divisão do grupo que assumiu a APAL em 1985 e concorreram duas chapas naquela primeira e única eleição congressual (as eleições seguintes seriam através do voto direto e secreto dos filiados, que estavam lotados em todas as escolas públicas estaduais e municipais). A chapa apresentada pela direção provisória do Sinteal propôs o nome do professor Milton Canuto de Almeida como presidente. Já a chapa opositora indicou o nome da professora Maria José Pereira Viana. Segundo a versão apresentada pelo grupo da situação, tentou-se uma composição com os opositoristas, conforme o seguinte depoimento:

O congresso eleitoral foi conduzido como os outros. Teses de política nacional, de política educacional e política sindical. Havíamos decidido num congresso anterior que a eleição do sindicato seria congressual. A primeira experiência nos fez refletir sobre a importância das eleições diretas e retornamos a esse processo de escolha. Tentamos a chapa única, mas não conseguimos [...]. Nossa consideração era de que o caminho chapa única poderia expressar o fortalecimento da categoria. Era esse o esforço que se fazia, mas não deu, aí fomos pra disputa. A disputa não foi muito legal, não foi muito leal. [...] O conselho fiscal foi o grande defensor nessa disputa quando tentavam nos acusar. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08)

Percebe-se pelo depoimento que apesar do Congresso adotar os procedimentos típicos de um fórum de debates sobre as questões nacionais e conjunturais com ênfase no aspecto educacional, um elemento diferenciador foi a realização das eleições para a nova direção do Sinteal, a exemplo do que acontece

atualmente (2012) com a representação nacional dos profissionais da educação básica (CNTE) e para as direções da CUT estadual e nacional, entidades as quais o sindicato é filiado e que elegem suas direções em seus respectivos congressos. Não foram encontrados ao longo da pesquisa registros a respeito deste Congresso do Sinteal, a não ser a ata de posse dos eleitos à direção, descrevendo unicamente data, local e nomes dos eleitos com seus respectivos cargos. Entretanto, além do tema da importância da garantia da unidade, outra questão presente nos demais relatos foi a relação do movimento sindical/partidos políticos:

A primeira eleição se daria ainda em congresso e esse congresso já definia a forma da eleição daí pra frente. O congresso decidiu que as eleições seriam diretas na base do estado inteiro. Nessa primeira [...], por divergências internas e políticas também (porque aí já tinham bem desenhados os enfrentamentos partidários do PT e PC do B). O PT resolveu que faria uma chapa contra o PC do B dentro do congresso [...] apesar da gente ter vindo de um período de unidade. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Existia historicamente, no campo da esquerda, um grande debate entre uma militância que era forjada, que era hegemônica pelo PC do B e um outro grupo que era hegemônico pelo PT. Então, essa discussão que era uma discussão no campo sindical ideológico, no campo sindical de concepção, porque a corrente sindical classista¹⁴ ela tinha um grande debate, inclusive sobre a própria construção e filiação a CUT. [...]. Ele de certa forma se materializou naquele momento com a Maria José Vianna, através da sua liderança que era muito mais no campo de organização popular de que no movimento sindical. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Outro fato importante destacado pelos entrevistados da situação foi que mesmo em um quadro de divergências internas, as disputas pela direção sindical

¹⁴ Designação utilizada pela corrente ideológica do PC do B no ramo sindical.

ocorreram entre os partidos do campo da esquerda (ou progressistas), estando os partidos do campo da direita (ou conservadores) fora do processo eleitoral, sendo a interferência destes partidos fator determinante para que a disputa tivesse acontecido. Historicamente a articulação entre os movimentos sociais e sindicais e as agremiações partidárias já vinham se processando com maior intensidade desde o fim do regime militar, embora essa articulação nunca tenha deixado de acontecer, ainda que de forma clandestina nos anos de repressão política e ideológica. A relação sindicato/partido político é enfatizada como parte integrante da conjuntura educacional da época e até certo ponto assimilada como algo natural do ponto de vista das relações políticas mais gerais em uma sociedade de classes.

Mas a influência dos partidos políticos neste primeiro Congresso sindical é relativizada por um dos entrevistados que à época fez oposição ao grupo vitorioso naquele encontro, conforme se observa:

Nesse congresso, teve um dos temas que era pra eleger a diretoria efetiva, permanente, por determinado tempo. Porque tinha um grupo grande, tanto que tinha vindo das associações, como também dos professores que começaram a questionar a forma de encaminhamento como era dado e aí chegamos a uma conclusão de apresentar uma chapa (...). Eu lembro que nós recebemos muito apoio do PT e a outra chapa era do PC do B. Mas os professores na sua maioria não eram filiados a nenhum partido, eram independentes. O que mais incomodava aos participantes eram as formas de encaminhamentos nas assembléias das propostas a serem votadas (...). Nós não tínhamos clima de fazer chapa única. Porque nosso grupo não tinha espaço na apresentação das propostas, sentíamos um rolo compressor. Determinados cargos da diretoria já estavam determinados, não era pra se discutir democraticamente, não era. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

A partir da análise dos relatos, afora divergências de natureza organizativa e de definição de espaços administrativos internos, um aspecto parece bastante controverso e provoca uma reflexão: *até que ponto a influência e o conflito partidário moldaram aquela disputa eleitoral?* Enquanto o grupo da situação, publicamente

vinculada ao PC do B, problematiza a disputa em termos ideológico-partidários, o depoimento do grupo de oposição, que afirma não participar de qualquer instância partidária, concentra suas críticas ao modelo administrativo sindical e no máximo, admite haver apenas algum apoio do PT, mas que esse fato não foi definidor para a dissidência. Segundo o relato da última entrevista, de modo geral, a chapa da oposição foi constituída por profissionais sem militância em partidos políticos.

As avaliações por parte dos atores da situação tanto podem significar uma sobrevalorização do papel executado pelas agremiações partidárias como um argumento para ocultar uma estrutura administrativa interna centralizadora e avessa ao debate democrático. Do lado da representação da oposição, as narrativas podem significar tanto uma ingenuidade sobre a percepção das forças partidárias em jogo, bem como uma maneira de negar as interferências dos partidos políticos no intuito de caracterizar (para fins históricos) que a eleição foi somente entre profissionais preocupados com os rumos administrativos do Sinteal. De todo modo, a riqueza dos debates, as articulações, as composições e o clima do momento não puderam ser constados em registros impressos, sendo os dados das entrevistas indicadores do que aconteceu naquela eleição.

A primeira diretoria eleita neste Congresso do Sinteal em 1991 apresentou a seguinte composição: Milton Canuto de Almeida: presidente; Maria do Socorro Aguiar de Oliveira: vice-presidente; Ieda Brito da Silva: secretária-geral; Tereza Márcia Monteiro: 1ª secretária; Jadson Rufino dos Santos: tesoureiro; Ilda Duarte: suplente; Vânia Galdino da Silva: assuntos educacionais; Carmem Lúcia Azevedo Martins: suplente; Lenilda Aureliano Lima: assuntos intersindicais; Mário César Fontes: suplente; Maria Ivone Santos Oliveira: formação sindical; Rosineide Mendonça: suplente; Maria Júlia Tavares: patrimônio; Marlene Alves: suplente; José Pereira de Gusmão: diretor social; Lielba França bandeira: suplente; Aguinaldo Teixeira Júnior: jurídico; José Ednor de Almeida: suplente. Miriam da Silva Oliveira: imprensa; Cláudio Vilarins: suplente, Antônio Leal Rocha: assuntos municipais; Afonso Souza Cândido, suplente (SINTEAL, 1991).

As gestões seguintes são indicadas pelos nomes dos seus respectivos presidentes: Milton Canuto de Almeida (1994-1997), Lenilda Lima da Silva (1997-2000 e de 2000 a 2003), Girlene Lázaro da Silva (2003-2006 e 2006-2009) e Célia Henrique Capistrano (2009). Exceto em 1991, as eleições do Sinteal tem sempre ocorrido com a concorrência de uma única chapa, em eleição direta e secreta em

todas as escolas e nas coordenadorias regionais de ensino (CREs) da capital e interior.

O grupo que estava na direção do sindicato em 2012 afirmava prosseguir a linha ideológica de *esquerda* do grupo que assumiu a Associação ainda em 1984, com a incorporação de novos personagens e a permanência de antigos militantes. O conceito de *esquerda* é difícil de definir e sujeita a inúmeras interpretações no decorrer do tempo, mas utilizada como contraponto às práticas de *direita*. Surgido durante a Revolução Francesa (1789), o conceito expressou a “disposição dos parlamentares na Assembleia Nacional, onde do lado esquerdo do plenário ficavam os representantes das classes populares e do lado direito os deputados da aristocracia” (CARVALHO, 1993, p. 11) e ainda hoje provoca grandes controvérsias no que se referem as suas características principais, existência histórica, condutas, atores sociais, bandeiras políticas, dentre outros aspectos.

Bobbio (2001) prefere identificar as posições assumidas diante de determinados princípios como Igualdade/desigualdade ou liberdade/autoridade do que simplesmente indicar adjetivos. Para este autor, também os elementos indicativos sobre se certos sujeitos seguem uma orientação de direita ou esquerda também poderiam ser examinados à luz da defesa ou mudança das tradições culturais que estes sujeitos assumem em suas sociedades a partir de contextos políticos específicos.

Sobre a atualidade do conceito direita/esquerda e a aparente imprecisão teórica, Bobbio (2001, p. 61) avalia ainda que

[...] Os dois termos de uma díade governam-se um ao outro: onde não há direita não há mais esquerda, e vice-versa. Dito de outro modo, existe uma direita na medida em que existe uma esquerda, existe uma esquerda na medida em que existe uma direita. Em conseqüência, para tornar irrelevante a distinção, não é necessário demonstrar (...) a inoportunidade dela (é inútil continuar a dividir o universo político com base no critério das ideologias contrapostas, se não existem mais ideologias); a sua imperfeição (é insuficiente dividir o campo político em dois pólos, uma vez constatado que existe também um terceiro pólo, não importa se intermediário ou superior); ou o seu anacronismo (entram na cena política programas, problemas, movimentos que não existiam quando a díade nasceu e desempenhou um papel). Basta desautorizar um dos dois termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência, se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda.

Na arena política partidária brasileira, a dicotomia direita/esquerda continua alimentando os discursos e funcionando como balizadores das diretrizes gerais

dessas agremiações, embora na prática tenha sido deixada de lado em função do pragmatismo das alianças eleitorais e coalizões governamentais. O movimento sindical, pela vinculação direta com a vida partidária, também em muitas ocasiões toma essa dicotomia como referência discursiva. Por isso, no auge dos questionamentos dos neoliberais sobre a antiguidade desses conceitos, por ocasião da crise dos regimes socialistas do leste europeu, Carvalho (1993, p. 12) advertia:

Mas a permanência da dicotomia esquerda/ direita [...] insiste em aparecer [...]. Esquerda representa desde [...] um projeto de mudança cujo centro é a abolição dos privilégios típicos do capitalismo, identificando-se com as conquistas que representavam justiça social, numa perspectiva socialista como forma superior de organização da sociedade. A direita, ao contrário, sempre esteve associada à permanência das estruturas vigentes, priorizando a eficiência na administração dos negócios privados e públicos, cedendo no campo social sempre que pressionado pelos 'de baixo'.

Esta perspectiva é reforçada por Sader (1995, p. 19):

Assim, hoje a direita se compõe dos conservadores, daquelas que se interessam pela reprodução e manutenção do sistema vigente, o capitalismo; e a esquerda se caracteriza por integrar aquelas que desejam a evolução e a superação de tal sistema.

Os integrantes atuais da direção do Sinteal apresentam, todavia, algumas diferenças essenciais no tocante à orientação partidária, uma vez que o grupo de 1984 estava vinculado hegemonicamente (COUTINHO, 2007; GRAMSCI, COUTINHO, NOGUEIRA, 2010; SIMIONATTO, 2004) ao PC do B. A maior parte da direção estadual era filiada ao Partido dos Trabalhadores, militando na CSD (Corrente Sindical Democrática), face sindical da DS (Democracia Socialista), uma das tendências ideológicas¹⁵ internas deste partido. Na atualidade, enquanto os petistas defendem a filiação do Sinteal à CNTE e à CUT, os integrantes do PC do B criaram outra central sindical, a Central de Trabalhadores do Brasil (CTB). Uma parte da direção estadual não tem filiação partidária.

¹⁵ O Partido dos Trabalhadores é a única agremiação partidária brasileira que permite estatutariamente a existência de divisões ideológicas, as chamadas tendências internas. Todavia, estas tendências devem sujeitar-se às deliberações das Plenárias e dos Congressos do Partido, sob pena de exclusão formal. Quanto à existência das tendências sindicais, esta é uma prática institucionalizada entre os partidos políticos, que adotam novas siglas no movimento sindical e estudantil. No PT, a articulação (tendência majoritária) adota o título de articulação sindical ou art-sind; no Partido Comunista do Brasil (PC do B) os militantes adotam a sigla de corrente sindical classista; no PMDB, a juventude estudantil se intitula de MR-8, e assim por diante.

O Sinteal configura-se como uma entidade autônoma de direito privado e sem fins lucrativos, representante do conjunto dos trabalhadores da educação das redes estaduais e municipais, tendo como base territorial todo o Estado de Alagoas. Dentre os objetivos do Sinteal, destacam-se a promoção da união dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, a prestação de assistência e apoio aos seus associados, o incentivo ao surgimento de novas lideranças, a realização de eventos de formação político-sindical dos associados e o combate a toda e qualquer forma de discriminação étnica, religiosa, político-partidária ou de gênero (SINTEAL, 2009).

Em termos de organização administrativa, atualmente a direção estadual é composta por 28 cargos.¹⁶ Além da direção estadual, eleita a cada três anos, existem os núcleos regionais, em um total de 12. Estes núcleos, formado pelo total de 08 membros titulares e 03 membros adjuntos, são representações sindicais regionais do Sinteal, e apesar de não possuírem CNPJ próprio, são direções que desfrutam de relativa *autonomia* em sua ação política e de representação da base, mesmo dependendo administrativamente e financeiramente dos recursos repassados pela direção estadual. Cada núcleo regional abrange uma quantidade determinada de municípios e as atividades sindicais (assembleias, negociações, atos públicos) nestas cidades ficam diretamente a cargo de cada núcleo, com o apoio da direção estadual do sindicato. A identificação de cada núcleo regional está organizado discriminando os municípios que fazem parte de cada região (o primeiro município seguido da palavra *sede* é a cidade onde estão localizadas as instalações físicas do núcleo regional, responsável pelo acompanhamento das demais cidades, situadas em seu entorno):¹⁷

¹⁶ Presidência; vice-presidência; secretaria-geral; 1ª secretaria; tesouraria geral; 1ª tesouraria; mais as secretarias: assuntos educacionais; adjunta de assuntos educacionais; assuntos intersindicais; adjunta de assuntos intersindicais; formação sindical; adjunta de formação sindical; administração, patrimônio e informática; adjunta de administração, patrimônio e informática; sócio-cultural; adjunta de sócio-cultural; assuntos jurídicos; adjunta de assuntos jurídicos; imprensa e comunicação; adjunta de imprensa e comunicação; políticas sociais; adjunta de políticas sociais; assuntos municipais; adjunta de assuntos municipais; mulher; adjunta da mulher; aposentados; adjunta de aposentados.

¹⁷ Algumas cidades funcionam como núcleos ou comissões municipais do Sinteal dentro da macrodivisão dos núcleos regionais. Estas cidades são: Paripueira, Boca da Mata, Junqueiro, Teotônio Vilela, Belém, Major Izidoro, Quebrângulo, Cajueiro, Capela, Traipu, Murici, São José da Tapera, Porto Calvo, Pariconha. Algumas destas comissões possuem sede própria.

QUADRO I

NÚCLEOS DO SINTEAL

1º REGIONAL	
Maceió (sede)	Barra de Santo Antônio
	Marechal Deodoro
	Paripueira
2º REGIONAL	
São Miguel dos campos (sede)	Anadia
	Barra de São Miguel
	Boca da Mata
	Campo Alegre
	Coruripe
	Junqueiro
	Roteiro
	Teotonio Vilela
	Jequiá da Praia
3º REGIONAL	
Palmeira dos Índios (sede)	Belém
	Cacimbinhas
	Estrela de Alagoas
	Igaci
	Major Isidoro
	Marimbondo
	Minados do Negrão
	Quebrangulo
	Tanque D'Arca
4º REGIONAL	
Viçosa (sede)	Atalaia
	Cajueiro
	Capeta
	Chã Preta
	Mar Vermelho
	Paulo Jacinto
	Pindoba
5º REGIONAL	
Arapiraca (sede)	Coité do Nóia
	Craibas dos Nunes
	Feira Grande
	Girau do Ponciano
	Lagoa da Canoa
	Limoeiro de Anadia
	São Sebastião
	Taquarana
	Traipu

6º REGIONAL	
Santana do Ipanema (sede)	Carneiros
	Dois Riachos
	Maravilha
	Olho D'Água das Flores
	Oliveira
	Ouro Branco
	Poço das Trincheiras
	Senador Rui Palmeira
7ª REGIONAL	
União dos Palmares (sede)	Branquinha
	Colônia de Leopoldina
	Ibateguara
	Murici
	Santana do Mundaú
	São José da Lage
8º REGIONAL	
Pão de Açúcar (sede)	Batalha
	Belo Monte
	Jacaré dos Homens
	Jaramataia
	Monteirópolis
	Palestina
	São José da Tapera
9º REGIONAL	
Penedo (sede)	Campo Grande
	Feliz Deserto
	Igreja Nova
	Olho D'Água Grande
	Piaçabuçu
	Porto Real do Colégio
	São Braz
10º REGIONAL	
Matriz do Camaragibe (sede)	Passo do Camaragibe
	Campestre
	Jacuípe
	Japaratinga
	Jundiá
	Maragogi
	Porto Calvo
	Porto de Pedra
	São Luis do Quitunde
	São Miguel dos Milagres
11º REGIONAL	
Delmiro Gouveia (sede)	Mata Grande
	Água Branca
	Canapi
	Inhapi

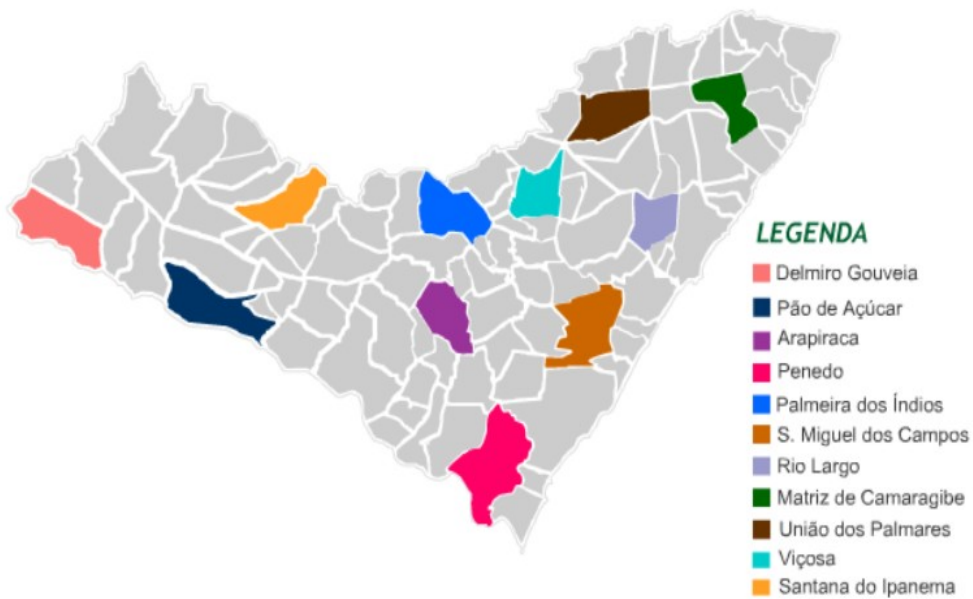
	Olho D'Água do Casado
	Piranhas
	Pariconha
12º REGIONAL	
Rio Largo (sede)	Flexeiras
	Joaquim Gomes
	Messias
	Novo Lino
	Pilar
	Coqueiro Seco
	Santa Luzia do Norte
	Satuba

FONTE: SINTEAL, 2012.

Para uma visão mais geral da divisão espacial dos núcleos regionais pelo Estado, é interessante a observação do mapa:

ILUSTRAÇÃO I

DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DO SINTEAL PELO ESTADO DE ALAGOAS



FONTE: SINTEAL, 2012

São órgãos deliberativos do Sinteal o Congresso Estadual, a Assembleia Geral, o Conselho de Representantes Sindicais, a diretoria, os núcleos regionais e o conselho fiscal. As deliberações que envolvem questões da pauta de reivindicações, atuação política sindical, orientação ideológica educacional dentre outros temas mais relevantes, são aprovadas nas reuniões mensais ordinárias da diretoria estadual, nas reuniões do Conselho de representantes (diretoria estadual mais os núcleos regionais), assembleias gerais da categoria e no Congresso Estadual da Educação.

O Congresso Estadual é o fórum máximo *de deliberação* da entidade, convocado obrigatoriamente a cada três anos, reunindo delegados eleitos de cada região do Estado. Antecedendo a sua realização, são realizados pré-congressos em cada regional do Sinteal, nos quais são definidas as pautas de reivindicação e eleitos os delegados ao Congresso. Dentre as atribuições deste Congresso estão a avaliação da conjuntura educacional, a definição das linhas de ação, a eleição do conselho fiscal, discutir e aprovar reformas estatutárias e a aprovação do parecer do conselho fiscal (SINTEAL, 2009). O próximo Congresso Estadual estava previsto para acontecer no primeiro semestre de 2012.

Os diretores do sindicato (direção estadual e regional) representam ainda a categoria em diversos conselhos de controle social, principalmente aqueles ligados ao financiamento da educação (ALMEIDA, 2010; CALLEGARI, 2008) notadamente os conselhos do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento, Manutenção e Valorização dos Profissionais da Educação) em âmbito estadual e municipais. Também representam o sindicato nos conselhos de educação, de alimentação escolar, da criança e adolescente e fóruns como o de combate à corrupção, de educação, de alimentação e nutrição, de educação no campo, de jovens e adultos, de educação infantil, dentre outros apesar das dificuldades de acompanhamento e fiscalização impostos pelos governantes (MELLO e LIMA, 2010). Os participantes da direção integram também a direção estadual e nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação).

A base de filiados, no total de 25.669¹⁸ sócios, distribuída em todo o Estado de Alagoas, compõe-se de professores e profissionais da educação das redes

¹⁸ Dados de 22 de dezembro de 2011 cedidos pela Tesouraria do Sinteal.

estaduais e municipais de educação, compreendendo funcionários ativos e aposentados. Este quantitativo de filiados faz do sindicato a maior entidade sindical do setor público no Estado.

O estatuto define que as prestações de contas da entidade devem ser apresentadas à categoria nas assembleia ordinárias, obrigatoriamente uma vez ao ano, mas apenas recentemente isto tem acontecido (SINTEAL, 2011). Neste item, é muito comum haver dificuldades nas relações administrativas entre a direção estadual e alguns núcleos regionais, dado o modo como é feita a distribuição das receitas para fazer frente às despesas do cotidiano da entidade (op.cit., 2011).

Os núcleos, por meio de sua articulação regional, também exercem o papel de fomentadores da participação da categoria nos municípios onde atuam, resultando daí um processo de filiação sindical que origina novas fontes de receita para o sindicato, principalmente das bases das prefeituras. A arrecadação e administração das receitas são feitas pela direção estadual, que distribui os recursos *de acordo com critérios negociados* na reunião do conselho de representantes. Ou seja, o estímulo ao envio dos recursos é descentralizado, mas a utilização é centralizada.

Cabe ainda outra informação importante: a maior parte dos filiados da entidade é da rede estadual e a maior parte dos servidores públicos está concentrada na capital. No mais, a responsabilidade legal pelo gerenciamento dos recursos de fato é da direção estadual, que responde por isto junto ao conselho fiscal e junto ao conjunto da base.

A elevação dos gastos da estrutura sindical acontece geralmente nos enfrentamentos nos municípios em suas respectivas datas-base (a maioria no primeiro semestre de cada ano) e nas atividades reivindicativas na data-base da rede estadual no mês de maio de cada ano.

A título de exemplo sobre como funciona a organização financeira do Sinteval, são significativos os dados apresentados na prestação de contas publicadas em março de 2011 em boletim informativo pela entidade aos associados. A descrição trata do 1º semestre (janeiro a junho). Neste período, os repasses diretos aos núcleos regionais e comissões municipais totalizaram R\$ 209.938,77. Em termos de montante, se destacam as despesas operacionais e com pessoal:¹⁹

¹⁹Fonte: **Jornal do Sinteval**. Maceió, janeiro, fevereiro e março de 2011.

Importante lembrar que sendo o Sinteal filiado a uma Confederação (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) e a uma Central sindical (Central Única dos Trabalhadores) é obrigatório haver o repasse mensal da contribuição dos associados para que estes possam participar das atividades e ações de caráter nacional, como também integrar as direções das respectivas entidades, bem como ser representados pelas mesmas. Estas contribuições são proporcionais à quantidade de filiados ao sindicato.

QUADRO II

RECEITAS E DESPESAS DO SINTEAL- JAN/JUN DE 2011

RECEITA OPERACIONAL/PATRIMONIAL/EXTRAORDINÁRIA Mensalidades, contribuição sindical, donativos, outras rendas, aluguel, eventuais, renda de aplicações, fotocópias	TOTAL/RECEITA 2.173.695,22
DESPESAS OPERACIONAIS-ADMIN. GERAL Serviços prestados por pessoas jurídicas, alimentação, material de expediente, material de consumo, limpeza, copa, cozinha, utensílios, água, energia, aluguéis, serviços contábeis, custas e emolumentos, combustíveis e manutenção de veículos, comunicação, publicações, recepções, publicidades, eventos, cursos, seminários, transporte urbano e intermunicipais, fretes, seguros, passagens aéreas, despesas bancárias, jornais, revistas, livros, CDs, núcleos regionais e municipais (repasses diretos), serviços gráficos, fotocópias, internet, assistência técnica software, ticket restaurante, farmácia, donativos, honorários advocatícios,, custas processuais, contribuições regulares (CUT, CNTE), assistência técnica congressos e conferências	SUBTOTAL 1 1.400.964,36
DESPESAS COM PESSOAL Ordenado e salário, férias e 1/3 de férias, INSS, FGTS, PIS, vale transportes, rescisões de contratos e indenizações, exames médicos	SUBTOTAL 2 210.588,08
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS Juros e multas	SUBTOTAL 3 1.268,50
DESPESAS APLICAÇÕES DE CAPITAIS Móveis e utensílios, equipamentos	SUBTOTAL 4 2.721,40

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
IPTU, taxas de expediente federais e diversas, ICMS, alvará e ISS	SUBTOTAL 5 15.599,23
TOTAL GERAL DE DESPESAS	1.631.141,57
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	495.999,15

Fonte: Sinteal, 2011.

De acordo com a tabela apresentada, as principais despesas do Sinteal são referentes à rubrica despesas “operacionais da administração geral” em que os mais importantes são os serviços prestados por pessoas jurídicas, alimentação, material de expediente, material de consumo, limpeza, cozinha, água, energia, serviços contábeis, combustíveis e manutenção de veículos, comunicação, publicações, publicidades, eventos, cursos, seminários, transportes urbanos e intermunicipais, fretes, seguros, passagens aéreas, dentre outros. Estes gastos são relativos aos realizados pela direção estadual e pelos núcleos e comissões municipais.

Feita a reconstituição histórica da transformação da APAL em Sinteal e a descrição do funcionamento administrativo do sindicato, no próximo item será discutido de que maneira a categoria enfrentou as primeiras ações governamentais orientadas pela ideologia neoliberal no contexto alagoano.

2.2 Tempos colloridos: a combatividade colocada à prova

A organização na forma de sindicato coincidiu historicamente com o governo estadual de Fernando Collor de Mello²⁰ (1987-1989), em que as ideias de redução do Estado e as acusações dos privilégios dos servidores públicos começaram a ser rotina nos discursos governamentais em Alagoas. Visando estrategicamente à eleição presidencial de 1989, Collor desencadeou uma série de ações no sentido de desmoralização do serviço público, propondo ações judiciais contra os marajás estaduais²¹, perseguição e demissão de servidores além da extinção de órgãos públicos. Envolveu-se também em polêmicas com a Procuradoria do Estado e a

²⁰ Fernando Afonso Collor de Melo é economista, jornalista e empresário do ramo da comunicação. Foi prefeito *biônico* de Maceió (na época, os prefeitos das capitais eram nomeados pelos governadores) entre 1979 e 1982 e deputado federal de 1982 a 1986. Foi eleito presidenta da República (1990-1992) e senador (2006).

²¹ Funcionários públicos que desfrutavam de amplas regalias e altos salários e não exerciam suas funções legais. A figura do marajá foi popularizada por Collor.

Assembleia Legislativa, ameaçou reduzir salários e os duodécimos repassados ao parlamento.

Collor pertencia ao Partido Social Democrático (PSD), antigo Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que dava sustentação ao regime militar e antes, com a pretensão de disputar as eleições estaduais, filiou-se ao PMDB. A *alternativa* Collor foi apoiada pelo PC do B, fato que gerou inúmeras controvérsias entre a esquerda alagoana (CARVALHO, 1993). Na avaliação do partido, o candidato foi considerado uma possibilidade de rompimento com as oligarquias estaduais, em função dos discursos proferidos por Collor contra as estruturas tradicionais de dominação. Este ainda atacou o “sindicato do crime”, os privilégios do setor alcooleiro e defendia enfaticamente uma ordem social mais justa. A candidatura Collor também se beneficiou do sucesso inicial do Plano Cruzado, em que o PMDB, partido do presidente da República, conseguiu eleger a maioria dos governadores de Estado.

Existem diversas avaliações a respeito do nascimento da candidatura Collor em Alagoas. Uma dessas visões, apresentada por um dos entrevistados, caracterizou sua candidatura como uma divisão política no interior das próprias elites locais, que não conseguiram manter a unidade em torno dos seus interesses. Como exemplo dessa divisão, o governador em exercício José Tavares (que assumiu o cargo em razão da renúncia de Divaldo Suruagy para concorrer ao Senado Federal), sentido-se desprestigiado por seu grupo ter decidido lançar o nome do ex-governador Guilherme Palmeira para concorrer ao governo, decidiu apoiar a candidatura Collor (op.cit.,1993). De qualquer modo, a eleição de Collor para o governo criou muitas expectativas, especialmente entre a camada mais pobre da população, que enxergou no jovem candidato uma esperança de melhoria das suas condições de vida.

Como já demonstrado, parte da própria esquerda deixou-se iludir por esta esperança, tão bem manipulada pelo candidato e fazendo com que as lideranças políticas enxergassem ou preferissem enxergar uma realidade diferente daquela que as evidências já apontavam. Afinal, Collor foi indicado ao cargo de prefeito biônico de Maceió mediante uma negociação entre as próprias oligarquias estaduais - e no cargo de prefeito foi acusado de empreguismo - e quando foi deputado federal votou contra a candidatura de Tancredo Neves, candidato da Aliança Liberal, bloco de centro-esquerda que se opunha ao regime militar.

Portanto, assim que Fernando Collor foi eleito, as ilusões a respeito do governo foram dissipadas. O Plano Emergencial de Governo (1987) e o Plano de Governo (1988) deram a dimensão das prioridades da gestão. Neste último, a área educacional, em termos de receitas totais do orçamento estadual previstas foi contemplada com “apenas 0,4% dos recursos, o menor percentual já destinado à educação na história de Alagoas (CABRAL, 2005; p. 122).

Em estudo técnico feito na mesma época, o próprio governo admitia as fragilidades do setor educacional, afirmando que os esforços de universalização e democratização da educação empreendidos pelas esferas de governo “soam como perdidos, face às dificuldades encontradas em atingir de modo eficiente e eficaz a população que precisa estudar” (ALAGOAS, 1988, p.201). Avaliando o impacto da negligência com a educação sobre a população mais pobre, torna-se importante a transcrição deste trecho do relatório:

Apesar de fazer parte de todos os planos de governo, o limitado alcance desta prioridade sugere a ineficiência das estruturas montadas, seja para proporcionar o acesso à escola, seja para assegurar a permanência e a progressão daqueles que entram na escola [...].
Todavia, o reduzido êxito educacional, reconhecido pelos governos federal e estadual, vem afetar justamente as crianças mais pobres do meio rural e periferias urbanas, o que significa tirar-lhes, como também de suas famílias, oportunidades concretas de participarem intensamente do acesso aos bens culturais, econômicos e sociais (p. 204).

A decepção com o governo Collor foi confirmada por um dos entrevistados, quando lembrou uma das primeiras medidas tomadas por sua gestão referente aos servidores públicos:

O governo Collor foi mais a questão da disponibilidade, colocar todo mundo em disponibilidade. Quer dizer, todo mundo tinha aquele medo desgraçado. Ele colocou muita gente em disponibilidade (...). Foi aquele alvoroço danado, porque achava que ficando em disponibilidade, quando fosse um determinado tempo, ele demitiria. Isso foi o que marcou, foi muito, muito .. Quase todo, quase todo o governo... (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 04)

A entrevista aponta para uma medida administrativa que teria sido tomada pelo governo estadual e que foi repetida pelo mesmo Collor quando eleito presidente da República anos depois no bojo da sua reforma administrativa e privatização das estatais (PAIXÃO e CASARÕES, 2008; ALMEIDA, 2010). Segundo o relato, todos os servidores estaduais teriam sido colocados em disponibilidade funcional. Ou seja, continuaram recebendo os seus salários à espera da decisão do governo sobre sua permanência do setor público enquanto vários órgãos administrativos estavam sendo extintos, obedecendo a orientações gerais de contenção de custos e racionalização de despesas. No entanto, os outros entrevistados não confirmaram esse fato nas demais entrevistas em que essa questão foi abordada. Alguns disseram não lembrar ou negaram de imediato, reportando a ação apenas ao âmbito do governo federal. Também não foram encontradas evidências de que qualquer profissional da educação tivesse sido deslocado ou suspenso das suas funções.²²

As duas medidas mais marcantes do período Collor de Mello, com consequências negativas aos servidores públicos de maneira geral, foram: a negativa em conceder o reajuste dos vencimentos salariais dos servidores públicos estipulado pelo Plano Cruzado e a renegociação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada sobre a cana-de-açúcar própria com o setor sucro-alcooleiro. Esta negociação foi denominada de *acordo dos usineiros*, por ter sido este setor econômico amplamente beneficiado com a negociação junto ao governo estadual.

Para compreender a natureza dos embates entre o governo e os servidores em relação à questão salarial, é importante fazer uma breve recapitulação do que acontecia no País. Em 1986, tentando alcançar a estabilização monetária, o governo federal lançou o Plano Cruzado I, combinando medidas ortodoxas e heterodoxas, como o congelamento dos preços das mercadorias (por meio do tabelamento oficial) e o congelamento dos salários indexados ao dólar.

Logo, as taxas de inflação foram estabilizadas. No entanto, como os industriais e comerciantes desconfiavam que o governo não conseguiria sustentar o congelamento dos preços por muito tempo, passaram a reduzir a venda das

²² Comprovadamente, a remoção de servidores em decorrência da extinção de órgãos públicos estaduais aconteceu durante o governo Suruagy (1995-1997) e no primeiro governo Lessa (1999-2003), quando da extinção do Banco do Estado e do parque gráfico estadual, além de outras autarquias. Estes servidores foram indenizados e em sua maioria, readaptados. O baixo valor das indenizações provocou muita polêmica entre os servidores.

mercadorias ou mesmo especular com os preços, cobrando um valor a mais pela sua venda e comercialização. Era o ágio, a cobrança de um valor acima do que foi determinado pelo governo. A União insistia no congelamento e pedia a ajuda da população, distribuindo tabelas com os preços oficiais. Foi a época dos “fiscais do Sarney”, quando os consumidores, munidos das tabelas da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) ajudavam na fiscalização e denúncia dos fornecedores que praticavam preços diferentes dos valores tabelados. Enquanto dispunha de uma quantidade significativa de reserva cambial, o governo pôde combater a ausência de produtos no mercado interno, utilizando-se das importações. Durante os meses em que o consumo não foi afetado, o governo federal gozava de ampla popularidade.²³

Mas com o inevitável esgotamento das reservas em dólar e o conseqüente desabastecimento interno, foi lançado o Plano Cruzado II (1986), reajustando todos os preços e salários. Na prática, o governo perdeu completamente o controle sobre o processo inflacionário. A União ainda tentou nos anos seguintes inibir o crescimento da inflação por meio de outros planos econômicos (Plano Bresser em 1987 e o Plano Verão em 1989), mas os esforços foram inúteis. No final do período Sarney em 1990, a inflação mensal chegava a 80% ao mês, e a acumulada de março de 1989 a março 1990, ultrapassou o percentual de 1700%. Isso desgastou profundamente a imagem do governo federal e forneceu argumentos para a ascensão dos candidatos de oposição na eleição presidencial de 1989.

Mas o que interessa nessa retrospectiva é como o Plano Cruzado I (1986) tratava a questão salarial. Um dos mecanismos do plano determinava que sempre que a inflação acumulada ultrapasse o percentual de 20% ao mês, os salários dos trabalhadores públicos e da iniciativa privada deveriam ser automaticamente reajustados (GIANNOTTI, 2007). Esta fórmula ficou conhecida como o “gatilho salarial”. Mas em Alagoas o governo Collor negou-se a aplicar este percentual, alegando que as finanças estaduais não suportariam o reajuste estabelecido. Segundo a opinião dos entrevistados:

²³ Dado o grande prestígio desfrutado pelo presidente Sarney, o Partido da Mobilização Democrática Brasileira conseguiu eleger 20 dos 21 cargos de governador em disputa no País nas eleições realizadas em 1986 (TSE).

O governo Sarney tinha criado o Plano Cruzado que previa a correção automática do salário e o governo não implantou. Nesse momento, a luta se apresentou com a unificação do conjunto dos servidores públicos. Entram em cena outros sindicatos da área da saúde e outros médicos, outros sindicalistas assumindo conosco a frente dessas negociações com os servidores em amplas manifestações de rua. Houve repressão (...) (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08)

Durante o governo Collor, as linhas de ação do Apal foram orientadas por uma postura de enfrentamento, levando em consideração que as tentativas de resolução dos impasses pelo diálogo foram nulas. Segundo um dos entrevistados, “as maiores greves constituídas foram exatamente no início do governo Collor” (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10) em que a força da Associação foi colocada à prova: *“acho que foi um dos momentos que foi a prova de fogo pra nossa associação, porque foi um momento de reafirmação da liderança da APAL.”* (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11) informa outra colaboradora da pesquisa. As relações políticas com o governador então foram alteradas radicalmente: se nenhum dos entrevistados (à exceção de um dos depoimentos) assumiu claramente o apoio à candidatura Fernando Collor, durante estas entrevistas foi constatada pelo pesquisador uma expectativa inicial de que o candidato de fato representasse o enfrentamento com as forças políticas organizadas em torno das oligarquias alagoanas. Como observado, esta expectativa foi logo frustrada, principalmente pelos embates entre o governo estadual e os servidores públicos, dentre estes a base do Sintead.

A gestão Fernando Collor enfrentou assim uma série de mobilizações dos servidores públicos, principalmente pelo agravamento do processo inflacionário. A política salarial na segunda metade da década de 1980 estava ligada aos mecanismos monetários definidos pelo governo federal no combate ao problema inflacionário, naquela ocasião fora de controle e descolado da economia real. Nos anos seguintes, os servidores estaduais ingressaram com milhares de ações judiciais, cobrando o débito decorrente da não-concessão do referido reajuste. Apesar de, em sua maioria, estas ações serem ações do tipo transitadas em julgado,

popularmente passaram a ser chamadas de precatórios.²⁴No relato dos entrevistados, as resistências encontradas para a propositura da ação foram enormes:

O governo fez o seu campo de apoio. Coordenadores regionais de ensino, assessores de coordenação, direções de escola, ou de outros setores do serviço público, por meio de cooptações, o governo propunha a forma administrativa de atendimento que, na verdade não alcançava a totalidade dos servidores, mas para cargos de confiança e apoiadores. E esse pessoal tinha o poder de convencimento para algumas escolas. Mas a grande marca foi a adesão à ação judicial, que mesmo vitoriosa ainda amargamos hoje a forma de pagamento dos precatórios, sob deságios e descontos. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 08)

Foi um período também muito difícil de inflação, de inflação alta e com vários planos de governo e ele (Collor) passou a não cumprir os planos de governo, por isso hoje existe uma grande demanda de gatilho [...]. Por exemplo, ele aplicou trimestralidade, ou seja, reajuste trimestral, inflação, ele aplicou a lei do gatilho, URP e trimestralidade, mas ele não cumpriu nem gatilho, nem URP, nem trimestralidade. Gatilho era um instrumento de disparar o percentual a partir de um certo índice de inflação. URP era um outro índice criado pelo governo federal também incorporado pelo governo do estado. Trimestralidade era o grau de reajuste trimestral também pelo processo inflacionário. Não cumpriu nenhum desses. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

As desconfianças dos servidores com relação à eficácia da ação judicial eram muito grandes à época, como também o temor de que a propositura da ação de cobrança dos reajustes não efetuados pudesse redundar na recusa do governo do

²⁴ O governo procurou disciplinar o pagamento destes créditos através da lei nº 6.410, de 24 de outubro de 2003, depois modificada pelas leis de nº 6.411, de 5 de novembro de 2003, 6.506, de 23 de julho de 2004 e lei nº 6.583, de 18 de março de 2005. Os pagamentos aos servidores poderiam ser efetuados através de operações de importação de mercadorias pelo porto de Maceió por empresas interessadas em benefícios tributários (isenção de impostos), com um deságio na ordem de 70% do valor de face dos títulos. Todas as transações deveriam ser certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Estado em fazer os pagamentos espontaneamente. Um fato ocorrido no município de Penedo ilustra bem essa desconfiança quando o vice-governador Moacir Andrade assumiu a titularidade no lugar de Collor em 1989: alguns servidores procuraram o governador (que nasceu naquele município) para informar que não entrariam na justiça reivindicando o direito porque confiavam na boa vontade do governador, que “*iria honrar a sua terra*” (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10).

Como já mencionado, outro fato de grande repercussão foi o processo de renegociação fiscal junto aos usineiros, que estavam cobrando do Estado o pagamento retroativo do ICMS recolhido sobre a cana-de-açúcar própria,²⁵ após ação ganha no Supremo Tribunal Federal, impedindo que os Estados continuassem fazendo essa tributação. A decisão do Supremo extinguiu a cobrança, mas não determinou a devolução do ICMS recolhido anteriormente. Os usineiros então propuseram uma ação judicial contra o Estado exigindo o ressarcimento, além de terem protocolado requerimento administrativo à secretaria da fazenda, logo negado. No entanto, o governo Fernando Collor resolveu celebrar um acordo com o setor denominado de “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”, antes mesmo de qualquer decisão judicial a respeito. Por este acordo, o valor supostamente devido seria “restituído em 120 parcelas, corrigido monetariamente com o maior índice do período” (LIMA, 1998, p. 45).

Sobre o acordo, Lima (1998) explica que ele não obedeceu aos dispositivos legais do Código Tributário Nacional, que em seu artigo nº 166, versando sobre a restituição de indébitos nos impostos indiretos, deixa claro que as usinas não poderiam ser beneficiadas com a restituição do ICMS, uma vez que os custos desse imposto foram repassados para o consumidor. Adverte ainda que o acordo necessariamente não tinha a obrigatoriedade de basear-se no maior índice de correção dos valores a serem devolvidos pelo Estado, haja vista existirem outros índices de correção monetária à época (op.cit., 1998). A consequência é que o tesouro perdeu sua principal fonte de arrecadação com a redução do ICMS cobrado aos usineiros (LIRA, 1997, 2003; CARVALHO, 2008; ALBUQUERQUE, 2008).

²⁵ A cana-de-açúcar produzida nas próprias terras das usinas e destilarias localizadas em Alagoas. Ou seja, uma vez que o ICMS tem por natureza a cobrança de impostos sobre os serviços e mercadorias produzidas fora do espaço geográfico do Estado, a cobrança sobre a cana produzida internamente foi considerada inconstitucional e passível de restituição pelo governo estadual.

Ocorre que a dependência estatal da agroindústria do açúcar não é um fato novo na história brasileira

É longa a história de intervenção do Estado brasileiro na economia canavieira, seja para subsidiar, para perdoar dívidas, incentivar a produção, equilibrar o mercado, arcar com prejuízos ou qualquer outra forma de ajuda. Desde a colonização, passando pelo Império, entrando na República até nossos dias, o Estado tem sempre participado da existência desse setor. De modo, pode-se até dizer, que a agroindústria canavieira no Brasil, em alguns casos, desenvolveu-se estruturalmente dependente do Estado (LIMA, 1998; p. 23).

Isto é verdadeiro porque desde a década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, a União dava suporte a este setor com políticas protecionistas e abundância de créditos liberados pelo Banco do Brasil ou captados no exterior. Especialmente no Nordeste, com a crescente concorrência do Estado de São Paulo, o Tesouro Nacional manteve a tradição de financiamento a juros baixos e pagamentos a perder de vista para compensar a falta de competitividade e de tecnologia das usinas e destilarias da região.

Com a crise do petróleo do início dos anos 1970, essa ajuda é intensificada a partir de programas como o Programa Nacional de melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), principalmente porque o governo federal planejava renovar a matriz energética e diminuir a dependência brasileira do petróleo importado. Estes programas pretendiam modernizar o setor da agroindústria da cana e ampliar o mercado para os seus produtos. Quando a União perdeu a capacidade de manter esses programas com a crise fiscal e a elevação da dívida externa iniciada a partir dos anos 1980, o setor deixou de contar com a generosidade dos subsídios governamentais, recorrendo aos recursos dos Estados locais (LIMA, 1998).

O acordo dos usineiros deve ser compreendido nesse contexto. Mesmo após a celebração desse acordo e a consequente redução do ICMS incidente sobre a atividade açucareira, a situação apenas agravou-se quando o Estado nacional teve suas funções redefinidas com a estabilização monetária e as reformas estruturantes de matriz neoliberal do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Dependendo da indústria monocultora da cana-de-açúcar, com dívidas acumuladas e sem auxílio externo, a máquina pública estadual veio à falência em meados de 1997. A crise estadual pode-se então afirmar, começou a partir da celebração do

acordo com o setor açucareiro (ALBUQUERQUE 2009; CARVALHO, 2009; LIRA, 2007; LIMA, 1993).

Quando então renunciou ao governo para disputar as eleições presidenciais²⁶, Fernando Collor legou ao seu sucessor (o vice-governador Moacir Andrade²⁷ que assumiu o governo entre os anos de 1989 e 1991) uma paralisação dos servidores públicos por reajuste salarial. Embora de modo parcial e sem qualquer critério (o governo não tinha a noção administrativa dos que realmente estavam em greve), Andrade descontou parte dos vencimentos dos salários dos servidores pelos dias parados no final de 1989. Como a medida foi tomada em dezembro de 1989, aquele ficou conhecido como *o Natal da fome*. Nas entrevistas, aquele momento é contado em detalhes:

Tivemos no governo Moacir Andrade já em 89 um embate tão sério que passamos natal na porta da Assembleia Legislativa, porque ele cortou o salário de todo mundo, depois de uma longa greve ele cortou o salário de todo mundo, véspera de natal.²⁸ Nós fizemos uma pressão tão forte que, após o natal, no outro dia ele pagou a todos e voltou todo mundo a receber o salário normalmente. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Foi o natal da fome, da miséria. Foi no governo Moacir Andrade que nós fizemos no final do ano [...]. O pranto daqueles pais de família parece que eu estou vendo até hoje, porque a forma como foi feita o retalhamento naquele período foi um dos mais sofisticados porque não foi o corte, foi a retirada de uma parte do salário. Então as pessoas ficaram com uma parte pequenínssima do salário. O desespero foi grande

²⁶ Collor foi o candidato vitorioso nas primeiras eleições presidenciais realizadas após o regime militar brasileiro em um pleito realizado em dois turnos. No primeiro turno, o resultado obtido entre os principais candidatos pode ser resumido da seguinte forma: Fernando Collor (28, 52%), Luiz Inácio Lula da Silva (16, 08%), Leonel Brizola (15, 45%), Mário Covas (10, 78%), Paulo Maluf (8, 28%), Guilherme Afif Domingos (4, 53%) e Ulisses Guimarães (4, 43%). No segundo turno, Collor é eleito com 53%, 08 dos votos válidos contra 46, 02% de Lula (TSE).

²⁷ Moacir Lopes de Andrade graduou-se em odontologia, medicina e direito. Foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1966 e teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Voltou a ser eleito deputado estadual em 1982. Em 1986 foi eleito vice-governador e ocupou o cargo de governador entre 1989 e 1990. Sua última função pública foi de deputado federal de 1995 a 1999.

²⁸ Como informação histórica, a essa altura Collor já tinha sido eleito presidente da República.

naquele momento. Foi a primeira vez que eu vi uma reação de governo naquele nível, com aquele requinte, [...]. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

O governo Moacir Andrade começava a sentir os efeitos da queda da arrecadação das receitas estaduais (fruto do acordo dos usineiros) ao mesmo tempo em que o governo federal perdia definitivamente a batalha contra o processo inflacionário. O governo Sarney, que usufruiu de ampla popularidade com o Plano Cruzado I em 1986, amargou altos índices de rejeição no final de 1989 após as tentativas frustradas para alcançar a estabilidade monetária com os planos econômicos seguintes (Plano Cruzado II/1986, Plano Bresser Pereira/1987 e Plano Verão/1989) que acabaram beneficiando o candidato recém eleito Collor de Melo, que o elegeu como alvo preferencial e principal responsável pela desorganização econômica do País.

No plano estadual, as relações com o governo Moacir Andrade permaneceram conflituosas até o final do mandato. A opção pelo enfrentamento foi a preferencial, dado o malogro dos canais dialógicos de interlocução. Um dado importante que pode ser destacado, é que, na época em que exercia o cargo de deputado, Andrade era considerado um dos aliados dos servidores públicos na luta por melhores condições trabalhistas e salariais. Crítico do regime militar e filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1969, teve o mandato de deputado estadual cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Sua biografia de centro-esquerda entrou em contradição com suas ações governamentais, segundo os depoimentos dos entrevistados.

Após a eleição do advogado e ex-deputado federal Geraldo Bulhões para o governo do Estado²⁹ (1991-1995), a crise econômica em Alagoas agravou-se como consequência das medidas de liberalização da economia e a recessão a partir de 1990.³⁰ Este período foi novamente caracterizado como uma fase em que o

²⁹ Nas eleições de 1990, o pleito foi polarizado entre os deputados federais Geraldo Bulhões Barros e Renan Calheiros da Silva. Este tinha ocupado a função de liderança do governo Collor na Câmara Federal e estava rompido politicamente com o presidente. Próximo ao pleito, as pesquisas de opinião registravam a possibilidade da vitória de Calheiros, o que não aconteceu. Collor engajou-se diretamente na campanha, chegando a pisotear faixas de propaganda do adversário. Não faltaram acusações de fraude durante o processo. Mais detalhes podem ser visto em Carvalho (1993).

³⁰ Versões folclóricas divulgadas pelos servidores públicos afirmam que em dado momento de uma audiência com representantes dos servidores da saúde na sede do governo com a presença de

movimento sindical foi levado ao enfrentamento direto com o aparelho estatal, embora sem resultados concretos em termos de ganhos reais ou simbólicos para o funcionalismo público.

Durante a gestão *Gente Boa* (slogan do governo) as narrativas caracterizam o governo como desprovido de preocupações com as políticas públicas e sem qualquer planejamento ou linha de ação para o exercício do governo, conforme relata Cabral (2005, p. 127):

O governo Geraldo Bulhões foi marcado pela inércia. Durante os quatro anos em que esteve à frente do Poder Executivo alagoano, nenhum trabalho técnico relevante foi produzido, nem mesmo o próprio Plano de Governo.

Consultando a Biblioteca Pública Central, o Arquivo Público de Alagoas, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, a Biblioteca Central da UFAL, a Biblioteca do SESC, a Biblioteca da Secretaria Estadual de Planejamento e a Biblioteca da Secretaria Estadual de Agricultura, não há nenhuma informação sobre algum plano ou documento que delineasse as metas a serem alcançadas pelo Estado de Alagoas naquele período.

Técnicos da Secretaria de Planejamento e estudiosos da história de Alagoas foram consultados, mas nenhum deles conhece algum documento que registre a trajetória dos quatro anos do governo Geraldo Bulhões.

As greves por reajustes salariais duraram meses (os servidores públicos estaduais ficaram vários meses sem receber salários), que se encerravam pela desmotivação e falta de expectativas dos trabalhadores públicos em conseguir qualquer ganho percentual efetivo. Enquanto durou a gestão Geraldo Bulhões, o setor da educação vivenciou paralisações que comprometeram o ano letivo (que chegou a ser anulado por conta do descumprimento completo do calendário escolar e dos componentes curriculares obrigatórios, sem nenhuma forma de recomposição). Contudo, o governo não descontava os dias parados dos vencimentos dos servidores, muito menos reprimia as paralisações. Tão pouco oferecia qualquer proposta de acordo satisfatória, como se simplesmente “deixasse o tempo passar”.

Mesmo assim, o governo dispunha de ampla base parlamentar na Assembleia Legislativa, razão pela qual as tentativas de impedimento político do governador não tiveram êxito. Novamente recorreremos às entrevistas para caracterização daquele momento histórico:

Bulhões, um dos presentes questionou se o governador não se sensibilizava com a longa duração da greve na educação. Este teria indagado: “greve? Mas que greve?” Este fato também é relatado pelo entrevistado nº 10.

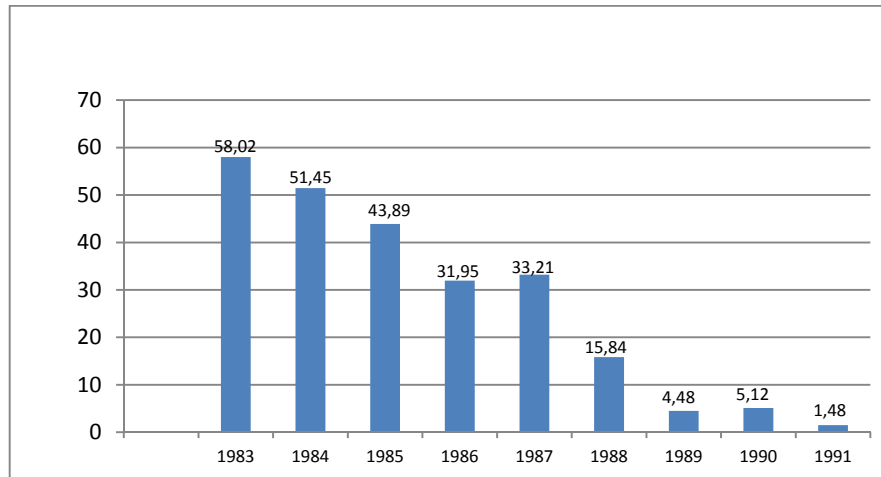
Foram seis meses de greve. Foi um momento eu diria que da derrocada, foi um dos momentos assim que eu diria que o Estado de Alagoas se tornou diferenciado. Um Estado onde nós tivemos escolas que era verdadeiros corredores vazios, onde o maior centro educacional da América Latina (Centro Educacional Antonio Gomes de Barros, em Maceió) praticamente ficou vazio. Foi um momento de greves intermináveis e greves que não tinham resposta do governo, que o governo ignorava. [...] Alimentar uma categoria ainda com a esperança de alguma coisa, com o governo absolutamente apático, indiferente. Todo mundo com salário mínimo. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11).

Como já salientado, a crise econômica foi em grande parte resultante da queda da arrecadação motivada pelo “acordo dos usineiros” e das ações administrativas do governo anterior, deixando o Estado endividado. Analisando dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda, Lira (2007) informa que, em 1983, o setor açucareiro respondia por cerca de 58,02% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Em 1991, esta participação caiu para 1,48%.³¹ Mas se o governador esperava alguma ajuda direta do governo federal, logo essa possibilidade foi inteiramente descartada: em decorrência da crise política que redundou no *impeachment* do presidente Collor em 1992, o fiador da candidatura de Bulhões foi afastado do cenário político nacional.

³¹ O valor inicial exigido pelo setor sucroalcooleiro do governo estadual era de 125 milhões de reais, mas com a correção monetária e juros, chegou em 1997 ao montante de 488 milhões de reais, quantia equivalente a 60% da receita fiscal do Estado. Suruagy ainda diminuiu a alíquota do ICMS pago pelos fornecedores de cana-de-açúcar de 17% para 8% (<http://www.veja.com.br> de abril de 1997 acessado em 10 de janeiro de 2012).

Gráfico 1

Participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas, 1983 - 1991 (%)



Fonte: Sec. da Fazenda de Alagoas e Lima (1998)

2.3 O auge da crise e a unidade necessária

Após a gestão Geraldo Bulhões, foi eleito em 1994 o economista Divaldo Suruagy (1995-1997). Em seu terceiro mandato como governador,³² Suruagy assumiu o Estado em situação de penúria, principalmente levando em conta que as finanças estaduais já vinham em processo de deterioração devido a uma série de fatores, dentre os quais se destacam o declínio do Programa de Apoio ao Alcool do governo federal - programa de incentivo subsidiado à fabricação do etanol pelas usinas de produção de açúcar e álcool - e ao bastante polêmico “acordo dos usineiros”, responsável pela grande redução dos impostos pagos ao governo estadual, haja vista a grande dependência da arrecadação local do segmento açucareiro.

Com uma máquina de arrecadação de impostos deficiente, sem um parque industrial diversificado ou um comércio dinâmico, o aparelho burocrático estadual

³² Divaldo Suruagy ingressou na vida pública assumindo cargos administrativos na prefeitura de Maceió e no governo estadual, sendo eleito prefeito de Maceió em 1965. Em 1970 foi eleito deputado estadual e em 1974 foi nomeado governador do Estado de Alagoas pelo presidente Ernesto Geisel, ocupando o cargo de 1974 a 1978, quando foi eleito deputado federal. Nas eleições de 1982 foi eleito governador, permanecendo no cargo até 1986, quando ganha as eleições para o Senado Federal. (www.senado.gov.br acessado em 16 de janeiro de 2012).

entrou em colapso, restando ao governo alagoano recorrer ao plano federal. Entretanto, tal recurso, corriqueiro e útil no passado, teria um alto preço, pois “o Estado se comprometia a realizar diversas medidas de austeridade” (CARVALHO, 2008, p. 40).

É conveniente salientar que, além da histórica dependência da economia alagoana da monocultura do açúcar e dos recursos federais, a ausência de um mercado interno diversificado e dinâmico fazia com que Alagoas frequentemente sofresse a concorrência frente às demais economias mais desenvolvidas da região. Como fatores adicionais que dificultavam a comercialização dos produtos derivados da cana, o açúcar alagoano também passou a sofrer grande concorrência da produção açucareira do Estado de São Paulo, além da grande desvalorização do etanol no mercado internacional a partir da recuperação dos preços do petróleo. Dado o pequeno tamanho de sua economia, as elites políticas não dispunham de instrumentos de pressão e barganha política e, quando conseguiam alguma liberação de recursos por meio de organismos de financiamento como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste, dificilmente estes recursos beneficiavam as populações mais carentes.

Por outro lado, Lira (1997) salienta que apesar de Alagoas ter registrado taxas de crescimento do Produto Interno Bruto bastante elevadas nos anos 1970/1980, no período seguinte, o PIB cai pela metade. No período de 1990/1995, o crescimento representa menos de 1/3 do registrado na década de 1970. Dentro deste contexto, é importante verificar as ações recomendadas pelo governo federal para que o Estado se adequasse ao perfil administrativo condicionante para a efetivação de qualquer auxílio da parte da União. As “recomendações,” longe de resolverem a crise, agravaram ainda mais as contradições econômicas internas.

Localmente, os efeitos destas medidas de ajuste da máquina pública estadual são extremamente perversos em Alagoas em virtude da dependência extrema de todos os ramos da economia aos salários dos servidores públicos. O próprio governo deixou de arrecadar, devido à dependência da circulação destes valores decorrentes dos gastos realizados pelos servidores, principalmente porque o principal contribuinte, o setor sucroalcooleiro (ALBUQUERQUE, 2009), diminuiu significativamente sua participação na arrecadação no final do período. Abaixo, a importância do ICMS para as receitas estaduais:

Tabela 1**Participação do ICMS nas receitas próprias de Alagoas (%)**

ANO	%
1981	93,28
1982	94,49
1983	94,15
1984	84,15
1985	81,13
1986	91,01
1987	88,86
1988	-
1989	-
1990	-
1991	97,30
1992	94,11
1993	95,47
1994	95,90
1995	94,50
1996	95,02

Fonte: Secretaria da Fazenda de Alagoas e Lima 98

Em muitas cidades do interior, e mesmo no comércio e nas feiras livres da capital, estes recursos, conjuntamente com outras transferências federais por meio de programas sociais, basicamente movimentam a economia local. Quando o governo estadual deixou de cumprir suas obrigações salariais com os servidores públicos tudo entrou em colapso, não existindo outros meios de dinamização econômica ou de geração de renda (CARVALHO, 2008; LIRA, 1997) no montante necessário à sobrevivência destes outros setores da economia. Desse modo, as despesas do governo com as principais responsabilidades legais tiveram um decréscimo significativo, principalmente nas áreas sociais:

Tabela 2

Alagoas: Taxas médias de crescimento anual das despesas por função de 1986 – 1995 (%)

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS
Legislativa	- 1,58
Judiciária	8,41
Administração e Planejamento	-1,21
Agricultura	-0,65
Comunicações	1,86
Defesa Nac. e Seg. Pública	1,01
Desenvolvimento Regional	-
Educação e Cultura	-1,48
Energia e Rec. Minerais	-100,00
Habitação e Urbanismo	-18,36
Indústria, Comércio e Serviços	-9,25
Relações Exteriores	-
Saúde e Saneamento	4,62
Trabalho	-8,17
Assistência e Previdência	0,17
Transporte	1,52
Total das Despesas por Função	-0,38

Fonte: Ministério da Fazenda (1996:143) e Lima (1998)

Na educação, o setor já vinha passando por extremas dificuldades estruturais desde o governo Geraldo Bulhões. A categoria, mesmo após tantas pressões, não conseguiu o atendimento de suas conquistas. Além da opção histórica do governo em administrar para uma minoria, do ponto de vista financeiro, a crise era naquele momento incontornável em virtude do modelo político escolhido pelas classes dominantes.

Segundo dados do IBGE analisados por Lira (1997), em 1995 Alagoas tinha 40,6% de sua população sem saber ler e escrever. No Nordeste este percentual era de 30,1% e em termos de Brasil, havia 16,5%. Enquanto no Nordeste a taxa de mortalidade infantil era de 63 crianças por mil nascidas, em Alagoas o número era de 78 por mil. Ainda segundo o IBGE, o percentual de pessoas sem acesso a água corrente no Estado era de 40%, enquanto no Brasil era de 23,8%. No aspecto social, 30,5% da população era considerada indigente economicamente e destes, 38,6% não frequentavam a escola. Lira (1997) afirma ainda que estes indicadores

funcionavam como amarras que impediam o desenvolvimento, tornando o Estado uma das últimas unidades da federação consideradas pelas empresas para a realização de investimentos produtivos.

Suruagy foi eleito com mais de 80% dos votos válidos contra uma chapa que se apresentava como *alternativa de esquerda*.³³ Confirmando a grande popularidade e a expectativa criada em torno do governador, os entrevistados comentam:

Dentro da Educação as pessoas ainda viam o governador na época então como uma pessoa que sempre tinha olhado pra Educação. Não era essa a minha avaliação porque a gente sabia de qual era a forma de vinculação disso que era empréstimo de dinheiro a fundo perdido, era aquela relação que tinha com o governo federal que não tinha muita consequência na utilização de recursos públicos. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12).

No exercício do cargo de governador nas duas últimas vezes, Suruagy administrou dentro de uma conjuntura bastante diferente em termos de organização da sociedade civil e não estava habituado a um clima de contestação das suas decisões, pois mesmo que não tenha sido retratado como personagem intolerante, seu estilo político era do tipo conservador, paternalista e propício aos acordos de cúpula, em que as decisões eram tomadas com o seu restrito grupo de sustentação política, o que caracteriza uma prática de condução das questões administrativas autoritária e vinculada aos interesses das oligarquias.

Por estas razões, tanto de ordem conjuntural quanto relacionada ao estilo de governo, as decisões administrativas eram tomadas sem uma maior preocupação

³³ A chapa de oposição era formada por Marcos Vieira, do Partido Socialista Brasileiro, como candidato a governador e Tutmés Ayram, do Partido dos Trabalhadores, como candidato a vice-governador. Para a compreensão da expressão esquerda utilizada neste texto, verificar o debate apresentado por Emir Sader (1995) na discussão sobre a esquerda brasileira e Norberto Bobbio (2001) a partir do panorama europeu. Um fato importante que merece ser destacado é que o PC do B, que havia apoiado a candidatura de Fernando Collor em 1986 para o governo estadual com o argumento de que era preciso somar esforços para derrotar o candidato indicado pelo ex-governador Divaldo Suruagy (o também ex-governador Guilherme Palmeira) considerado pela agremiação representante das oligarquias alagoanas, nestas eleições de 1994 resolveu fazer parte da coligação eleitoral que reconduziu ao governo justamente Divaldo Suruagy. Diversas lideranças de esquerda abandonaram o partido e se filiaram ao PT em razão dessa decisão.

técnica ou administrativa, muitas vezes obedecendo apenas à lógica do jogo político local, loteando-se cargos, secretarias, gratificações e toda espécie de benesse aos aliados do governo, no complexo tabuleiro de xadrez das relações coronelistas e paternalistas da capital e do interior alagoano. Quando surgiam dificuldades financeiras maiores, o governo federal auxiliava sem maiores condicionantes. Foi esta antiga forma de governar que Suruagy tentou reproduzir nesta sua terceira gestão, não atentando suficientemente para as mudanças conjunturais operadas nos últimos anos.

Divaldo Suruagy foi um desastre [...]. Foi a continuação do governo Collor, que veio o Moacyr Andrade, depois veio ele e todo mundo acreditou nele, porque ele antigamente, ele foi o melhor governador, principalmente, pra o magistério. “Era 80% de aprovação naquele homem”. Quando ele entrou, com poucos meses começou a desgraça aqui, porque a gente achava que da miséria que a gente vinha do Geraldo Bulhões e do Collor, com o Suruagy ia resolver tudo. Foi a gota d’água. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 04)

O governador então foi eleito com ampla maioria dos votos válidos justamente pela comparação entre o saldo das suas gestões com as gestões mais recentes, o que de alguma forma repete a tendência de grande parte do eleitorado em confiar em lideranças políticas que se apresentam como grandes *salvadores da pátria*, personagens que sozinhas resolveriam os maiores problemas que afligem a população. A história da República brasileira está repleta desses exemplos e Alagoas manteve essa tradição ao longo de boa parte da sua trajetória de domínio dos representantes da oligarquia açucareira.

Suruagy tinha como parceiro de chapa o ex-deputado estadual Manoel Gomes de Barros, representante das oligarquias agrárias da zona da mata alagoana. Divaldo Suruagy historicamente foi formado dentro de um estilo de política de compromissos, ligado aos setores dominantes do Estado, perfeitamente ajustado aos interesses da “oligarquia açucareira” (ALMEIDA, 1999, p. 69). Não tinha como prática política contrariar os interesses do seu grupo de dominação e dentro de suas

características no contexto histórico da época em que governou pela última vez, foi bem avaliado pela população.

Autor de diversos romances e memórias políticas, Suruagy é membro da Academia Alagoana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, da Sociedade Maçônica, do Rotary Clube, dentre outras agremiações das mais variadas áreas. Considerava-se, além de político, um *homem de letras*. Apesar deste longo histórico na vida pública, Suruagy encontrou uma situação que exigia uma nova postura frente à máquina pública, que passava mais pelas questões administrativas do que propriamente políticas. Isto é, as soluções de compromisso típicas das fases anteriores, não teriam a mesma eficácia no enfrentamento dos novos desafios do governo.

Como salientado, quando procurou ajuda do governo federal para solucionar suas dificuldades locais, o governo do Estado encontrou uma série de exigências características daqueles tempos de fortalecimento do ideário neoliberal. Para obtenção de algum tipo de ajuda financeira, deveria cumprir um programa de ajuste fiscal e financeiro rigoroso para o saneamento de suas contas públicas, claramente no sentido de diminuição do tamanho do Estado e na venda ou extinção de órgãos públicos com a conseqüente redução do seu quadro de funcionários.³⁴ Medidas duras para um Estado ainda permeado em suas relações sociais por práticas clientelistas por um lado, e uma população extremamente pobre e dependente das ações sociais, por outro.

Do ponto de vista administrativo, as medidas iniciaram com o controle direto da secretaria da fazenda e da segurança pública por elementos indicados pela União (CARVALHO, 2008). Economicamente, seria concedido um empréstimo de 200 milhões de reais (para o pagamento da folha salarial do funcionalismo estadual, que chegou a somar sete meses de atraso), assistência técnica e financeira para reestruturação dos mecanismos de arrecadação estadual, transformação do banco estadual em uma agência de fomento da economia, extinção de autarquias e fundações, federalização da companhia de energia elétrica e a criação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Por este plano, cerca de 25 mil funcionários

³⁴ Soares (2002) destaca que as medidas neoliberais foram extremamente negativas para as populações da América Latina, especialmente para os povos que não já dispunham de uma cobertura social. Fazendo um paralelo, se os efeitos dos ajustes neoliberais causaram grande impacto nos Estados industrializados e de economia diversificada no Brasil, há de se imaginar os efeitos em Estados economicamente frágeis como é o caso de Alagoas.

fizeram a opção de demitir-se da rede estadual mediante o recebimento de um valor correspondente a uma média dos seus anos de trabalho. Em uma das entrevistas, são destacados os meios usados pelo governo para que os servidores aderissem ao Programa:

(...) Não houve uma definição de critérios de como seria isso, quais eram as áreas que poderiam entrar sem causar um colapso no Estado, destacando as áreas prioritárias, as áreas essenciais ao Estado. Então começou a ser estimulado pelo governo a participação no PDV dizendo que o Estado não tinha condições de pagar os salários atrasados, portanto não ia ter critérios. De todos os trabalhadores, de todas as áreas que quisessem poderiam entrar no PDV. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Sem um planejamento criterioso sobre as áreas que seriam atingidas, o governo ainda criava um clima de temor aos servidores que não aderissem ao Programa sobre as incertezas do pagamento dos salários. Ao mesmo tempo, para os funcionários que aderissem, o governo se comprometeu a garantir a oferta de cursos profissionais e a posterior recolocação no mercado de trabalho. Os dados das entrevistas detalham esse cenário:

Por um lado ia se agravando a situação da falta de pagamento ou do não pagamento dos salários, por outro o estímulo ao PDV. Havia todo um programa de organização por parte do governo para começar a ver a questão dos recursos que iriam entrar no Estado que pudesse subsidiar, aí era o cálculo de salários dobrados para as pessoas poderem aderir e uma promessa de uma capacitação pelo SEBRAE para que as pessoas pudessem ser empreendedoras, quer dizer, ia ter mais empregadores do que consumidores, mais empresários do que consumidores do produto que fosse ofertado porque era vamos dizer assim 80% das pessoas que aderissem o PDV tinham uma ilusão de que iam para o SEBRAE fazia um curso e

se tornaria microempresários, iam ter seu próprio negócio, ou seja, iam ser seu próprio patrão. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

O PDV foi financiado com recursos da União e visou estimular a demissão dos servidores estaduais (como uma maneira de diminuir os gastos com pessoal). Dos 50 mil funcionários, 25 mil aderiram ao Programa. Destes, 13.000 eram da educação e 5.000 da saúde, embora os pagamentos das indenizações não tivessem sido feitos na mesma velocidade das demissões. Com o inesperado volume das adesões, no início de 1997 o governo não dispunha de dinheiro para honrar os pagamentos e de cada dez funcionários que solicitaram a demissão, apenas quatro tinham recebido seus pagamentos.³⁵

Uma das mais controvertidas ações empreendidas pelo governo para resolver sua situação financeira foi a negociação, aprovada pelo Senado Federal, das *letras podres* do Tesouro Estadual. Ou seja, a negociação dos títulos públicos como forma de rolagem das dívidas e obtenção de novos empréstimos. A ideia do governo seria a utilização dos recursos resultantes desta operação financeira para o pagamento das folhas salariais em atraso e dos precatórios dos servidores, mas acabaram sendo utilizados principalmente para o pagamento de grandes empreiteiras e pendências judiciais ainda em tramitação. Pior que isto, como justificar que um “empréstimo de 300 milhões de reais tenha se transformado em uma dívida estadual de 1,1 bilhão, em 2002?” (CARVALHO, 2008, p.51).

A estratégia inicial utilizada pelo movimento sindical foi a da negociação, mas sem resultados práticos. Alguns entrevistados relataram que o governador parecia alheio aos problemas administrativos do Estado (um dos entrevistados sugeriu que Suruagy estava com dificuldades de discernimento), demonstrando uma fé despropositada na melhora da situação econômica. Foi incapaz de perceber a gravidade da situação e garantia durante as audiências com as lideranças sindicais que encontraria soluções para todos os problemas, embora não apontasse quais os caminhos perseguiria. Sabia-se que tinha uma confiança irrestrita nas relações com o plano federal, que não garantiu o auxílio significativo esperado pelo governo estadual. Restou aos servidores o caminho do enfrentamento.

³⁵ Verificar em <http://www.veja.com.br> de abril de 1997. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

As entidades sindicais realizaram uma série de ações de mobilização através de atos públicos, comícios, panfletagens e caravanas ao interior do Estado. A Ordem dos Advogados do Brasil/seccional Alagoas protocolou um pedido de *impeachment* na Assembleia Legislativa visando à destituição do governador, mas como este contava com o apoio da maioria dos deputados, o afastamento foi rejeitado por 18 votos a 7. Na avaliação do movimento unificado dos servidores, as medidas fiscais apenas agravavam os problemas e penalizam a população mais carente enquanto todas as tentativas de negociação entre o movimento unificado dos servidores e o governo estadual não avançou.

Por esta razão, os servidores públicos definiram uma estratégia extrema e bastante arriscada: aproveitaram uma reunião agendada previamente entre os movimentos agrários e o governador para, uma vez que tivessem acesso ao salão de audiências do Palácio dos Martírios, só saírem da audiência com uma solução definitiva para a crise. Naquele dia, 08 de maio de 1997 (ANEXO III), toda a imprensa que participava da reunião obteve a informação transmitida pelas lideranças do movimento de que algo inusitado aconteceria e que por isso, não deveria retirar-se do Palácio. Um dos entrevistados sintetiza a estratégia do movimento:

Nós sabíamos que aquele dia era crucial para nós, era um momento definidor. Tanto é que o número de pessoas que tinha lá fora era um número muito pequeno e nós sabíamos que tinha que ter alguma coisa ali que marcasse pra chamar a atenção das autoridades. Então, como é que poderia marcar? Ficando, ficando lá no palácio, ocupando o palácio. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A reunião foi longa e tensa. Horas depois do seu início, os representantes sindicais e alguns parlamentares presentes, comunicaram ao governador Divaldo Suruagy a disposição de não abandonarem a sede do governo até que uma solução definitiva fosse encontrada pelo executivo local ou pelo governo federal. Em dado momento, Suruagy retirou-se da sala e deixou as negociações a cargo do vice-governador, Manoel Gomes de Barros.

Barros procurou por longo tempo convencer os sindicalistas de que aquela não era a atitude correta, sugerindo que o acampamento fosse transferido para a sede da vice-governadoria (local distante do Palácio e do centro da cidade) e que lá poderiam ficar indefinidamente. Com a recusa dos manifestantes, que consideravam o Palácio o símbolo do poder estadual, o vice-governador também retirou-se da audiência alertando aos sindicalistas e demais presentes à reunião que assumissem as consequências daquele ato.

Repentinamente, as luzes da sala de audiências foram apagadas e iniciou-se o barulho das batidas dos cassetetes da polícia repressiva do Estado contra os escudos dos militares, em um gesto típico de intimidação psicológica. Em seguida, fizeram uso da força física deliberada para retirada dos manifestantes do Palácio do governo. Obedecendo a uma determinação do próprio executivo e repreendendo violentamente os dirigentes do movimento, além de parlamentares e representantes da sociedade civil, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) expulsou todos os manifestantes da sede governamental (ANEXO III). Os relatos são ricos em detalhes:

Nós estávamos na audiência e ele (Barros) disse: “Não. Agora não tem mais diálogo”. Bateu na mesa e disse “agora vocês saem por bem ou por mal”. “Não querem sair por bem, vão sair por mal.” Aí, começou a entrada do pelotão de choque [...] Todos nós levantamos, cantamos o Hino Nacional, quando terminou o hino nacional, começou a pancadaria [...]. A imprensa toda estava esperando. Isso se deu por volta das 6hs e 30min, 7hs da noite. Apagaram todas as luzes e foram nos colocando pra fora (do final da mesa para a porta da frente do palácio). Naquele momento todos nós apanhamos. Todos, sem exceção. O mais grave foi a Lenilda, que ficou por último, caiu (estava com sandália alta, quebrou). Teve traumatismo craniano e foi direto pro hospital. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Quando ele (Barros) saiu, todo mundo fica cantando o hino nacional, pegado nas mãos. É quando apagam a luz e já vem a tropa de choque entrando numa ação que eu diria que foi uma ação extremamente covarde, pelo número de pessoas, tanto

dentro como fora. Aquele aparato todo que levaram de cachorros, bombas, foi uma coisa desproporcional. Talvez ele (Barros) tenha pensado pela proporção do desafio que nós fizemos de ficar no palácio, mas desproporcional ao número de pessoas numa ação daquelas, porque tinha pouquíssima gente fora e os que estavam dentro eram pessoas de resistência, mas não eram pessoas de violência. Era uma resistência mesmo, era aquela história de sentar num canto e não sair. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A ação empreendida pelo governo estadual - de confrontação direta com as lideranças sindicais e políticas presentes à audiência – significou o completo rompimento dos canais de diálogo reivindicados pelas entidades. À proporção que o governo fez uso da repressão direta contra uma manifestação de resistência simbólica dos manifestantes (ainda que a tática destes fosse questionável em termos de resultados concretos), perdeu aos olhos da população grande parte da legitimidade política alcançada nas eleições de 1994 e que rapidamente se deteriorou com o aprofundamento da crise econômica em que o Estado mergulhou desde 1989.

Na ação seguinte, o movimento unificado dos servidores organizou um plebiscito popular, percorrendo o Estado inteiro em busca das assinaturas para ser encaminhada à Assembleia Legislativa solicitando o afastamento do governador do cargo. Em uma dessas viagens, aconteceu um atentado à bomba contra o carro de som do Sinteal, pouco depois que um dirigente sindical e uma deputada estadual saíram do veículo, que explodiu. A autoria do atentado é uma questão controversa. Um entrevistado comenta:

[...] A gente alugava ônibus aqui e fazia as caravanas de cidade em cidade, rodamos esse Estado todinho [...] Jogaram uma bomba dentro do carro de som. O carro de som explodiu. Ainda feriu pessoas e tudo. Então o carro de som explodiu, podia ter sido mais grave. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Sobre a realização do plebiscito, um outro entrevistado acrescenta:

Esse plebiscito nem todos os sindicatos a princípio concordaram com ele, mas nós insistimos e viabilizamos, construímos as caravanas da cidadania com movimentos sociais e sindicatos. E aí entra o papel fundamental do Sinteal que patrocinou os ônibus, a condição pra viajar pro interior, percorrer todas as regionais e viabilizar material impresso onde a gente pudesse colher a opinião da sociedade sobre o que estava acontecendo, (...) viajou por esse Estado todo, colhendo isso. Isso foi bem democrático, porque quem dizia apoiaria deputados e votaria ainda nos mesmos governantes que estavam também foi colhida essa informação pra gente ver o contraponto. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Os manifestantes ocuparam então o prédio da Assembleia Legislativa em 14 de maio de 1997, exigindo a votação do impedimento do governador e instalando uma Assembleia Popular (ROCHA, 2007), permanecendo por mais de quinze dias. A repercussão destes episódios foi intensa em todo o País e o fato acabou dando mais fôlego ao movimento, embora os deputados estaduais se recusassem em afastar o governador das suas funções. A entrevista abaixo revela:

O oito de maio eu considero extremamente importante pela simbologia, pelo papel que jogou naquele momento de criar aquele fato político, de por em cheque o Suruagy. O Suruagy ter que se explicar perante a sociedade, perante Brasília da situação que estava aqui, de pôr em cheque uma Assembleia Legislativa inerte, que não se manifestava, que não tinha um papel, que não cumpria um papel naquele momento, vendo o Estado na bancarrota, mas que não se manifestava a não ser a favor de seus próprios interesses. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Os atores do movimento sindical tenham consciência que não podiam contar com a sensibilidade ou o apoio dos parlamentares estaduais, em vista do

comprometimento destes como base de sustentação do governo. Por isso, as ações do movimento também eram direcionadas a pressionar os deputados a intermediar uma saída para a crise ou posicionar-se contra o governo em favor do funcionalismo público, ainda que essa mudança de posição parecesse improvável dado o histórico pessoal daquelas personalidades políticas, beneficiadas pelas relações entre executivo – legislativo. Essas relações eram essenciais para manter o controle das suas bases eleitorais e continuar desfrutando das vantagens financeiras advindas dos acordos políticos.

Em meados de julho, enquanto o movimento sindical continuava realizando atos públicos pelo Estado, o pedido de *impeachment* do governador estava novamente em tramitação na Assembleia Legislativa e pela primeira vez, existia clima favorável entre os parlamentares para a sua aprovação. Dado o quadro de desespero que tomava conta de todos os servidores estaduais, pela primeira vez as lideranças dos policiais militares firmaram uma aliança com as lideranças civis para a articulação de um ato público no dia da apreciação do pedido de afastamento do governador, visando pressionar os deputados a se decidirem pela sua aprovação. A sessão parlamentar seria no dia 17 de julho. A aliança civil-militar é ressaltada em uma das entrevistas:

Outro elemento que eu acho de extrema importância e a gente tem que saudar, foi o papel das organizações da polícia militar, eu acho que naquele momento a polícia militar por ter um regimento extremamente conservador teve um papel fundamental [...]. Se não houvesse essa unificação, nós não teríamos absolutamente superado aquele momento. Naquele momento a posição das associações da polícia militar foi de extrema importância pra nós. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A aliança entre civis e militares não era um fato corriqueiro na história política alagoana. O aparato repressivo do Estado não apenas tradicionalmente cumpria sua função legal de repressão ao movimento social e sindical (recurso amplamente comum usado pelos governos até aquele momento), mas muitos dos integrantes da corporação militar prestavam serviços particulares e até mesmo praticavam crimes por motivações políticas e pessoais tanto no interior como na capital do Estado,

geralmente a serviço dos grupos econômicos e políticas. Certamente por essa razão, as lideranças sindicais enxergaram na aproximação civil-militar um sinal importante nas movimentações feitas até então contra o governo estadual.

No dia da votação do pedido de afastamento do governador pela Assembleia Legislativa, o clima era, portanto de guerra ao redor da Praça Dom Pedro II, onde estava localizada a sede do parlamento estadual. Por solicitação do governo estadual, a Casa de Tavares Bastos, nome oficial da Assembleia, estava cercada por soldados do exército, que espalharam atiradores de elite dentro do prédio e nas edificações vizinhas, além da distribuição de soldados de infantaria e cavalaria pelas ruas próximas ao prédio, interditando os acessos próximos do centro da cidade e ao local da votação.

Os servidores públicos também se mobilizaram. A todo o momento chegavam manifestantes ao local que, em um primeiro momento, não podiam se aproximar do prédio da Assembleia por conta das grades e do exército que a isolavam. Foi montada pelo movimento uma estrutura com trio elétrico, carros de som, faixas e cartazes, com palavras de ordem contra o governador e com pedidos de impeachment. Estavam na praça servidores públicos, policiais militares e civis, além de integrantes dos movimentos agrários (ANEXO IV). A imprensa transmitia ao vivo o clima de indignação dos manifestantes enquanto transcorria a sessão parlamentar. Com os ânimos cada vez mais exaltados, os manifestantes derrubaram as grades que circundavam o prédio, aproveitando-se da chegada da prefeita de Maceió,³⁶ que gritava ser “a praça o local do povo” (ANEXO V).

Com o aprofundamento da crise financeira,³⁷ abandonado pelos aliados políticos e percebendo a diminuição de sua credibilidade para o encaminhamento de soluções dos problemas administrativos, o governador é obrigado a tirar uma licença de seis meses do cargo, que, como o tempo confirmou, seria na prática, sua renúncia,³⁸ Esta medida foi articulada com a bancada parlamentar estadual e federal

³⁶ Kátia Born Ribeiro, prefeita de Maceió de 1997 a 2001 e de 2001 a 2005 pelo Partido Socialista Brasileiro.

³⁷ Em 1995, o governo do Estado tinha uma dívida consolidada de R\$ 650 milhões a ser paga nos próximos anos e duas folhas e meio de salários atrasados junto aos servidores públicos. Em 1997, a dívida cresce 161% - cerca de 1,7 bilhão de reais - e sete folhas de salários atrasados aos 50 mil servidores estaduais. Informação disponível em <http://www.veja.com.br> de 1997. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

³⁸ A visão do ex-governador Divaldo Suruagy sobre estes episódios foi apresentada no livro *Ilusões do poder*, Maceió, Catavento, 2003.

após a grande mobilização do dia *17 de julho*. O desgaste político da imagem do governador é confirmado por um dos entrevistados a seguir:

Nas feiras que quando a gente falava no Suruagy a gente via, tinha gente desses vendedores de carne de meter a peixeira na foto do Suruagy que era uma coisa absurda. O homem que era o ídolo, o homem que foi eleito com o maior percentual de adesão, você vê uma reação tão violenta. Por quê? Porque era derrocada aqui no Estado de Alagoas. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A referência ao comportamento dos feirantes no depoimento refere-se à reação das pessoas constatada pelos sindicalistas durante a organização do plebiscito popular antes do *17 de julho*. O vice-governador Manoel Gomes de Barros assumiu a partir da renúncia de Suruagy o comando executivo do Estado, prometendo imprimir sua “marca pessoal”. Alguns entrevistados sintetizam aqueles momentos decisivos do dia 17 de julho de 1997:

Eu acho que sem dúvida, o grande momento político recente do movimento sindical em Alagoas foi a derrubada do governo Suruagy, em 1997. Esse foi um momento que marcou porque houve uma união de todos os pontos políticos, de todos os sindicatos, ainda que depois isso acabasse não prosseguindo, para buscar resolver o problema que sem dúvida tinha chegado ao limite. O governo Suruagy já vinha acumulando, em alguns setores, até seis, oito meses de salários atrasados, começou a haver suicídios em massa, especialmente no setor da polícia. A situação interna ganhou repercussão nacional [...]. Nós tivemos uma experiência política, uma união política, um crescimento político que, sem dúvida, nunca tínhamos tido ou experimentado. (Professor. Entrevista nº 01)

O tema da unidade, fundamental para garantir a vitória dos servidores públicos, é vista como o resultado da conscientização dos trabalhadores e como um fato inédito. As atividades de mobilização do movimento sindical tiveram como principal bandeira a busca da solução para crise fiscal e financeira instalada em

Alagoas e aprofundada durante o governo Divaldo Suruagy. Esta crise, simbolizada pelo atraso dos salários do funcionalismo, forneceu os elementos necessários para a união dos mais variados setores da sociedade, tanto os segmentos civis como militares, algo que não tinha sido registrado na história política alagoana até então. E este ineditismo aconteceu em dois planos: tantos em termos da própria organização como tendo em vista o grande resultado alcançado, que foi a renúncia do governador.

A data da renúncia de Suruagy, 17 de julho de 1997, é lembrada todos os anos pelo movimento sindical alagoano, que realiza atos públicos geralmente na Praça Dom Pedro II, sede da Assembleia Legislativa do Estado. A data é lembrada como um momento histórico sem precedentes, em que os movimentos sociais unificados conseguiram pôr fim a um governo representante das classes dominantes, por isso, comprometido com estas. O fato, considerado inédito na avaliação dos dirigentes sindicais, deveu-se aos dois itens relatados ao longo desta narrativa: a unidade do movimento (especialmente junto à polícia militar) e ao êxito do afastamento do governador. A importância de o movimento sindical buscar ampliar seu leque de alianças, através da ampliação da pauta de reivindicações e de uma maior interlocução com outras entidades é decisiva para manter a legitimidade da sua representação e a força simbólica das suas bandeiras (TIRAMONTI, 2001), embora, no caso em questão, registrou-se um caso extremado de desespero em meio a uma situação de caos financeiro. A fala seguinte reforça essa interpretação:

Organizados com todos os outros segmentos, nós conseguimos aquele grande histórico fato, que acabou sendo a renúncia do governador. Tivemos grandes entraves, grandes momentos da luta dos trabalhadores que culminou nesse processo todo. O tudo ou nada mesmo foi a era Suruagy. Ali foi derrubada de governo mesmo. Foi crise, foi morte, pessoas morreram por aqueles fatos. Eu conheço várias pessoas que morreram, inclusive policiais com família inteira. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Historicamente, apenas um caso de assassinato de uma família por um policial militar seguido de suicídio é conhecido, embora controverso. De qualquer

modo, na percepção comum dos entrevistados, além do quadro de desespero, existe a impressão de que o movimento conseguiu de fato a *derrubada* do governo, medida avaliada à época como a única maneira de encerrar aquela situação aflitiva vivenciada principalmente pelos servidores e suas famílias. Apesar de alguns entrevistados admitirem saber que a crise econômica instalada em Alagoas fazia parte de um contexto mais global de reestruturação do sistema capitalista sob o prisma do neoliberalismo e que o afastamento de Suruagy não solucionaria a crise, o seu afastamento é revestido de uma importância *simbólica* de confrontação dos movimentos sociais com a ordem político-econômica estabelecida.

Um dos entrevistados deixou bem evidente essa percepção no trecho a seguir:

No dia 17 de julho, a assembleia legislativa iria votar o impeachment. Era isso que estava em pauta e todo o movimento foi trabalhado com a bandeira do impeachment, porque o Estado quebrou. Eu acho que o problema do governo Suruagy foi ele achar que iria acontecer o que acontecia das outras vezes: ir a Brasília e trazer o dinheiro. E não tinha como, porque Brasília não tinha respostas. Era o auge das medidas mais duras do neoliberalismo do governo FHC. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Não havia como analisar os fatos locais de maneira desconexa da realidade nacional. Se por um lado, as ações de mobilização organizadas pelo conjunto do movimento atendiam a necessidades imediatas de sobrevivência, por outro lado, suas lideranças expressavam a co-relação entre o que acontecia em Alagoas com as medidas administrativas de caráter neoliberal propostas pelo governo Fernando Henrique e aprovadas em sua maioria pelo Congresso Nacional (MACHADO, 2002). Outra medida sugerida por muitas lideranças, a da intervenção direta da União no Estado, encontrava uma série de entraves jurídicos na própria Constituição Federal de 1988.

Analisado por outro ângulo, a capacidade das classes dominantes alagoanas de sobreviver às crises políticas alternando-se no poder, sem, contudo, modificar as estruturas essenciais de dominação foi um dos aspectos mais evidenciados pelos

analistas políticos durante aquela fase histórica. Do ponto de vista político, a mudança efetivada na condução administrativa do Estado não modificou as estruturas de dominação de classe. Uma das entrevistas confirma esta hipótese:

O que a gente percebeu é que mais uma vez a elite do Estado tem uma forte articulação e um poder de dominação que se articula muito bem no sentido de fazer com que o impeachment não saísse, porque tinha representantes das elites na Assembleia. Ele foi bem orientado para renunciar em forma de licença, vindo a perspectiva de retorno. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Mesmo após os eventos apresentados, o grupo dominante permaneceu ainda utilizando a máquina pública, “de forma patrimonialista”, atendendo aos interesses mais individualistas e elitistas, confirmando a hipótese de que em “Alagoas, as permanências têm sido sempre muito mais significativas e marcantes do que as rupturas” (VERÇOSA, 2006, p. 160). Esta tradição não é uma realidade apenas alagoana, mas tem significado um mecanismo importante de reprodução das desigualdades sociais e na manutenção do predomínio político – econômico das oligarquias no Estado.

Segundo Roberto Damatta, nas sociedades que apresentam traços dessa natureza, as regras universais e legais definidas pelas relações sociais e pelos vários códigos de conduta operam simultaneamente, muitas vezes subordinando o arcabouço institucional e o aparato estatal aos interesses mais poderosos. São as *sociedades relacionais*, em que o peso das tradições, das práticas clientelistas e paternalistas concorre diretamente com o arcabouço jurídico-institucional, justapondo-se ou contrapondo-se ao ordenamento legal (DAMATTA, 1997). Esta pode ser uma das razões que explicam porque apesar dos avanços verificados no País nos últimos anos de democratização das instituições, Alagoas aparentava, à época dos fatos analisados, estar caminhando na contramão destes avanços. Continuando nesta linha de raciocínio

Isso permitiria explicar os desvios e as variações da noção de cidadania. Pois se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior. Dele,

conforme diz o velho ditado brasileiro, quem toma conta são as leis. Mas se a categoria profissional (os trabalhadores como cidadãos e não mais como empregados) tem uma ligação forte com o Estado (ou governo), então, eles podem ser diferenciados e tratados com privilégios. É a relação que explica a perversão e a variação da cidadania, deixando perceber o que ocorre no caso das diversas categorias ocupacionais no Brasil, onde formam uma nítida hierarquia em termos de sua proximidade do poder, ou melhor, daquilo que representa o centro do poder. (DAMATTA, 1997; p. 55 e 56)

Este perfil político se reflete no aspecto econômico, condicionando o modelo de desenvolvimento do Estado. Lira (2007, p. 88) sugere que “o padrão adotado em todo o Estado é o modelo agrícola herdado do coronelismo, assentado basicamente na monocultura de exportação”. Portanto, é fundamental a compreensão do papel central desempenhado pelos usineiros na esfera econômica alagoana, o que de certa forma explica sua força política nos rumos administrativos do Estado, como também na formulação das políticas públicas, evidenciando a função excludente destas políticas destinadas à maioria da sociedade.

Em um trabalho a respeito da realidade agrária alagoana a partir do município de Atalaia, Albuquerque (2009, p. 30) constata que, “na política, a influência, e, na maioria das vezes, a determinação do poder do senhor do engenho ou do usineiro é a marca histórica mais forte,” em uma clara referência às relações coronelistas estaduais marcadas, sobretudo, pelo aspecto econômico. O autor, salientando a influência exercida pelos usineiros em todo o Estado, desenvolve uma análise da realidade política alagoana, tendo como premissa básica o aspecto das relações de mando e obediência originária do período colonial na região Nordeste, fortalecidas durante o Império e a República Velha, definindo os rumos políticos e jurídicos em Alagoas séculos antes de sua emancipação formal em 1817.

Para Carvalho (2009), a força política dos usineiros é bem mais articulada do que parece à primeira vista. Essa organização se dá no nível político-institucional e na organização por setores da economia. Na esfera política, através de candidatos do próprio setor ou pelo fornecimento de apoio financeiro a outros candidatos. No plano organizacional, por meio de sindicatos próprios ou associações e cooperativas, utilizando práticas de pressão sobre a máquina estatal. Segundo o economista, “o lobby do açúcar apresenta suas demandas, revestindo-se de caráter social, como se fosse do interesse geral, de toda economia” (CARVALHO, 2009, p. 25). Destaca ainda que para isso o setor “se utiliza de seus porta-vozes na imprensa, no parlamento” como forma de fazer prevalecer seus interesses (op.cit.,

2009, p.25). Dito de outra forma, as oligarquias alagoanas têm grande ligação com todos os segmentos e espaços de poder garantindo a manutenção dos seus privilégios seculares, excluindo completamente as classes populares.

Por outro lado, desde a unificação dos diversos segmentos de trabalhadores em torno de um único sindicato (Sinteal), a categoria buscava encaminhar suas pautas reivindicatórias não mais procurando ganhos apenas para o segmento do magistério, mas para todo o conjunto (professores, funcionários administrativos, de apoio). Entretanto, na prática, o segmento docente ainda permaneceu conferindo o maior peso na correlação de forças dos embates com o governo estadual devido a fatores históricos e de caráter simbólico: tem maior tradição organizativa, maior número de profissionais e status de classe considerado de maior importância para sociedade, o que acaba favorecendo o atendimento de suas demandas em detrimento dos demais segmentos da instituição escolar.

De acordo com alguns entrevistados, este fato até hoje tem gerado intensas polêmicas na própria categoria, uma vez que os rumos das mobilizações sindicais acabam sendo influenciados por esta dicotomia interna na base, havendo acusações da parte dos segmentos não-docentes de falta de solidariedade dos professores por, supostamente, só defenderem seus interesses, que o próprio sindicato representa apenas uma parte da base, dentre outras acusações.

Outra questão importante verificada durante toda a década de 1990 é que mesmo com a unificação dos segmentos profissionais do ramo educacional em torno de uma única entidade, os trabalhadores não tiveram força suficiente para evitar o desmonte do aparelho de Estado e sua reestruturação sob a ótica neoliberal. O PDV, como estímulo à diminuição dos gastos com folha de pessoal, acabou significando um duro golpe na organização sindical com a consequente redução da taxa de filiados. Dos 21 mil servidores existentes antes do Plano, restavam em torno de 8 mil após as adesões. A situação só seria parcialmente modificada com a realização de concursos públicos nos anos seguintes, conforme aponta Cavalcante (2006), embora continue existindo elevada carência de profissionais devido a outros fatores históricos, como os baixos salários oferecidos, as péssimas condições de trabalho e as desestimulantes perspectivas de carreira. Perguntado a respeito dos efeitos do PDV sobre a qualidade dos serviços oferecidos e sobre a capacidade de mobilização sindical, um dos entrevistados diz:

Então o desmantelo mesmo da máquina pública veio do governo Suruagy quando houve o PDV. Saiu um monte de gente e que se estende até hoje. Nunca mais o quadro da educação ou de qualquer setor foi compatível com o número de beneficiários. [...]. Como ter uma resistência de um grupo quando você passa nove meses sem salário? Ninguém mobiliza ninguém numa situação de absoluto abandono desses. [...]. Como mobilizar quem já não tem mais forças, quem já não está mais no posto de trabalho, quem não acredita mais em passeata, em discurso de sindicalista? Porque acaba sendo nós falando pra nós mesmos. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A situação era de tamanho desespero que o movimento sindical enfrentou dificuldades de organização das suas bases, não apenas no aspecto da conscientização, da importância das lutas, mas, sobretudo devido ao grau extremo de esforço pela sobrevivência em um quadro em que as pessoas cada vez mais procuravam saídas individuais. A temática da mobilização/desmobilização foi uma das grandes questões enfrentadas pelo movimento, conforme este trecho da entrevista, contundente nesse aspecto: *“Ninguém mobiliza ninguém numa situação de absoluto abandono desses. [...]. Como mobilizar quem já não tem mais forças?”*

Nos anos seguintes, o setor público estadual registrou um significativo aumento da quantidade de trabalhadores terceirizados, isto é, sem vínculo estatutário e que ingressaram no quadro funcional sem a devida realização de concurso de prova e títulos, segundo determina a Constituição Federal de 1988. São “os monitores”, que na realidade atuam como professores de fato nas escolas, mesmo não sendo de direito, uma vez que, em sua maioria, nem sequer concluíram suas respectivas licenciaturas. Grande número destes contratados nem estão cursando graduações na área da educação. Além da insegurança do ponto de vista dos direitos trabalhistas (os contratos são temporários) e não existindo uma carreira funcional assegurada, o setor permanentemente tem dificuldade em realização de planejamentos eficientes, dada a alta rotatividade de professores.

Com relação ao início histórico deste tipo de contratação, a entrevista abaixo revela:

Aparece ainda no governo Mano em 1997. A princípio era uma seleção de trabalhadores que apresentavam o currículo, havia uma seleção. O sindicato chegou a fazer parte da comissão de seleção, só que se retirou a partir do momento que viu que não estava sendo levada a sério a forma de seleção, sempre tinham os apadrinhados e não passavam pela seleção (...). Naquele momento era uma situação emergencial com o aval do Ministério Público. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Desse modo, persiste na rede estadual de ensino alagoano a prática da contratação de profissionais sem a devida qualificação profissional em descumprimento ao princípio constitucional de admissão unicamente pela via da aprovação em concurso público de provas e títulos, sempre com o argumento de contratação emergencial. O equacionamento dessa questão dependerá da criação de uma real e efetiva política de valorização profissional (nos aspectos salariais, da carreira e das condições de trabalho) a ser praticado pelos governos nos próximos anos. Caso contrário, existirão cada vez menos profissionais a interessar-se pelo ramo educacional.

Realizadas as eleições estaduais em 1998, o governador Manoel Gomes de Barros, candidato à reeleição, perdeu a disputa para o ex-prefeito de Maceió Ronaldo Lessa (1993-1997). Eleito por uma coligação de partidos de esquerda, o candidato representou a ascensão das novas forças políticas no Estado e teve pela frente a reconstrução do aparelho estatal, principalmente no quesito referente à recomposição do funcionalismo público, com elevada carência de profissionais em todas as áreas, principalmente no setor da educação.

No próximo capítulo, as análises serão centradas nas questões que mais mobilizaram a categoria educacional, a saber: a questão salarial, o Plano de Cargos e Carreira e a criação da legislação que instituiu a gestão democrática na rede estadual.

3 AVANÇOS E RECUOS: CONFLITOS SINDICAIS À ESQUERDA E À DIREITA³⁹

Houve uma época em que era conveniente, ao desenvolvimento do capitalismo, soltar da lâmpada o gênio que [...] converte todas as coisas em mercadorias. Hoje [...], tudo estaria na mais perfeita ordem caso o gênio pudesse ser persuadido a retornar à sua lâmpada. O problema consiste, no entanto, em que ele não tem qualquer intenção de fazê-lo. Assim, nada mais resta aos nossos românticos exceto se lamentar da perversidade do gênio e da insensatez dos seres humanos que o libertaram. (MÉSZÁROS)

3.1 A esquerda no poder: Plano de Cargos, gestão democrática e valorização salarial

Tomando posse em 1999 e tendo como base política uma coligação de partidos políticos de centro-esquerda,⁴⁰ o engenheiro civil Ronaldo Lessa procurou empreender um conjunto de ações no sentido de recuperação da máquina pública, realizando concursos públicos nas áreas de segurança, saúde, educação e para as demais autarquias do governo (CAVALCANTE, 2006). Com o slogan “Alagoas para todos” busca articular uma ampla base de apoio parlamentar na Assembleia Legislativa para que pudesse obter condições de governabilidade, incluindo a consolidação de alianças políticas com setores ligados as antigas oligarquias.

O arranjo político montado pelo governo para assegurar a sustentação dos seus projetos na Assembleia Legislativa com a decorrente negociação em torno dos cargos da máquina estadual provocou novos debates que questionaram o perfil ideológico da gestão Ronaldo Lessa, principalmente da parte dos partidos, que naquele momento, consideravam-se mais á esquerda (PT, PC do B, PCB). O pragmatismo na consolidação das alianças surpreendeu, especialmente por ter envolvido figuras públicas ligadas aos grupos oligárquicos que sempre estiveram participando e influenciando as gestões anteriores.

Apesar de Sader (1995, p. 64 e 65) considerar que o Brasil não teve em sua história muita tradição de esquerda, analisando a questão durante o fortalecimento das ideias neoliberais, identifica três gerações que poderiam assim ser identificadas:

³⁹ Uma breve discussão sobre a dicotomia esquerda - direita (BOBBIO, 2001; CARVALHO, 1993; SADER, 1995) foi feita no capítulo I desta dissertação.

⁴⁰ A coligação partidária que elegeu Ronaldo Lessa para o governo do Estado de Alagoas em 1998 foi formada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores), PPS (Partido Popular Socialista), PC do B (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e pelo PV (Partido Verde).

[...] Embora sem tradição, a esquerda já produziu no Brasil três gerações diferentes de movimentos de esquerda. Os comunistas, os anarquistas e os socialistas das primeiras décadas do século representam a primeira geração, muito vinculada à tradição da esquerda européia.

A segunda geração é a dos movimentos ligados à luta armada no Brasil, que se desenvolveram ao longo dos anos 60 e início dos anos 70. A terceira foi aquela geração dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80 e que a partir daí se consolidou, representando a atualidade da esquerda brasileira.

Se for considerada então, a biografia de parte das lideranças que assumiu o governo em 1999, relacionando ao conjunto dos partidos políticos que formaram aquela coligação eleitoral, pode-se considerar que a gestão Lessa foi integrada por uma representação política da terceira geração da esquerda brasileira (SADER, 1995). No entanto, esta caracterização não implica a eliminação das contradições do exercício do poder e muito menos as devidas adequações necessárias ao contexto, às tradições culturais, a correlação de forças (SOUZA, 1984), dentro outros elementos que condicionam a atuação dos atores governamentais e dos movimentos sociais.

Em termos administrativos, o Plano Plurianual apresentado pelo governo Lessa para o período 1999-2003 definiu três eixos estruturantes de desenvolvimento: Ajuste Social, Indutor Regulador e Ajuste Fiscal, traduzidos em Programas Estruturantes, caracterizados em um conjunto de Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos com objetivo de modificar o perfil sócio econômico do Estado.⁴¹ A gestão tentou então, mediante um planejamento técnico da situação local, direcionar as ações governamentais para o enfrentamento e superação do quadro de crise dos últimos anos.

Na montagem da equipe de governo, depois de uma breve disputa interna entre as forças da coalizão partidária, Lessa nomeia para a secretaria de educação a professora Maria José Pereira Viana.⁴² Como propostas da nova secretária, estavam a realização de concurso público, a criação do Plano de Cargos e Carreira

⁴¹ Maiores detalhes em Cabral (2005), fonte original dessas informações.

⁴² Viana fazia parte da direção da Apal durante a gestão Alba Correia. Perdeu a disputa para a presidência do Sinteval em 1991 e ocupou a pasta da secretaria municipal de educação de Maceió (semed) a partir de 1993, na gestão Ronaldo Lessa. Durante sua permanência na semed foi criada a lei municipal implantando o princípio da gestão democrática nas escolas na rede municipal através das eleições dos conselhos escolares e dos diretores das escolas. A indicação de Viana para educação, apesar da sua filiação ao PSB, fez parte da cota pessoal de indicação do governador. O PT disputava esta indicação, junto com as outras secretarias da área social.

(PCC), a implantação da gestão democrática com a eleição de diretores de escola e dos conselhos escolares da rede estadual e a reforma e construção de escolas.

A criação do Plano de Cargos e Carreiras do magistério foi um dos pontos polêmicos entre o governo e a categoria, temática incluída na pauta geral de valorização profissional. A proposta do sindicato apontava a importância da elaboração de um plano de cargos unificado (incluindo magistério e profissionais da educação), mas a secretaria de educação insistia na aprovação de um Plano que contemplasse apenas o segmento magistério, compreendendo que os demais profissionais deveriam permanecer no Plano dos funcionários estaduais e que esta discussão deveria ser tratada em momento posterior.

Na realidade, um dos fatores que influenciavam na decisão da secretaria de educação estava relacionada às implicações financeiras decorrentes da implementação financeira do enquadramento do conjunto dos servidores da educação, o que representava maiores custos para o Estado. Recorremos aos depoimentos seguintes para confirmar este condicionante, além de outra razão referente ao poder de pressão dos funcionários:

Foi o fator econômico. Foi mais a questão da viabilidade de aprovação e também da aplicação do plano financeiramente, claro [...]. Os administrativos não tinham a força que os professores tinham. Os professores historicamente eram muito mais fortes, mais organizados e claro que a força organizativa é um peso maior. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

Apesar de boa parte das redes municipais de educação já disporem de um PCC unificado dos profissionais, a rede estadual – que não teve o estímulo de matrículas de novos alunos por conta da lógica de operacionalização do Fundef – tinha dificuldades concretas em manter os custos com pagamento de pessoal, daí a grande dificuldade em garantir uma carreira para todos os educadores, situação agravada pela queda de arrecadação dos últimos anos, pela crise econômica do qual tentava se recuperar, dentre outros motivos. Nos momentos decisivos em que a unidade da categoria poderia fazer a diferença em benefício dos funcionários de

escola, houve uma divisão (ou falta de união) que acabou por contemplar apenas o magistério com a criação de um único PCC.

Existia entre alguns integrantes do governo a convicção de que o Estado não deveria patrocinar a criação de PCC's específicos de categorias profissionais (principalmente na Secretaria de Administração). Para eles, a existência de tais Planos criaria um tratamento desigual (não-isonômico) entre profissionais que exercessem as mesmas funções e cargos semelhantes. No entanto, era exatamente o argumento da especificidade do tipo de trabalho exercido pelos profissionais da educação a principal defesa para que estes Planos fossem criados. Ou seja, alegava-se o caráter educativo da função docente e não-docente, no que essa concepção implicava de perfil formativo na relação com as crianças, etc.

A argumentação contrária de segmentos do governo à promulgação de Planos de Carreira próprios para algumas categorias por outro lado, não era absoluta, vez que os mesmos críticos aceitavam e defendiam com naturalidade a existência de outras carreiras de Estado, como a dos fiscais de rendas, dos procuradores, de profissionais do Ministério Público, de delegados de polícia, dentre outros. Por que a educação não poderia ter assim uma carreira assegurada? E porque dentro da educação, contemplar apenas um segmento? Foram estas algumas das argumentações feitas pela direção do Sinteal para convencer o governo da correção e importância dos PCC's para os funcionários da educação como um todo. Os depoimentos prosseguem resgatando parte desses debates:

O embate foi duro nesse momento, primeiro pela mesma alegação de sempre de que todos os funcionários não eram funcionários da educação [...]. Fizemos o primeiro Plano dos professores pra fazer logo em seguida o dos funcionários que acabou demorando e se arrastando muito. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

O argumento era que a educação tem o quadro de magistério, mas tem um quadro de funcionários que são do quadro geral que podem estar a serviço de qualquer secretaria. [...] Primeiro não havia compreensão, depois não havia recursos pra garantir a funcionalidade do Plano. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Os depoimentos não deixam dúvidas sobre a importância do peso político organizativo exercido pelos professores em detrimento dos funcionários de escola na correlação de forças no processo de negociação frente ao governo. Esta desigualdade em termos de poder de pressão do segmento dos funcionários atuou como um dos elementos que pesaram contra a aprovação de um PCC unificado ao segmento magistério. Mas foi o argumento sobre a situação financeira do Estado, que ainda tentava vencer a crise econômica em que havia mergulhado nos últimos anos, a principal justificativa para a promulgação de um Plano de Cargos apenas para os professores, enquanto os funcionários de escola ainda teriam um longo trajeto para que fossem de fato reconhecidos como trabalhadores da educação, com vencimentos, carreira e condições de exercício da profissão de forma adequada.

Presente nos dois últimos depoimentos, está a alegação do governo que sustentava a tese de que os funcionários da escola não eram profissionais da educação, mas lotados na educação. Com isso, tantos estes trabalhadores poderiam continuar exercendo suas funções nas escolas e nas Coordenadorias Regionais de Ensino como também poderiam ser removidos para atuarem em qualquer outra secretaria ou autarquia estadual, pois para uma parte do governo, não desempenhavam nenhuma função própria, mas administrativas ou de apoio de modo geral. Naquele momento, portanto apenas o magistério conseguiu ser enquadrado em uma carreira própria.

O Plano de Cargo e Carreira do Magistério aprovado definia as regras funcionais para um total de 14.102 professores (ativos e aposentados) e normatizava em seu artigo 8º o escalonamento do cargo dos professores em 03 (três) Níveis, designados pelos algarismos romanos I, II, e III associando-os a critérios de habilitação e titulação. Criou ainda 09 (nove) classes funcionais, designadas pelas letras “a” à “i” condicionados a critérios de avaliação de desempenho.

Outro ponto bastante debatido pela categoria estava ligado à nova política salarial do governo, transformando todos os vencimentos dos servidores em subsídios, eliminando as demais vantagens adicionais dos salários, implicando em grandes perdas para o segmento

Art. 19. O sistema remuneratório do magistério é estabelecido mediante subsídios, fixados em parcelas únicas, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, as verbas de caráter indenizatório e o disposto no artigo 23 desta lei, devendo ser revisto sempre no dia 1º de maio de cada ano, mediante lei específica, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 20. Fica instituído o piso vencimental, na forma de subsídio, em parcela única, conforme Anexo III (ALAGOAS, 2000).

A lei também estabeleceu em seus anexos os percentuais de diferença de acordo com o nível de qualificação profissional. O percentual aplicado para os pós-graduados (progressão vertical) provocou críticas da categoria, assim como dos intervalos entre as classes (progressão horizontal), considerados aquém das expectativas

1. A diferença do Nível Especial I – Magistério para o Nível I – Licenciatura Plena é de 40% (quarenta por cento).
2. A diferença do Nível I – Licenciatura Plena para o Nível II – Especialização é de 10% (dez por cento).
3. A diferença do Nível II – Especialização para o Nível III – Mestrado ou Doutorado é de 10% (dez por cento).
4. O intervalo entre as classes é de 2,5% (dois e meio por cento). (ALAGOAS, 2000).

É importante destacar que as percepções sobre a política salarial do governo são positivas na maioria dos depoimentos, assim como em relação à realização dos concursos públicos, como demonstram as entrevistas a seguir:

[...] Apesar de ter sido um governo que não agradou como todos eles não agradaram a ninguém, mas pra mim O Ronaldo Lessa foi um governo bom com relação à educação, porque primeiro: só entrou no estado quem fizesse o concurso (...). Por mais complicado que ele fosse, por mais que ele batesse o martelo na mesa de conciliação, mas ele não era irredutível, ele sempre abria guarda e nunca deixou a gente funcionário de escola ganhando exclusivamente o salário mínimo. (Funcionária de escola. Entrevista nº 05)

Uma das bandeiras do então candidato Ronaldo Lessa foi que o apadrinhamento político e as contratações dos servidores que não obedecessem ao que definia a CF de 1988 iriam acabar a partir da sua eleição para o governo estadual. A realização dos concursos públicos também era uma bandeira histórica das esquerdas (BOBBIO, 2001), obedecendo à lógica da igualdade de oportunidades a que todos deveriam estar submetidos, com base exclusivamente na meritocracia individual e não no clientelismo e no fisiologismo político.

O governo estadual não realizava concursos públicos desde 1985, o que reforçou a imagem de Lessa como grande realizador de concursos, principalmente depois dos efeitos do PDV, que reduziu significativamente o quadro de servidores. Após tantos anos sem concursos públicos na rede estadual, associado à reduzida capacidade de absorção da mão-de-obra do setor privado, existiam milhares de pessoas, principalmente com formação em nível médio e graduação que esperavam uma oportunidade de ingressar no quadro de funcionários do Estado, a única forma de conquista de um emprego estável.

Bom, Ronaldo Lessa. A questão marcante dele, quer dizer que, me atingiu em cheio foi a questão da lisura dos concursos. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Outro elemento destacado por um dos entrevistados, a transparência na realização dos concursos é tido como o ponto forte do governo. Provavelmente estavam presentes na memória dos entrevistados casos variados desse tipo de prática paternalista registrados não só no Estado, mas pelo Brasil afora, que privilegiava poucos em detrimento da maioria através de concursos fraudulentos. Divaldo Suruagy foi lembrado algumas vezes por praticar a política do empreguismo em seus governos, assim como Collor quando governou a Capital. Lessa já tinha realizado alguns concursos públicos – também para a educação – quando foi prefeito de Maceió e não existiram acusações sobre a transparência desses certames. De certa forma, as comparações foram inevitáveis.

Assim, eu sou suspeito pra falar, eu entrei em 2002, no governo Ronaldo Lessa. A situação naquele momento, enquanto trabalhador era muito melhor. A situação nossa era muito melhor. Eu não lembro de uma greve. A gente só começou a ter greve já no final 2005, 2006, na época da isonomia, mas ali não havia nenhuma greve, o trabalhador sempre estava satisfeito. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

O concurso público é novamente lembrado como um dos maiores feitos do governador Ronaldo Lessa, só que desta vez, o entrevistado apresenta algum desconforto “*eu sou suspeito pra falar, eu entrei em 2002, no governo Ronaldo Lessa*”, como se a nomeação como servidor estadual por meio do concurso público fosse um favor ou algo que tornaria o entrevistado “*suspeito*” de expor opiniões favoráveis ao ex - governador. Também é perceptível a noção equivocada do grande mérito pessoal de Lessa em ter promovido os concursos, como se não fossem atos administrativos comuns na administração pública, previstos nas Constituições, tanto a Federal quanto a Estadual. Novamente, a imagem pessoal de Lessa acabou sendo beneficiada pela natural comparação dos anos em que os concursos inexistiam ou foram manipulados para favorecer pessoas ligadas ao poder político.

O Ronaldo Lessa foi assim uma pessoa que levava tudo no “banho Maria”. Ele já pegou o final do governo do Mano e já tinha aquela decisão de todo dia 10 pagar o salário de todo mundo e continuou pagando e dava também aquelas migalhinhas à gente de vez em quando. Ainda houve algumas greves, parece que a última foi que ele deu 6%, que realmente foi uma vergonha, a gente esperava mais. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 04)

A referência feita pelo entrevistado sobre as greves da educação durante a gestão Ronaldo Lessa e a política salarial praticada evidencia os momentos de tensão e conflito ocorridos entre os servidores estaduais e o governo, como também a lembrança de que os vencimentos dos meses trabalhados só eram pagos a partir do dia dez do mês subsequente. Na verdade, a partir do dia 10 os salários

começavam a ser pagos, mas não para todos os funcionários, uma vez que a secretaria da fazenda definia uma escala de datas de pagamento com base em 3 (três) faixas salariais, iniciando pelos menores salários e concluindo com os maiores, por volta do dia 20 do mês seguinte ao mês efetivamente trabalhado.

Assim, os depoimentos efetuados pelos sujeitos da pesquisa partem sempre de um pressuposto comparativo entre a administração Lessa e as gestões anteriores, compreendidas como caóticas. Sob esse ângulo, o governo beneficiou-se no tocante às avaliações gerais, ainda que a modesta política salarial tenha sido alvo de críticas.

Outro importante avanço em termos da democratização do espaço escolar lembrado pelos entrevistados foi a aprovação da lei nº 6. 152/2000, que instituiu a eleição direta para diretores e vice-diretores da rede estadual de educação, entendida como grande avanço na democratização da gestão e uma maneira de diminuir as influências político-partidárias na esfera educacional. Dizia o texto da lei que estava “instituída a gestão democrática na rede (...) como espaço de participação coletiva, através de eleições diretas para diretores (...) nas escolas de educação básica” (ALAGOAS, 2000, art. 1º).

A lei definia que a comunidade escolar era formada pelo magistério, funcionários administrativos, estudantes matriculados e com frequência regular e os pais de alunos. As eleições ocorreriam por meio de votação secreta, obedecendo ao peso de 25% para cada segmento escolar.⁴³ Mas a aplicação da lei não foi imediata. As primeiras eleições foram marcadas para ocorrer apenas 330 (trezentos e trinta) dias depois. Representantes do sindicato, associações de pais e da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA) ficaram encarregados de elaborar o regulamento sob a supervisão do Ministério Público Estadual.

A referência explícita à gestão democrática na educação pública foi um dos principais avanços da Constituição Federal de 1988, expressa em seu artigo 206, inciso VI, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96), artigo 3º, inciso VIII e representa ao mesmo tempo um grande desafio para a escola pública.

⁴³ Por meio da lei nº 6.628, de 21 de outubro de 2005 realizado, esta regra paritária foi extinta, prevalecendo como regra para contagem dos resultados da eleição a soma total dos votos válidos para escolha dos diretores, sem especificação de peso eleitoral distinto por segmento. Segundo a lei, as eleições passariam a ocorrer através de “voto universal, em escrutínio direto e secreto (ALAGOAS, 2007).

No entanto, no cotidiano escolar, a eleição dos dirigentes escolares não tem sido suficiente para modificar as relações paternalistas e autoritárias existentes, herança do coronelismo elitista, gerando grandes frustrações entre os educadores (ALMEIDA, 2011, CURY, 2009; BRITO 2011; LIMA, 2011). É interessante observar que a Constituição do Estado de Alagoas de 1989 não menciona claramente a gestão democrática como mecanismo constante de sua organização enquanto rede, mas tão somente assegura em seu artigo 200, inciso II: “participação da comunidade escolar no planejamento das atividades administrativas e pedagógicas, acompanhadas por assistentes sociais, psicólogos e profissionais do ensino” (ALAGOAS, 2005).

Apesar do maior envolvimento dos segmentos escolares na eleição direta para diretor, na participação dos conselhos escolares, no cotidiano das instituições de ensino, as relações internas não foram essencialmente modificadas, havendo sinais claros da continuação das formas autoritárias de gestão da administração escolar, do pouco diálogo interno e da utilização do processo dito democrático para legitimação e perpetuação dos modos anteriores de condução personalista da parte das direções das escolas (GOMES, 2011). Com base neste quadro, muitas direções escolares têm funcionando simplesmente como representantes da secretaria de educação ao impedir movimentos de reivindicação.

A eleição de alguém para exercer a função diretiva não significa a delegação plena de poderes ou a adoção de uma postura centralizadora, desestruturando a construção do processo democrático, pois a representação eleitoral não garante em si uma vivência democrática. Nesse sentido, em concordância com Cury “a gestão democrática do ensino não anula, mas convive com certas especificidades hierárquicas da escola” (CURY, 2005, p.205). O envolvimento coletivo e a interação são fundamentais, sob pena de ter havido apenas a simples substituição no poder e a legitimação da sua permanência. Outros fatores são essenciais para a instauração efetiva da democracia no espaço escolar, sendo necessária a existência de ações que estimulem a participação, embora não seja uma tarefa fácil em virtude dessa herança de autoritarismo (GOMES, 2011). Reforçando tal perspectiva,

Para que uma instituição educativa tenha uma gestão democrática concretizada é importante em primeiro que todos tenham participação direta e ativa nos processos de decisões da escola, para tanto os mesmos precisam estar bem informados sobre o que acontece tanto no interior da instituição quanto as suas relações externas. Só então será possível ter

uma participação crítica na criação e na efetivação das políticas e dos programas desenvolvidos na escola, o que exige um comprometimento de todos para que ela se torne eficiente e eficaz, pois terá que modificar toda sua estrutura organizacional e curricular para alcançar tal objetivo (NASCIMENTO, SOUZA e PRADO, 2011, p. 95).

Comentando acerca das dificuldades sobre a atuação nos conselhos escolares, os entrevistados acrescentam outros elementos:

A questão democrática também foi um avanço importante pra educação. Porque essa questão da gente ter as condições de eleger um diretor [...]. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Parte da comunidade escolar, de forma equivocada, entende que o processo de gestão democrática se realiza em sua plenitude no simples ato de eleger o diretor da escola. Embora seja um passo importante, esse ato eleitoral precisa ser considerado um dos mecanismos de democratização da gestão escolar, que aliado a eleição para os conselhos, transparência no diálogo com a comunidade, redefinição das relações pessoais, garantia do direito ao contraditório, dentre outras ações que contribuam para a mudança de cultura no tocante ao modo de gerir a escola precisariam ser levados em conta para que a democratização de fato aconteça. Este é um processo gradual, sujeito a aperfeiçoamentos, mas importante para o amadurecimento coletivo.

O momento mais forte pra educação como um todo foi o momento da conquista do processo da gestão democrática, da implantação do processo da gestão democrática. Pra mim esse foi o ponto assim, o momento marcante. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Uma das sugestões apresentadas pela direção sindical para minimizar este problema nas escolas consiste na eleição de *delegados de base*⁴⁴ que possam representar um elo direto com a entidade sindical, não só no sentido de possibilitar maior facilidade de comunicação junto à base escolar e à estrutura sindical como também objetivando a criação de lideranças no local de trabalho que tenham condições mais imediatas de fazer o contraponto cotidiano e nos momentos de tensão. Ideia inspirada nos conselhos de fábrica bolchevique ou comissões por local de trabalho⁴⁵ que teriam a função de representação local da entidade sindical. Todavia, esta alternativa tem sido de difícil execução e só lembrada como necessária nas horas de embate político com os governos.

No mais, os embates entre os trabalhadores e o governo entre os anos de 1999 a 2006 foram frequentes, principalmente por conta da política de reposição salarial adotada durante praticamente todo o mandato de Lessa, considerada insatisfatória pela maioria dos entrevistados.⁴⁶ Os meios de ação sindical, que inicialmente primaram pelo diálogo, logo mudaram para a estratégia do enfrentamento, forma típica encontrada pelo movimento sindical quando os canais de negociação falharam. As declarações infelizes do governador também acirravam o clima, como um discurso feito após o recebimento de um relatório sobre as ações governamentais na área em 2005, em que Lessa afirmou que “a educação pública em Alagoas estava uma porcaria.” Explorando a repercussão negativa do fato, e associando-o à proposta de reajuste para aquele ano (de 6%), o Sinteal confeccionou milhares de adesivos com o slogan: *governador, porcaria é 6%*. Os trechos das entrevistas relembram aquela ocasião:

Foi numa reposição salarial. O governo alegava que não tinha recurso para ir além dos 6% e aí o governo, em um momento muito infeliz, dá uma resposta que atingiu em cheio a categoria, que já vinha maltratada ao longo do tempo com o

⁴⁴ A eleição de representantes por local de trabalho está definida no estatuto do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas.

⁴⁵ As comissões de fábricas foram os meios organizacionais na Rússia que foram bastante eficazes na revolução de 1917. As mais famosas foram as comissões de fábrica da cidade de Petrogrado, lideradas por Trotsky, um dos principais teóricos e revolucionários russos daquele momento histórico.

⁴⁶ O governo Lessa informou que de 1999 a 2005, os servidores públicos tiveram os seguintes percentuais de reajustes: magistério: 60,73%; polícia militar: 43,76%; polícia civil: 62,38% e saúde nível médio 67,86% enquanto o nível superior obteve 68,41%. Fonte: *Alagoas no rumo certo*. Janeiro de 2006.

desmantelamento da educação. Então o governo disse que a educação estava mesmo uma porcaria, então 6% era aquilo mesmo: uma porcaria. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Então o sindicato fez uma grande mobilização e criou o slogan de que porcaria era os 6%. Nós fizemos desfile, passeatas no centro simbolizando um porquinho, um cofre em forma de porco com um adesivo de que 6% é uma porcaria. (...). Se ele queria fazer uma avaliação do trabalho do governo na Educação, ele não fez. A forma como ele fez não atingiu só aos membros do governo que não impulsionaram a educação no ritmo que ele esperava, mas atingiu os trabalhadores. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Refletindo estes embates, a “judicialização das questões trabalhistas” em Alagoas é intensificada durante a administração Ronaldo Lessa, notadamente envolvendo a categoria dos policiais civis e a educação. Os conflitos relacionados ao capital e trabalho, que deveriam ser resolvidos mediante a correlação de forças ente entidades classistas e poder executivo passaram a ser arbitrados pelo poder judiciário. O governo chegou a consultar o Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da demissão de servidores em estágio probatório que aderissem às paralisações definidas por suas categorias⁴⁷. Ironicamente, eram servidores que

⁴⁷ ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposto pelo governo de Alagoas. O governo baseou-se no parágrafo único do art. 1º do decreto estadual n.º 1.807, publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 26 de março de 2004. Na Adin, o governo solicitava a imediata exoneração dos servidores públicos que estivessem em estágio probatório, caso fosse confirmada sua participação em paralisação dos serviços a título de greve. A Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis alegou que a medida era uma ofensa do direito de greve dos servidores públicos (art. 37, VII) e das garantias do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV), resultando em ato de Inconstitucionalidade. O relator Ministro Carlos Veloso considerou que o Supremo Tribunal Federal, nos termos dos Mandados de Injunção n.ºs 670/ES, 708/DF e 712/PA, já tinha manifestado o entendimento no sentido da eficácia imediata do direito constitucional de greve dos servidores públicos, a ser exercido por meio da aplicação da Lei n.º 7.783/89, até que sobreviesse lei específica para regulamentar a questão. Para o relator, o decreto estadual violava a Constituição Federal, por (a) considerar o exercício não abusivo do direito constitucional de greve como fato desabonador da conduta do servidor público e por (b) criar distinção de tratamento a servidores públicos estáveis e não estáveis em razão do exercício do direito de greve. Entretanto, a Ação foi julgada procedente pelo pleno do STF em 04/02/2010. A decisão foi publicada em Diário Oficial da União em 12/03/2010 (STF, 2010).

tenham sido aprovados e nomeados em concursos públicos pelo próprio governador, o que demonstrava a pouca tolerância às pressões das categorias organizadas. Fazendo um balanço da gestão Lessa e das relações com o movimento sindical, um dos entrevistados avalia que:

Em comparação com o atual governo Teotonio Vilela, o governo Ronaldo Lessa foi um pouco mais flexível nas negociações com os trabalhadores. Nós sempre conseguimos sentar à mesa, discutir e avançar com alguns pontos e que o governo cumpriu. Em particular na Educação, nós tivemos um espaço de discussão um pouco mais flexível, conseguindo avançar e obter alguns compromissos. Claro que, como governante eleito por uma coalizão de esquerda, o Lessa poderia ter feito muito mais. (Professor. Entrevista nº 02)

Outro colaborador da pesquisa debate a mesma questão:

A gente teve várias lutas junto com o próprio Ronaldo Lessa. Uma delas foi o momento que ele se fechou não é? Naquele momento para receber o próprio sindicato, na justiça do trabalho, nas várias áreas, inclusive a sindipol, por exemplo, ficou praticamente inviável o contato entre o sindicato da polícia civil junto com o Ronaldo Lessa. O próprio Sinteal, também teve o momento praticamente de exclusão da discussão também junto a essas lutas que estavam sendo travadas na educação, valorizações do salário, entre outras coisas. (Professor. Entrevista nº 01)

A judicialização das questões trabalhistas tornou-se bastante comum durante os últimos anos no Brasil, conforme aponta Pereira (2011). Mas isto não é acidental. Os efeitos jurídicos tutelares que atingem o movimento sindical refletem-se como consequência direta da estrutura sindical herdada do período Vargas, arcabouço administrativo-jurídico oportunamente aproveitado pelos gestores públicos para coibir o movimento (BOITO JR, 2005). O deslocamento das questões trabalhistas para a esfera judiciária desequilibra em favor das classes dominantes a correlação de forças do conflito entre capital e trabalho

As decisões obtidas pela via do judiciário possuem um caráter totalmente diverso daqueles resultantes do embate político. Além do cumprimento obrigatório (o que legitima o uso do aparelho repressivo do Estado imediatamente), elas são marcadas pelo hermetismo. Isso significa que questões políticas cotidianas adquirem uma tradução jurisdicional distante da compreensão do trabalhador e da trabalhadora comuns. A consequência é que, institucionalizada pela via do judiciário, a arena política foi reapropriada pela esfera do Estado. As discussões antes realizadas em assembleias de trabalhadores passaram a ser pautadas pelos rituais do direito burguês. As vozes saudavelmente dissonantes da assembleia passam a ser reunidas no monólogo do advogado na tribuna (PEREIRA, 2011, p. 93).

Outro aspecto verificado é o fato de que as principais categorias mobilizadas no enfrentamento ao governo estadual possuem lideranças sindicais filiadas ao Partido dos trabalhadores (PT), um dos partidos que participou da coligação eleitoral da candidatura lessista, mas que naquele momento já se encontrava rompido politicamente com o governo, fazendo-lhe oposição sistemática⁴⁸.

3.2 Valorização salarial: um sonho possível?

Em meados de 2006, quando o governador mostrava-se disposto a renunciar ao cargo para concorrer às eleições para o Senado Federal (conforme previa a legislação eleitoral para os ocupantes de cargos no executivo que fossem concorrer a funções no legislativo ou em cargos executivos em esferas de governo diferentes) uma questão provocou grande choque entre o executivo e o segmento do magistério estadual.

Por solicitação da secretaria estadual de saúde, o poder executivo aceitou encaminhar para a Assembleia legislativa projeto de lei que previa a incorporação das vantagens derivadas de gratificações aos vencimentos base (subsídios) dos profissionais da área que detinham diplomas de graduação. Na prática, esta medida

⁴⁸ As relações entre Lessa e o Partido dos Trabalhadores sempre foram delicadas. O PT participou da coligação que elegeu Lessa nas eleições para a prefeitura de Maceió em 1992, indicando representantes nos cargos de vice-prefeito (Heloísa Helena), secretaria de educação (Maria José Viana) e para a superintendência de transportes e trânsito (Judson Cabral de Santana). Como não houve acordo para as eleições municipais de 1996, o PT renunciou aos cargos da prefeitura e apresentou a candidatura de Heloisa Helena à sucessão de Ronaldo Lessa. Este indica o nome da ex-secretária de saúde Kátia Born Ribeiro pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), vencedora da disputa. Uma nova coligação foi formada pelo PSB e o PT em 1999, tendo Ronaldo Lessa como candidato ao executivo estadual e Helena como candidata ao Senado Federal. Mas com pouco mais de um ano de mandato, ocorreu novo rompimento partidário e nova aproximação só ocorreria nas eleições estaduais do ano de 2010.

não significou aumento de custos para o Tesouro porque os valores já vinham sendo efetivamente pagos a estes funcionários nominalmente.

A grande polêmica aconteceu em virtude da padronização salarial, através de lei específica emanada do poder executivo, para todos os demais servidores de carreira do quadro civil do Estado com nível superior. Era a isonomia salarial. Todos os servidores passaram a perceber vencimentos mensais de R\$ 2.030,00 para uma carga horária de 40 horas semanais. Todos, exceto o magistério. Na época, era pago ao segmento o valor de R\$ 1.100,00 pelas mesmas 40 horas semanais de trabalho. Como o segmento representava a maior categoria com curso superior, o governo alegou que não dispunha de receitas suficientes para estender o benefício a estes profissionais. Para os professores mais antigos na rede, a controvérsia assemelhou-se aos debates pela extensão ao magistério da lei do NS-400, mais de vinte anos antes.⁴⁹

Contraditoriamente aos argumentos apresentados pelo governo, outras propostas estavam em tramitação na Assembleia Legislativa propondo a revisão dos benefícios dos soldados da polícia militar, dos agentes da polícia civil, do corpo de bombeiros e de outros órgãos da administração direta e indireta do Estado. Também estava em pauta para votação o aumento do teto dos vencimentos do próprio governador e dos secretários de estado, o que de acordo com a Constituição Estadual elevaria os vencimentos dos delegados de polícia e dos fiscais de renda, que passariam de R\$ 8.910,00 para R\$ 11.500.⁵⁰

Um dos argumentos legais apresentados para a não-concessão da isonomia ao magistério era a alegação de que estes profissionais não faziam parte do quadro de servidores do poder civil, uma vez que estavam enquadrados em plano de carreira específico. A contradição fundamental verificada nesta argumentação estava expressa no fato do próprio poder executivo ter enviado a proposta de isonomia para as outras carreiras do Estado que não estavam enquadrados no quadro de carreira civil, a exemplo do poder judiciário e das polícias.

Com a isonomia salarial, um dos cargos criados no concurso público da educação realizado aquele ano, o de secretário escolar (um cargo cuja condição para assumir era a formação em curso superior) provocou uma situação embaraçosa

⁴⁹ Ver <http://www.gazetaweb.com.br>. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

⁵⁰ Disponível em <http://www.alagoas24horas.com.br> em 03 de abril de 2006. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

nas escolas estaduais, uma vez que a atividade meio pela primeira vez passava a ter salários superiores aos profissionais da atividade fim. Muitos diretores de escolas (que mesmo com formação em nível superior, mais o recebimento das gratificações pagas pelo exercício da função e em final de carreira incorporando as progressões por tempo de serviço definidas em lei, estavam percebendo vencimentos abaixo do secretário) mostravam-se indignados com o fato e muitos passaram mesmo a hostilizar abertamente os secretários lotados em algumas escolas, de acordo com o depoimento de um dos entrevistados:

Até a harmonia interna dentro da escola era quebrada na medida em que o secretário de escola estava recebendo mais do que o próprio diretor de escola com a gratificação de direção. Então isso quebrava a harmonia. Era o professor que estava lá em sua sala de aula, que estava dando as suas aulas, extremamente insatisfeito por conta da desvalorização. Quer dizer, não era só a relação com os outros servidores, mas era a relação dentro da própria educação. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

No argumento apresentado, é perceptível a defesa da hierarquia no interior do espaço escolar, simbolizada não com base nas atribuições inerentes aos cargos dos quais os profissionais da educação eram titulares, mas na diferenciação das remunerações. O que estava em discussão não era o rebaixamento salarial apenas, mas a inferioridade de vencimentos em relação aos secretários escolares, considerados trabalhadores da atividade meio. Como em vários trechos das entrevistas, o simbolismo do magistério implicava maior reconhecimento profissional não só em relação à sociedade, mas também para manutenção da hierarquia no interior da escola.

Os trabalhadores iniciaram uma série de mobilizações para pressionar o governo a incluir o segmento na lei da isonomia salarial, culminado com a deflagração da greve e de acampamentos em frente ao Palácio do governo. Era a “greve da isonomia.” Quando o governador renunciou ao cargo para concorrer às eleições para o senado federal, reafirmou a impossibilidade de atender as expectativas do magistério. Segundo Lessa, o Estado “quebraria” caso ampliasse a

isonomia para a categoria e que este tema poderia ser analisado mais à frente após um cuidadoso planejamento financeiro. Disse ainda que o reajuste concedido aos trabalhadores da educação era suficiente para repor as perdas acumuladas no último ano.

O governo estava diante de uma das maiores e mais coesas paralisações da história do movimento sindical educacional, que adotou a tática da pressão direta. A escolha da forma de ação do movimento precisava ser rápida, embora adequadamente ponderada, pois

A tática deve se adaptar a diversas situações. Cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação. Mas a tática não deve apenas considerar as diferentes formas como se dá o enfrentamento social, mas também deve estar atenta à correlação de forças existentes em cada situação concreta, como deve ser capaz de caracterizar corretamente a situação concreta em se vive [...]. (HARNECKER, 2003, p. 134)

Prestes a assumir o governo estadual, o também engenheiro civil Luis Abílio de Sousa deparou-se com a pressão exercida pelos trabalhadores da educação para que este aplicasse a lei da isonomia salarial também aos professores com curso superior e proporcionalmente, aos professores de nível médio. Os profissionais da educação (vigias, merendeiras, auxiliar de serviços gerais) também exigiam a promulgação do Plano de Cargos.

Os integrantes da equipe econômica procuravam demonstrar a impossibilidade das reivindicações, especialmente no caso do magistério, pois a medida, se adotada, também seria estendida aos trabalhadores aposentados, obedecendo ao princípio constitucional da paridade dos vencimentos entre ativos e aposentados. Nas audiências realizadas com o Sinteal, os técnicos da área financeira argumentavam, entretanto, que a isonomia estava garantida na peça orçamentária do Estado, podendo ser aplicada no ano seguinte.

Do ponto de vista dos trabalhadores era inaceitável que o governo, criando o princípio da isonomia para as outras categorias, se negasse a conceder o mesmo direito ao magistério. Além do mais, como era ano eleitoral, restava dúvidas se o próximo governo cumpriria o orçamento que previa a aplicação do reajuste em 2007. A mobilização chegou a um nível tão extremo que nenhum argumento convenceu a categoria a recuar diante da *injustiça* cometida. O próprio governo teve dificuldade

em justificar a exclusão dos professores da lei da isonomia perante a opinião pública, pois o impasse foi criado por ele próprio.

Durante todas as semanas de acampamento em frente à sede do governo, a categoria revezou-se dia e noite, realizando assembleias, aulas públicas, passeatas e apresentações culturais enquanto as lideranças sindicais se alternaram entre as negociações com as autoridades do governo e as orientações do movimento. O próprio governador em audiência com representantes do sindicato mostrou-se contrariado com as vaias recebidas pela categoria em sua solenidade de posse, afirmando que nem a sua filha escapara dos apupos.⁵¹

Durante a gestão Sousa, o Sinteal associou a estratégia da confrontação aberta com as negociações ininterruptas com representantes do governo. Negociações por vezes tensas, mas nunca suspensas. A solução para a questão da isonomia (ANEXO X), negociada com o sindicato e referendada pela base por meio de assembleias concorridas, modificou os percentuais de progressão por titulação para a pós-graduação, reduzindo todos os percentuais a cinco por cento dos vencimentos; aumentou o espaço de progressão por tempo de serviço (progressão horizontal) de três para cinco anos e redefinia as etapas para a progressão por tempo de serviço

Art. 1º Os arts. 8º e 14, *caput*, da Lei nº 6.197, de 26 de setembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Cargo de Professor é escalonado em 03 (três) Níveis, designados pelos numerais romanos I, II e III e excepcionalmente, no Nível Especial, aos quais estão associados critérios de habilitação e titulação, por 04 (quatro) Classes, designadas pelas letras A, B, C e D, associadas a critérios de avaliação de desempenho e a participação em programas de desenvolvimento para a carreira, conforme o estabelecido no Anexo Único desta Lei.” (ALAGOAS, 2006).

Como esta lei naturalmente revogou a lei anterior, milhares de servidores que seriam enquadrados na letra seguinte naquele ano de 2006 tiveram que esperar

⁵¹ Sousa mantinha uma relação amistosa com as lideranças sindicais, pois durante todo o segundo mandato de Lessa ele fora designado o interlocutor principal nas negociações salariais com os servidores públicos. Lessa não recebia os sindicatos para qualquer negociação desde o fim do primeiro mandato, causada por uma discussão acalorada com as lideranças dos principais sindicatos dos servidores. Naquela oportunidade, depois do anúncio de um percentual muito abaixo do esperado, a reunião encerrou-se aos gritos entre o governador e um representante do segmento unificado da saúde, que afirmou que o governo estava sentando para negociar às vésperas de uma eleição municipal. Segundo um dos depoimentos “o governador levantou-se e disse que não atendia mais ninguém e tinha encerrado a negociação (...). Ele gritou se exaltou.” Fonte: Entrevista nº 12

mais cinco anos, a partir da data da nova lei, para que o avanço na carreira realmente acontecesse, o que prejudicou principalmente os professores em início e em final de carreira. Os últimos estavam prestes a se aposentar.

No tocante à questão principal do reajuste dos salários, o acordo estabeleceu uma escala para o pagamento integralizado da isonomia salarial, aplicando 20% do total da isonomia em outubro e 80% do valor remanescente em dezembro de 2006, totalizando os 100% deste pagamento naquele ano (ANEXO XI). A meta do governo seria encerrar o mandato com a isonomia salarial garantida para o magistério.⁵² Para os professores com formação em nível médio, foi definido um reajuste de 10%. As discussões sobre pagamentos retroativos ou as perdas eventuais com as reduções dos percentuais das progressões verticais foram deixadas para um segundo momento. O mais importante seria a garantia legal do princípio isonômico. A categoria celebrou com muita comemoração o *sucesso das negociações e a reparação da injustiça* cometida. A avaliação sobre os avanços desse período no tocante à questão salarial e à promulgação do PCC dos funcionários de escola foi positiva. A visão sobre a atuação do governador também foi bastante favorável, levando em conta o curto mandato:

Eu acho que Luis Abílio foi coerente em manter o que havia sido acordado com o Lessa, nesse aspecto. Afinal, ele tinha pouco tempo, só quatro meses, então, ele achou que numa possível disputa eleitoral, bater de frente com os servidores públicos, em especial da Educação, não seria o mais sensato. Então eu creio que não houve grandes celeumas nem grandes problemáticas no governo Abílio.
(Professor. Entrevista nº 01)

Apesar de reconhecer os méritos do governador, o entrevistado, no entanto, faz duas afirmações questionáveis. A primeira (de que Souza cumpriu o que tinha sido acordado com Lessa), não correspondeu com alguns fatos analisados nesta

⁵² A Lei nº 6.726, de 4 de abril de 2006 trata da modificação da carreira do magistério. Já o parcelamento da isonomia está disposto na Lei nº 6.727, aprovada na mesma data. Estas datas não são coincidência. Era a data limite para concessão de reajustes permitida pela legislação eleitoral naquele ano. Os vencimentos dos professores com graduação saíram de um patamar inicial de R\$ 1.100,00 para R\$ 2.030,00 para uma jornada de 40 horas semanais. Para os professores em final de carreira, estes vencimentos passariam aos valores de R\$ 3.005,00 (ALAGOAS, 2006).

dissertação. É possível levantar algumas questões com base nesse depoimento, ainda que de natureza especulativa. Caso a afirmação tenha se referido ao pagamento da isonomia salarial ou a promulgação do PCC dos funcionários, estas questões só foram efetivamente encaminhadas por Souza, considerando que Lessa foi publicamente contrário a estes temas até o último momento de governo.

No quesito isonomia, Ronaldo Lessa argumentava que, embora reconhecesse um ato de justiça para o magistério a reivindicação feita pelo do sindicato, não poderia ser concedida pelo Estado naquele momento, afirmando que não existiam recursos suficientes para honrar os reajustes. Com relação ao PCC, embora tivesse tido bastante tempo para promulgação da lei, Lessa deixou o mandato sem fazê-lo. Como o entrevistado não declarou quais os acordos celebrados entre os ex-governadores, não é possível uma discussão mais detalhada sobre a relação de continuidade administrativa mencionada na entrevista, muito menos se os acordos tratavam mesmo de questões ligadas ao funcionalismo público da educação, como sugerido pelo pesquisador.

Nesse sentido, os depoimentos seguintes têm maior correspondência com os fatos constatados ao longo das investigações no que diz respeito aos avanços na carreira dos funcionários, quando creditam ao governo Souza os ganhos obtidos pela categoria:

Ele (Luís Abílio) ficou entre meio termo, porque ele pegou o bonde andando, também ele aprovou o nosso plano, foi na época também que foi aprovado nosso plano de cargos e carreira. (Funcionária de escola. Entrevista nº 05)

Luís Abílio foi aquele que aprovou de última hora o nosso Prófuncionário, o PCC. Não tem muita coisa pra falar do Abílio não. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Também não posso falar mal dele, porque foi ele quem aprovou nosso plano de carreira e foi muito pouco o tempo dele também. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

Já o depoimento seguinte, aponta diretamente a conquista da isonomia salarial para os professores:

Eu lembro a última audiência quando ele (o governador) disse: 'É assim e só dessa forma'. Ele também estava no limite dele, porque não é fácil você vê uma injustiça na sua frente. Você vê [...] que as pessoas estão cobertas de razão não tomar uma decisão. O último momento dele foi de um homem extremamente sério [...]. Foi um momento que ele deu aquela proposta que começava em outubro e acabava em dezembro. [...] Até hoje eu fico querendo entender, fazer uma leitura concreta daquilo ali, do semblante dele. No sentido de: 'vou fazer e vou arcar com toda responsabilidade'. É como se ele dissesse assim: 'Eu joguei agora a toalha. Seja o que for que venha, mas eu vou cumprir'. Então pra mim, foi um ato de coragem e justiça que ele fez para o magistério alagoano. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

A impressão de que o governador cometeu um ato de “coragem” quando promulgou a lei da isonomia para o magistério também é reconhecida por outro entrevistado:

Hoje a impressão que eu tenho é ele teve coragem porque estava assumindo o final do governo. Ele teve de certa forma o respeito no tratamento com o sindicato e o respeito em reconhecer a necessidade do tratamento igualitário com os trabalhadores. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Como governador interino que assumiu o governo para cumprir o restante do mandato de Lessa, Souza conseguiu deixar uma imagem positiva, segundo todos os depoimentos. E, conforme o último depoimento, a responsabilidade administrativa que o governador defendeu durante as audiências, aparentou ser a razão principal das recusas da ampliação da isonomia salarial para o magistério e da criação do PCC dos funcionários de escola. Em termos imediatos, o custo financeiro das

decisões só foi sentido no ano seguinte com a posse do novo governo. Infelizmente, mesmo com algumas dúvidas sobre como a questão financeira seria equacionada a partir daí, os fatos seguintes surpreenderam a todos.

3.3 – O decreto e a resistência: a força do neoliberalismo

As eleições do ano de 2006 trouxeram muitas surpresas. O vencedor das eleições foi o economista e senador Teotônio Vilela Filho, apoiado pelo ex-governador Ronaldo Lessa e pelo então governador Luis Abílio. A eleição foi polarizada entre Vilela e o ex-deputado João Lyra⁵³ - um dos mais importantes usineiros alagoanos - apontado pelas pesquisas de opinião pública como o grande favorito durante toda a campanha eleitoral. Outras candidaturas também movimentaram a campanha.⁵⁴ Para o senado, a principal disputa deu-se entre Lessa e o ex-presidente Collor, que decidiu candidatar-se apenas um mês antes das eleições. Vilela consagrou-se vencedor em primeiro turno.⁵⁵

Durante a fase de formação da equipe de governo, algumas divergências entre o governo Abílio e os assessores de Vilela vieram a público, especificamente relacionada à matéria financeira, assim como algumas queixas referentes ao espaço que o Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido o qual Lessa e Abílio eram filiados, deveriam ocupar no novo governo eleito que haviam apoiado durante o pleito.

⁵³ A primeira disputa eleitoral entre Vilela e Lyra aconteceu em 1986 para o Senado Federal. Naquela oportunidade, Vilela foi eleito (CARVALHO, 1993).

⁵⁴ A ex-presidente do Sinteal Lenilda Lima disputou as eleições como candidata ao governo pela legenda do Partido dos Trabalhadores, recebendo cerca de cento e oito mil votos, ficando em terceira colocação na disputa (TRE).

⁵⁵ Collor e Lessa se enfrentaram eleitoralmente várias vezes. Em 1986 nas eleições para governador, Collor é eleito para o cargo enquanto Lessa tem um desempenho medíocre. Em 2002, nova disputa para governo. Desta vez, Lessa, candidato à reeleição, ganha em primeiro turno, em uma campanha acirrada em que Lessa chama o adversário de *satanás* (distribuindo faixas e adesivos pelo Estado em que se lia: 'O *Satanás* voltou') e trava uma longa polêmica com a Gazeta de Alagoas, empresa de comunicação pertencente à família Collor. Já em 2006, na disputa por uma cadeira no Senado Federal, Collor é eleito com folga, lançando-se candidato cerca de um mês antes da eleição. Eles voltaram a se enfrentar em nova eleição para o governo do Estado em 2010, mas ambos perderam para Vilela. Entretanto, a vitória de Vilela aconteceu apenas no segundo turno eleitoral e durante as negociações dos apoios políticos para esta segunda fase, aconteceu um lance inusitado: o apoio do senador Fernando Collor ao ex-governador Ronaldo Lessa, que concorreu contra Vilela. Foi a primeira vez que os dois políticos (Collor e Lessa) estiveram do mesmo lado.

A visita do ex-presidente Fernando Henrique e da ex-primeira dama Ruth Cardoso em fins de 2006 provocou uma série de especulações nos meios políticos sobre a opção administrativa e ideológica que o governador assumiria. O casal chegou a Alagoas para participar de reuniões de trabalho junto à equipe de Vilela, ajudando na formulação das diretrizes gerais do novo governo.⁵⁶ A impressão geral, comentada nos veículos de comunicação, era de que alguma medida administrativa de grande impacto seria tomada assim que Teotônio Vilela assumisse o cargo para reorganizar a máquina pública.

Quando então Teotônio Vilela tomou posse em janeiro, sua principal medida foi a publicação do decreto nº 3.555, de 12 de janeiro de 2007, revogando os aumentos salariais concedidos pelo governo anterior a todos os servidores estaduais e definindo que os salários voltariam aos valores nominais vigentes em abril de 2006. O decreto, anunciado em uma sexta-feira anterior ao pagamento dos servidores, causou confusão e perplexidade entre os trabalhadores do setor público. Na cerimônia de apresentação do decreto, o governador alegou que o Estado precisava cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, se queixou em ter assumido uma máquina pública insolvente.⁵⁷ E por fim, reclamou ter recebido uma *herança maldita* do governo anterior.⁵⁸ A seguir uma tabela síntese:

⁵⁶ O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a Alagoas em 26 de dezembro de 2006 junto com a família para passar as férias e participar de conversações políticas com a equipe de Teotônio Vilela. Em nota divulgada pela assessoria de comunicação do PSDB, Cardoso participaria da Missa de Ação de Graças e da posse de Vilela. Fernando Henrique enxergava na futura administração um modelo a ser referendado pelo partido (<http://www.gazetaweb.com.br> em 27 de dezembro de 2006 e acessado em 22 de janeiro de 2007).

⁵⁷ Opinião bem diferente manifestada pelo governador Vilela meses antes (VILELA FILHO, 2006: p.11 e 12).

⁵⁸ Segundo os dados apresentados pelo governador, o Estado arrecadava em 2007 uma média de R\$ 270 milhões mensais, descontados R\$ 104 milhões dos repasses obrigatórios, restando R\$ 166 milhões. Desse total, R\$ 9 milhões são recursos vinculados. Com isso, restariam R\$ 157 milhões. Desse montante, R\$ 26,5 milhões são gastos com a saúde e R\$ 22,5 milhões com a educação. Dos R\$ 108 milhões restantes, R\$ 32,5 milhões são repassados para a Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas. Sobrariam apenas R\$ 75,5 milhões para pagar uma folha de R\$ 75,5 milhões, excluindo servidores da saúde e da educação. Segundo o governador, “não sobraria um único centavo para o funcionamento do governo, com custeio administrativo, combustíveis, energia, água, e todas as ações da área da segurança pública”. O Estado deveria ainda mais de R\$ 400 milhões, incluindo a folha de dezembro (Disponível em <http://www.g1.globo.com.br> acessado em 22 de janeiro de 2012).

TABELA 3

ARRECADAÇÃO E DESPESAS DO ESTADO EM 2007

Média mensal de R\$ 270 milhões	
Repasse obrigatórios	R\$ 104 milhões
Recursos vinculados	R\$ 9 milhões
Saúde	R\$ 26,5 milhões
Educação	R\$ 22,5 milhões
Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas	R\$ 32,5 milhões
Folha de pagamento	R\$ 75,5 milhões
Total	R\$ 270 milhões
Funcionamento do governo	R\$ 0,0 milhões
Débito do estado em janeiro de 2007	R\$ 400 milhões + A Folha de Dezembro/2006

Sec. da Fazenda (2007)

O governador afirmou também que a correção salarial faria com que Estado ultrapasse o limite financeiro de 46,5% da receita corrente líquida com folha de pagamento imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em janeiro de 2007, a secretaria de administração informou que o Estado tinha o total de 51 mil servidores na ativa e 17 mil aposentados e pensionistas. Na área social, também foram suspensos os recursos para os programas de transferência de renda para famílias carentes, como o Projeto Bolsa Cidadã que repassava R\$ 75,50 para famílias de baixa renda com a contrapartida de manterem os filhos matriculados nas escolas públicas. Nove mil famílias recebiam esse benefício.⁵⁹

Por conta das declarações do governador Teotonio Vilela e insatisfeito com os espaços político-partidários no interior do governo, o ex-governador Ronaldo Lessa, por meio de nota divulgada à imprensa, rompeu politicamente com Vilela, dizendo que os reajustes salariais podiam ser cumpridos sem comprometer as receitas estaduais.⁶⁰ Mas o decreto não se referia apenas aos reajustes salariais

⁵⁹ Outra medida importante levada a efeito pelo governador foi o veto ao projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa que garantia o retorno de 6 mil servidores estaduais que tinham aderido ao programa de Desligamento Voluntário (PDV), considerando que o Estado não poderia arcar com novas contratações ou despesas. Informação disponível em <http://www.bancariosrondopolis.com.br/noticias.com.br>. Acessado em 22 de janeiro de 2012.

⁶⁰ Ronaldo Lessa nega que seu governo e o de Luis Abílio tenham deixado um débito de cerca de R\$ 400 milhões a pagar, afirmando que existia dinheiro em caixa e no máximo, R\$ 45 milhões de restos

Art. 5º Fica suspensa, a partir de 1º de janeiro de 2007, pelo prazo de 6 (seis) meses, na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo:

A realização de concurso para o provimento de cargos e empregos públicos, ainda que já autorizada, assim como a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária;

A realização de procedimentos licitatórios cujo objeto seja a contratação de obras, serviços de engenharia, aquisição ou locação de móveis, veículos e equipamentos, inclusive de informática, sem a prévia e expressa autorização do Governador do Estado, em processo devidamente autuado, do qual deverão constar manifestação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, quanto à viabilidade orçamentária, e da Secretaria de Estado da Fazenda, quanto à viabilidade financeira da despesa pretendida;

A celebração de convênios com entes públicos e privados que importem transferência de recursos voluntários [...]. (ALAGOAS, decreto nº 3.555, de 12 de janeiro de 2007).

Desde o governo Divaldo Suruagy, o pagamento do mês trabalhado na rede estadual era feito na primeira quinzena do mês subsequente. Desta forma, os 80% do resíduo da isonomia salarial do magistério a ser cumpridos em dezembro sequer chegaram a ser pagos, vez que seriam honrados no mês de janeiro. Com o decreto, o acordo foi desfeito. Para o magistério, a frustração era maior do que para o conjunto dos servidores civis e militares, que vinham percebendo seus vencimentos reajustados desde abril de 2006. Os comprovantes de pagamento do mês de dezembro (com a isonomia integral) foram distribuídos ainda na primeira quinzena do mês de dezembro, mas já não valiam nada.

Segundo o governador, a isonomia salarial representava um custo adicional ao tesouro estadual de R\$ 12 milhões por ano. No fim de semana seguinte ao decreto, novos demonstrativos foram impressos para todos os servidores com os subsídios vigentes em abril do ano anterior, como salientam os entrevistados:

O demonstrativo já vinha até constando a isonomia [...], parece que dobrou a margem do empréstimo consignado [...] os bancos foram prejudicados, eles podiam descontar parece, acima de 30% do valor do seu salário, então foi uma celeuma danada, não é?(...). Foi aonde nós começamos a travar uma luta extremamente

a pagar. Denuncia ainda a traição por parte do governador Vilela dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e coloca-se ao lado dos servidores públicos "(Informação disponível em <http://www.estadao.com.br/nacional/noticias> em 14 de fevereiro de 2007 acessado em 20 de janeiro de 2012).

desgastante tanto para o governo quanto para a classe da educação. (Professor. Entrevista nº 02)

Quando chegou o mês de dezembro que era o último mês de mandato do governador Luis Abílio, o dinheiro foi depositado na fazenda pra pagar todo, inteiro. Porque o governo só pagava no começo de janeiro. Lembra que um atraso de quase quinze dias na folha, então só pagava dia dez, dia quinze. Em dezembro o dinheiro de pagar a isonomia completo estava lá na folha, o que é que ocorre? Assume o novo governo Teotônio Vilela e a primeira tacada é acabar a isonomia. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

Eu acho que o momento do Teotônio, o momento maior, foi o momento do decreto. Acho que não teve coisa mais pesada que retratasse o que seria o governo do que aquele primeiro momento, que até hoje é uma coisa inconcebível. O decreto 3.555 foi a coisa mais brutal. Você jogar um decreto que retroagia há dois anos⁶¹ anteriores, que dizer, isso não existe. Foi uma prova de imaturidade do governo, de uma falta de preparo de uma equipe muito forte. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Fatos importantes são relatados sobre as consequências provocadas pelo decreto do governo no primeiro depoimento (entrevista nº 02). Nos meses seguintes aos reajustes concedidos em 2006, embora sem a comprovação exata do quantitativo de funcionários, milhares deles fizeram empréstimos consignados com as instituições financeiras, permitidos pelo aumento da margem consignável dos salários após os reajustes salariais. A legislação estadual definia que os funcionários podiam comprometer no máximo 30% dos vencimentos para honrar o pagamento das parcelas mensais dos empréstimos contraídos. Com a redução destes vencimentos determinado pelo decreto governamental, os bancos descontaram parcelas maiores do que permitidos pela legislação, havendo pessoas que

⁶¹ Como foi demonstrado, na realidade, o decreto definiu os valores salariais com base nos vencimentos vigentes em abril de 2006.

receberam valores menores ainda do que os vigentes em abril do ano anterior. Em muitos casos, não foi possível aos bancos sequer efetivar os descontos, dado a insuficiência do saldo de um número indefinido de servidores.

Quando o entrevistado nº 10 afirma ter certeza de que existiam recursos suficientes para pagar todos os reajustes na data estipulada confirma indiretamente o depoimento nº 11, que acredita no despreparo da equipe técnica do novo governo, antecipando como seria, em sua visão, as relações políticas entre o conjunto dos servidores e a gestão Vilela a partir daquele momento. Estas afirmações não deixam de atestar que para os entrevistados a gestão Luis Abílio de Souza cumpriu o que combinou com os servidores, depositando o montante necessário para o cumprimento das obrigações assumidas com o funcionalismo. Portanto, o erro de avaliação técnica ou de traição política (já que este sabia do acordo) foi creditado a Vilela.

Após tomar conhecimento do real significado do decreto governamental, os servidores estaduais, articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores, trataram de mobilizar suas bases para o inevitável enfretamento que ocorreria. A polícia militar anunciou que iria aquartela-se, com o apoio dos oficiais, também atingidos diretamente com a redução dos vencimentos. A policial civil também iniciou uma greve, anunciando a paralisação do 2 mil agentes, seguidos pelos funcionários da área da saúde. Segundo o sindicato, um total de 7 mil servidores da saúde suspenderam as atividades, 70% do total. Os funcionários do Instituto Médico legal de Maceió deixaram de recolher os corpos das pessoas em óbito no Estado.⁶²

Embora as negociações com representantes do governo em torno da questão da isonomia tivessem sido mantidas durante todas as fases do embate entre os servidores e a gestão Vilela, as mobilizações e atos públicos se sucederam, culminando com a ocupação da sede da secretaria estadual da fazenda, o principal órgão de arrecadação. A avaliação geral das lideranças sindicais era que apenas uma ação de grande impacto faria o governo recuar na aplicação do decreto. Todos os andares do prédio foram ocupados, ficando os andares inferiores e todo o entorno ocupado pelos funcionários civis e a partir do quinto andar, a cargo dos agentes da polícia civil. Centenas de servidores estaduais chegavam a todo o momento ao local da ocupação, ganhando o reforço do movimento dos

⁶² Disponível em <http://www.gazetadigital.com.br>. Acessado em 22 de janeiro de 2012.

trabalhadores rurais, levados à ação através da articulação das lideranças sindicais e os líderes rurais.⁶³ Os relatos comprovam a radicalidade das ações do movimento:

[...] Houve uma repercussão muito grande. Isso inclusive virou manchete nacional. Nós, servidores públicos, apoiados em nossos sindicatos (a maioria cutistas, vale ressaltar), reagimos automaticamente, indo para as ruas com manifestações maciças e chegando a ocupar a Secretaria Estadual da Fazenda, de forma pacífica por cerca de uma semana.(Professor. Entrevista nº01)

Nós chegamos ao ponto de invadir algumas secretarias. A gente chegou a invadir, no primeiro momento, a secretaria de finanças, da fazenda. Depois houve a desocupação e a gente foi e invadiu a secretaria da educação. (Professor. Entrevista nº 02)

Enquanto o procurador-geral de justiça considerou o decreto do governo inconstitucional, a justiça decretou a ilegalidade da ocupação, o que apenas indignou e encorajou ainda mais a base do movimento. As negociações contaram com a participação do arcebispado metropolitano de Maceió, enquanto Vilela tentou barganhar no ministério da fazenda, em Brasília, a redução do percentual de comprometimento das receitas estaduais com o Tesouro Federal⁶⁴.

Aos poucos, o poder executivo foi cedendo às reivindicações das categorias, ficando evidente que fizera uma avaliação equivocada (e apressada) sobre a capacidade financeira estatal em assumir o reajuste,⁶⁵ se surpreendendo com a

⁶³ O prédio da secretaria da fazenda foi ocupado por cerca de mil servidores, que desligaram equipamentos eletrônicos, elevadores e determinaram a retirada dos funcionários. Cerca de oito mil servidores participaram da passeata no centro de Maceió. Informação disponível em <http://www.estadao.com.br/ultimasnoticias/nacional/noticias> de 18 de janeiro de 2007. Acessado em 22 de janeiro de 2012.

⁶⁴ Indiferentes ao contexto econômico definido pelo governo estadual, os deputados estaduais aumentaram os próprios salários de R\$ 6.000 para R\$ 8.000 (<http://www.g1.globo.com.br> em 31 de janeiro de 2007. Acessado em 15 de janeiro de 2012).

⁶⁵ Em 2007, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 2,54% em relação a 2006. As receitas estaduais cresceram 12,59%, totalizando R\$ 3.447,4 bilhões de janeiro a dezembro. Já a variação das despesas entre 2006 e 2007 aumentou 11,84%. Enquanto as despesas em 2006 foram de R\$ 3.005.928.983,56 bilhões, em 2007 resultou em um total de R\$ 3.361.950.149,40 bilhões. A

repercussão do movimento e a radicalização das ações. Na realidade, desde a publicação do decreto aos primeiros sinais de recuo do governo Vilela, “a correlação de forças” (HARNECKER, 2003, SOUZA, 1984) tinha mudado em favor dos trabalhadores, obrigando o governo a retroceder e negociar diante das incertezas do desenlace daquela situação. Esta foi uma alternativa que os governos adotam diante de impasses imprevistos, impedindo que estes embates se prolonguem no tempo, com os riscos advindos, ainda segundo Harnecker (2003).

Recuando na negativa da concessão do reajuste para o conjunto dos servidores, em 29 de janeiro o governo publicou novo decreto (nº 3.558) revogando a suspensão dos reajustes, excetuando-se o magistério

Art. 1º Os reajustes concedidos aos integrantes do Quadro do Magistério Público Estadual, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2006, serão gradualmente incluídos na folha de pagamento, observando-se a condição orçamentária e financeira do Estado e a Lei Complementar nº 101, de 2000 (ALAGOAS, 29 de janeiro de 2007).

Com a questão resolvida junto aos funcionários civis e aos policiais militares e civis (ainda que a negociação, em alguns casos, tenha implicado em parcelamentos dos reajustes de até 12 meses, como foi o caso dos soldados da polícia militar e do Corpo de Bombeiros) os servidores estaduais fizeram a devolução simbólica do prédio da fazenda. O segmento da educação ficou completamente isolado, tendo que arcar sozinho com o custo político e financeiro das ações de pressão sobre o governo Vilela, com o objetivo de recuperar o que nem mesmo havia sido conquistado de fato.

A adesão dos educadores à greve foi completa e todas as escolas estaduais paralisaram as atividades entre janeiro e março de 2007. Nova ocupação foi realizada, desta vez na secretaria de educação, ignorando o interdito proibitório decretado pela justiça estadual.⁶⁶

Em frente ao palácio do governo, foram feitos piquetes, comícios, acampamentos, cafés da manhã e atividades culturais. Os trabalhadores do interior foram novamente trazidos para a capital e, em uma demonstração de força e unidade, o revezamento foi constante, evitando o esvaziamento do movimento.

rubrica de custeio e investimento, no entanto, apresentou uma retração de 26,41% em 2007 (ALAGOAS, 2009).

⁶⁶ Disponível em <http://noticiasterra.com.br> acessado em 22 de janeiro de 2007.

Começou a nova greve da isonomia. E mais uma vez a educação foi vítima das circunstâncias administrativas e financeiras do Estado, mesmo contando com a solidariedade de outros segmentos, principalmente das lideranças da polícia civil e dos trabalhadores rurais.

A ocupação do prédio da secretaria da educação aconteceu no fim da tarde do dia 31 de janeiro de 2007, facilitada pelo fato de existir apenas um vigilante no local. O governo deslocou suas tropas militares para a secretaria da fazenda e para a sede do governo. Com a saída às pressas do secretário de educação, a ocupação provocou comemorações do movimento ao redor do prédio e atraiu a cobertura da imprensa estadual, que registrou os acontecimentos a partir do gabinete do secretário. Faixas e cartazes foram colocados na sede e os funcionários impedidos de cumprir expediente.⁶⁷

Quando da ocupação do prédio da secretaria da fazenda, Vilela determinou o uso da repressão pelas tropas do exército contra os profissionais acampados no prédio da fazenda, em uma ação militar iniciada às cinco horas da manhã. O Sinteal utilizou os meios de comunicação para exibir trechos de discurso proferido pelo então candidato ao governo, senador Vilela, em que este prometia honrar cada centavo do pagamento da isonomia salarial do magistério, caso eleito nas eleições de 2006. O sindicato divulgou também que o acordo que viabilizava o pagamento parcelado do reajuste tinha sido acordado com sua equipe de governo durante o processo de transição com a participação de Vilela. Este argumentava que quando concordou com o reajuste, não sabia da real extensão da situação financeira do Estado.

Outra movimentação política importante realizada pelos educadores foi a realização das *caravanas da educação*, que consistia na realização de grandes comícios, contando com um trio elétrico seguido por dezenas de ônibus, reunindo milhares de profissionais de todas as reuniões do Estado. Estes atos aconteceram nas cidades de Murici, Arapiraca e Santana do Ipanema.⁶⁸ A avaliação do sindicato

⁶⁷ Informação disponível em <http://noticiasterra.com.br> em 31 de janeiro de 2007 acessado em 10 de janeiro de 2012.

⁶⁸ A escolha da cidade de Murici obedeceu a uma lógica política de pressão do movimento grevista. O grande aliado do governador era o presidente do Senado Federal Renan Calheiros que exercia muita influência na política nacional e local. Murici é a sua cidade natal, mantendo sua influência política. A escolha de Arapiraca também teve haver com a questão política, pois o prefeito da cidade era filiado ao PMDB, partido de Renan e do vice-governador. Além do mais, Arapiraca tem grande importância regional e populacional. Já a escolha de Santana do Ipanema foi motivada por sua

foi que as mobilizações provocariam danos políticos à imagem do governo e que tais movimentações poderiam sensibilizar a opinião pública para a situação geral da educação estadual.

As diversas reuniões com a cúpula do governo e os representantes sindicais foram longas e cansativas. Geralmente iniciavam à tarde e estendiam-se até a madrugada. Parte da categoria que participou das mobilizações era convocada pelo sindicato para permanecerem nos acampamentos em vigília, aguardando o desenrolar das negociações. Alguns sindicalistas tinham a função de repassar para os presentes as informações resumidas das discussões que estavam sendo travadas na sede do governo. Havia o revezamento entre os trabalhadores, que negociavam com os colegas a sua substituição, tendo em vista que muitos professores trabalhavam em outras redes de ensino ou precisavam ausentar-se durante determinados horários. Boa parte apenas voltava para casa para tomar providências familiares, fazer a higiene pessoal e logo retornava ao local do acampamento.

As refeições eram feitas no próprio local da mobilização. Por conta do sindicato, distribuía-se água, refrigerantes, sanduiches, marmitas e sopas. Aconteciam apresentações artísticas e musicais (declamações de poemas, grupos de pagode, serestas) e discursos inflamados contra o estado de coisas em geral (ocorreu até comunicado oficial de desfiliação partidária). Também se jogavam xadrez, dominó, cartas e confecção de acessórios de roupas. As idas aos bares próximos também eram frequentes. A categoria encontrava várias formas de passar o tempo. O grupo diminuía visivelmente à noite. A vigilância noturna ficava a cargo de integrantes dos trabalhadores rurais, que permaneceram presentes em todos os momentos. Estes fatos foram bastante fortes na memória dos entrevistados (tanto para os funcionários de escola como para os professores) conforme demonstram os depoimentos a seguir:

A ocupação da fazenda quando a gente foi pra lá pra lutar, foi um fato marcante. (...) enfrentando o Bope, enfrentando a polícia civil, enfrentando o governo. (Funcionária de escola. Entrevista nº 05)

importância estratégica, situada no sertão alagoano. Os atos públicos de Murici e Arapiraca reuniram milhares de educadores, mas o de Santana de Ipanema não obteve o mesmo êxito.

O que foi marcante do que eu vivi foi a conquista da isonomia. Eu tenho orgulho dessa minha caminhada sindical (...). Foi uma coisa maravilha. Foi muito bonita a luta. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

A grandiosidade do movimento unificou o conjunto da base do Sinteal, ainda que seus elementos tenham sido motivados por interesses distintos. A greve da isonomia, caracterizada como uma campanha por equiparação salarial, fez com que 100% das escolas da rede estadual aderissem ao movimento, em uma demonstração de adesão raramente vista pelos próprios participantes daquela paralisação, tornando-se para eles *referência* em termos de atividade grevista. Em atividades grevistas anteriores, apenas parte da categoria (maioria, minoria ou parte significativa, mas sempre existiam vozes discordantes) emprestavam apoio às deliberações de suspensão das aulas, o que sempre levava o sindicato a discutir com o governo através dos meios de comunicação qual o percentual de escolas paradas. Na paralisação em questão, esta discussão teve outro enfoque, o da confirmação do êxito integral do movimento do ponto de vista mobilizatório.

Em associação com os movimentos do campo, outra barreira simbólica para a compreensão da importância dos movimentos sociais entre os trabalhadores da educação foi superada. O apoio decisivo dos movimentos agrários ajudou no processo de politização da categoria, tanto pela notoriedade que passou a ser conferida ao potencial de mobilização de massa desses movimentos, como em relação ao papel social das suas bandeiras de luta, principalmente a defesa da reforma agrária. A participação dos trabalhadores do campo nos movimentos urbanos até então era visto com reservas por parte da base educacional (expressadas em frases do tipo: “não tem nada a ver esse pessoal junto com a gente nesses atos públicos” ou “ porque o Sinteal dá apoio a esse pessoal”?).

Depois do decisivo auxílio desses movimentos à greve da isonomia, sua presença não só deixou de ser considerada algo estranho como também passou a ser requerida nas principais atividades sindicais a partir de então, revelando outra distorção do papel desses atores nas ações sindicais. Na ótica de muitos educadores, os movimentos rurais passaram a ser importantes apoios nas causas urbanas, como se estes não defendessem bandeiras próprias, tivessem prioridades distintas e uma dinâmica organizativa e programática própria. O trecho da entrevista

selecionado dá bem a medida do sentimento de gratidão ao movimento rural da parte dos educadores:

Achei interessante também no tempo desse movimento como não era caracterizado apenas do professor a gente solicitava um apoio significativo dos movimentos sem terra. Eles ficaram lá o tempo todo junto conosco, inclusive até dando aula de educação, ajeitando a rua, pedindo para não sujar. Fora as madrugadas que nós ficávamos acordados com medo que acontecesse uma repressão [...]. A gente nem conseguia dormir. (Professor. Entrevista nº 02)

Ao fim de cada rodada das negociações, os representantes sindicais repassavam os informes sobre eventuais avanços ou fracassos da reunião. Foram 70 dias de acampamentos.

Houve uma interrupção durante o período carnavalesco dessas ocupações, por que se temia que o governo utilizasse as forças repressivas contra os grevistas enquanto o centro da cidade estivesse deserto e a imprensa direcionava suas atenções para a cobertura dos festejos. Foi organizado em frente ao Palácio do governo o bloco carnavalesco *giz e pó, alergia* só em comemoração ao carnaval e em protesto contra as condições de trabalho.

A solução para o impasse surgiu da realocação de recursos da secretaria da educação, das verbas próprias do governo, de verbas de convênios e da utilização do saldo de recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação e Valorização do Magistério (Fundef) do ano anterior. Foi estabelecido novo parcelamento do reajuste, desta vez mais longa. A mesma fórmula tinha sido utilizada na negociação junto aos policiais civis e militares. O acordo foi celebrado em 27 de março de 2007

[...] Considerando que é compromisso do atual Governo o pagamento da "isonomia" aos professores estaduais [...]

[...] Considerando que atualmente já está sendo pago o montante de 20% da "isonomia" dos profissionais da educação.

Cláusula 1ª. O Estado de Alagoas compromete-se a pagar o resíduo de 80% (oitenta por cento) da isonomia dos professores garantida pela Lei 6729 de 06 de abril de 2006 da seguinte forma

- 40% (quarenta por cento), sendo o percentual retroativo ao mês de fevereiro do presente ano de 2007;
- 10% (dez por cento) no mês de outubro de 2007;
- 10% (dez por cento) no mês de fevereiro de 2008;
- 10% (dez por cento) no mês de março de 2008;
- 10% (dez por cento) no mês de abril de 2008, totalizando o valor de 100% (cem por cento). (ALAGOAS, 2007, cláusula 1ª)

Pelo acordo, o sindicato se comprometeu em encerrar imediatamente a paralisação, com a reposição dos dias parados. O acordo previu ainda

Cláusula 4ª- Fica instituída, pelas partes pactuantes, mesa permanente de negociação com a seguinte pauta:

- O enquadramento dos funcionários administrativos da educação estadual;
- Enquadramento dos/das professoras (as) da licenciatura “curta”;
- Política previdenciária para os profissionais da educação;
- Discussão acerca da situação salarial dos professores com formação de nível médio;
- Acompanhamento permanente da execução orçamentária e financeira dos recursos vinculados à educação;
- Discussão, a partir de abril de 2008, acerca do pagamento do “resíduo da isonomia”.

A proposta provocou cisões entre a categoria, que não queria novo parcelamento e não acreditava que o governo iria cumprir o acordo. Outra crítica apontada era que o parcelamento da isonomia significava o congelamento dos salários dos professores durante os anos de 2007 e 2008, além da perda definitiva da conquista de 2006. Portanto, seriam três datas-base sem reposição inflacionária em busca de um salário que vinha sendo pago aos demais profissionais com curso superior desde abril de 2006. O sindicato argumentou que após a totalização do acordo, iria buscar a atualização inflacionária dos vencimentos e que, naquele momento, aquela era a única saída possível. Os pontos de pauta que trataram do plano de cargos dos profissionais da educação, dos reajustes dos professores sem curso superior também ficaram para um momento posterior.

Com o longo tempo de mobilização do movimento (que ameaçava diluir-se pelas pressões externas, contradições e divisões *internas* entre os segmentos), as possibilidades de saída do impasse eram difíceis, devido a reduzida margem de articulação, segundo a avaliação das lideranças sindicais.

Para Souza (1984, p.14 e 15), para se fazer uma análise eficaz de conjuntura

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por trás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento, é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram.

Procurar ver também os sinais de saída para o “novo”, o não-acontecido, o inédito. Tão importante quanto entender o que já está acontecendo é estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar.

Após intensos debates, a proposta foi aprovada pela maioria da categoria e o movimento foi encerrado (ANEXO VIII). Tanto o governo quanto o sindicato tentaram capitalizar politicamente o resultado das negociações. Entretanto, em decorrência destes embates iniciais e de outros que aconteceram ao longo do governo, a avaliação sobre a gestão Vilela é negativa, na visão da maioria dos entrevistados:

Porque é um governo que aplica uma política de total ataque e destruição não só dos serviços públicos, mas da sociedade como um todo [...]. Melhoria salarial, melhoria estrutural. É o mínimo que ele poderia fazer em prol da sociedade. (Professor. Entrevista nº 01)

Na realidade, eu sempre caracterizei o governo do Teotônio como um governo que não tem compromisso nenhum com o serviço público, sobre os valores essenciais, como a educação, a saúde e a segurança. Nós consideramos que o serviço público é a ponta inicial pra toda construção de uma sociedade mais justa. Mas não é o caso do governo do Teotônio Vilela. (Professor. Entrevista nº 02)

O governo Vilela também é visto pelos entrevistados como um governo representante dos grupos dominantes, negligenciando a importância da função desenvolvida pelo funcionalismo público no atendimento das demandas da população que utiliza esses serviços. A declaração foi feita em tom de desabafo por um dos colaboradores da pesquisa:

Porque ele só valoriza quem ele precisa pra governar. Pra quem carrega o estado nas costas pra ele não tem valor nenhum. A sensação que a gente tem é essa. Se

você é um trabalhador que rala pelo estado, você não tem valor nenhum, ele só dá valor a quem ele precisa pra governar. Em poucas palavras, é isso. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

3.4 A criação de uma Carreira para os funcionários⁶⁹ de escola

Um dos assuntos mais polêmicos e que diz respeito aos funcionários de escola da rede estadual, é exatamente a criação do plano de cargos e carreira (PCC) deste segmento profissional. Para isso, se faz necessário uma breve recapitulação histórica para compreensão aproximada do assunto.

Historicamente, os funcionários de escola tem sido o elo mais frágil do segmento educacional quando se trata de reivindicação de direitos, dado a sua dispersão organizacional e a falta de tradição organizativa, sendo tratados como figuras invisíveis (MONLEVADE, 2007; 2010) no interior do espaço escolar. Quando da fundação do Sinteal, este foi o único segmento que não compôs a base da entidade por meio de alguma entidade associativa organizada.

Estes profissionais tem ficado à reboque das negociações e da elaboração das estratégias de luta, embora tenham estado presentes em todas as grandes atividades históricas da categoria. Ocorre que o caráter simbólico do magistério e sua maior tradição de luta têm prevalecido em todas as atividades mobilizatórias e no atendimento (ainda que parcial) das pautas apresentadas ao governo, criando profundos ressentimentos por parte dos funcionários em relação aos professores, tidos por aqueles como insensíveis às suas necessidades profissionais. Alguns depoimentos são significativos a respeito dessa relação entre docentes e não-docentes:

Eu acho que é a falta da unidade da categoria. O corpo não é só docente, tem o aluno, tem o funcionário, que sem o funcionário a escola não funciona e sem o

⁶⁹ Apesar da nova nomenclatura instituída para os funcionários administrativos e de apoio da educação adotada atualmente (profissionais da educação) optou-se em utilizar o termo “funcionários de escola” ou o anterior “funcionários administrativos e de apoio” por ser uma designação mais usual e não sujeita a dúvidas interpretações. A expressão também é preferencialmente utilizada pela CNTE em seus documentos oficiais.

aluno, muito pior. E que a gente funcionário de escola, hoje, nós somos educadores, estamos qualificados pra isso, só que o professor ainda não aceita, existe muito choque.

E prossegue na sua avaliação:

Gestão democrática na escola não existe, funcionário de escola não é visto como educador, é visto como uma merendeira que faz comida, é vista como uma auxiliar que limpa a escola, um vigia que fica na porta, mas jamais como educador. (Funcionária de escola. Entrevista nº 05)

O sentimento de mágoa e a ideia, alimentada entre parte dos funcionários, de que estes não podem contar com apoio dos professores na defesa das suas pautas específicas, sugere que a unidade (ou falta dela) é uma constante. Esta inquietação existente nas relações entre magistério e funcionários, provoca um clima de tensões e desconfianças:

Porque a gente ainda vive naquela coisa que os funcionários não são valorizados de um modo geral, ainda existe essa separação, infelizmente. [...]. Existe ainda essa separação: professores e funcionários. Então eles não entendem, é cada um por si, cada um olha pro seu umbigo. Na verdade, eles conquistaram os deles e aí a gente que se vire! Então eles não valorizam os funcionários. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Outra demonstração dessa falta de solidariedade atribuída pelos funcionários aos professores é retratada também no aspecto das campanhas salariais deflagradas pelo sindicato por meio das assembleias da categoria, quando são aprovadas solicitações de percentuais de reajuste diferenciados para os segmentos. Segundo a ótica do entrevistado, quando os professores conseguem alcançar a

meta pretendida, o movimento é encerrado e os funcionários são deixados de lado em suas reivindicações:

Ah, vou dizer o quê? A classe é desunida. Não há união. Na hora que o bicho pega todo mundo quer dinheiro no bolso, na hora que o bicho pega ninguém segura a onda. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

Contudo, em algumas das entrevistas, a explicação para falta de unidade da categoria obteve uma explicação comum. Tentou-se analisar as causas do ponto de vista da ausência de formação política, tanto do magistério, quanto dos funcionários de escola, conforme está descrito a seguir:

O magistério estava vivendo um momento que faltou informação, faltou formação. Então, eu não acredito que o professor fez, deixou o funcionário de lado por ignorância. Não foi por falta de comprometimento, mas por falta de conhecimento. E isso é um processo que ainda está lento, eu acho que ainda vai demorar. Na verdade, acho que o professor precisa com o passar do tempo é aprender (nós funcionários também precisamos aprender). (Funcionário de escola. Entrevista nº 03)

A importância da politização explicitada pelo colaborador é resolvida por meio de cursos de formação sindical, que priorizem o papel da solidariedade classista. Remetendo a fragilidade da união da categoria para o âmbito do processo de formação coletiva, espera-se reverter os interesses individuais e as incompreensões de parte a parte. Um dos aspectos que chama atenção para esse depoimento é a convicção de que todos os atores educacionais têm compromisso com a melhora das condições de trabalho e a luta pela valorização profissional do coletivo, razão pela qual vale à pena insistir nas ações que envolvam o conjunto da base sindical, pois a divisão não contribui para a causa comum. O tema da formação sindical como

meio de politizar a categoria foi bastante recorrente durante as falas dos participantes da pesquisa:

A falta de interesse da própria classe [...]. Então não há uma relação de quebra de cultura, nem tão pouco da direção do sindicato, nem da classe dos professores, nem tão pouco da classe do administrativo [...]. Eu acho que a busca da politização tanto por parte dos professores como por parte dos funcionários [...]. Nós precisamos, tanto professores como funcionários administrativos, se unir e buscar quebrar essa cultura. Acho que só chegamos a isso através das formações. (Professor. Entrevista nº 02)

Segundo os depoimentos, a formação política seria a maneira encontrada para criar a consciência de classe aos segmentos do quadro educacional. Para os entrevistados, esse papel também caberia ao sindicato, existindo divergências sobre se o Sinteal tem propiciado esses momentos de formação ao longo dos anos. De todo modo, tanto em Alagoas, como em todo o País, os funcionários de escola nunca deixaram de organizar-se e lutar por direitos.

Através do projeto de lei de autoria da senadora Fátima Cleide, é sancionada lei nº 12.014/ 09 que, modificando a LDB em seu artigo nº 61, considera todos os funcionários de escola profissionais da educação, desde que habilitados de acordo com a 21ª área profissional (Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar criada através da Resolução 5/ 2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). Este fato, somado à criação do programa do governo federal designado *Profuncionário*⁷⁰ deu novo ânimo e argumentos legais para as atividades reivindicativas do segmento.

Os funcionários de escola alcançaram nos últimos anos um nível de organização em termos nacionais e um reconhecimento social como sujeitos

⁷⁰ O Profuncionário foi criado em 2005 como política de formação governamental, mas somente em dezembro de 2010 passou à condição de política institucionalizada por meio do decreto nº 7. 415/10. Anteriormente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) tinha reconhecido em seu Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia seis novas habilitações, voltadas para as funções exercidas nas escolas por funcionários e podem ser oferecidas por instituições de ensino superior, especialmente pelos Institutos Federais de Educação Tecnológica mantidos pelo MEC (CNTE, 2011).

históricos e hoje são vistos como uma categoria com identidade consolidada (NASCIMENTO, 2007). Desse reconhecimento, surge a importância da existência de um plano de carreira para efetiva valorização e qualificação de todos os profissionais atuantes na escola (FERREIRA, 2007; MONLEVADE, 2007).

A primeira vez que o assunto foi objeto de discussão em Alagoas aconteceu no início da gestão Lessa, quando da criação do PCC do magistério em 2000. Depois, quando aconteceu a aparente conquista da isonomia salarial do magistério em abril de 2006, tinha ficado acordado junto ao governo estadual que as negociações relativas à criação do PCC deveriam continuar, e que no prazo máximo de três meses, este plano deveria ser sancionado. Entretanto, não foi dessa forma que os fatos sucederam-se.

Após um demorado processo de negociação entre sindicato e governo (incluindo a Procuradoria Geral do Estado - PGE), 11 (onze) versões do Plano chegaram a ser criadas, dado o grande empecilho apresentado pelo governo naquele momento: para o executivo, o segmento administrativo e de apoio do executivo estadual já estava contemplado pela existência de dois planos de cargos e carreiras diferentes, de acordo com o nível de formação (fundamental e médio), abrangendo todas as secretarias e fundações estaduais. Sob essa ótica, não haveria motivos plausíveis para a criação de um PCC específico dos funcionários das escolas.

Outra alegação governamental: se o plano implicava em mudança de cargo para os funcionários públicos atuais, isto só poderia ocorrer caso estes funcionários se submetem-se a novo concurso público,⁷¹ que é a forma de ingresso em cargos públicos de acordo com a Constituição Federal. Fora isso, o governo não concordava com a criação de Planos específicos. Preferia agrupar os servidores públicos em planos gerais, que padronizaria salários, datas-base, funções, etc.

O argumento da categoria baseava-se no sentido oposto. A defesa da especificidade dos trabalhadores da educação, incluindo os funcionários de escola, fazia parte das bandeiras de lutas do sindicato há anos. Outro fator que pesava

⁷¹ Lei nº 6.251 e nº 6.252 de 20 de julho de 2001 alteradas pela lei nº 6. 534 e nº 6.535 de 24 de novembro de 2004.

favoravelmente a esta posição, era a recente criação da área 21 e do Profuncionário, dando condições de profissionalização efetiva a este segmento⁷²

O plano de cargos, carreira e vencimentos não altera, de imediato, a forma de gestão da escola pública, porém cria condições necessárias para que essa transformação ocorra, quando prevê o ingresso de funcionários escolares por concurso público com estabilidade e vínculo com a escola, sendo um dos pilares para o processo de valorização do educador e do processo educativo. Esta condição é muito diferente das formas precárias de contratação, que tornam sua presença instável e insegura, além de inviabilizar um processo de profissionalização e aperfeiçoamento que adiciona condições de qualidade para a participação. Em segundo lugar o plano traz melhorias salariais, imprescindíveis para a qualidade de vida e condições necessárias para o convívio coletivo. Não é suficiente resolver, apenas, a condição financeira dos professores, deixando os funcionários numa situação subalterna, e imaginar que estes possam participar das relações de uma gestão democrática (MORAES, 2010, p. 409).

Além disso, outro obstáculo, ainda mais difícil de ser transposto, foi apresentado aos trabalhadores. A legislação eleitoral de 2006 impedia qualquer aumento de despesas ou reajustes salariais acima da inflação nos seis meses anteriores à eleição fazendo com que o governador Abílio de Sousa relutasse em modificar os valores dos subsídios destes profissionais, temendo que a justiça eleitoral determinasse sua inelegibilidade ou a anulação do ato praticado. Acontece que a criação de um novo plano tinha importância fundamental para a categoria, tendo em vista a necessária modificação dos subsídios, dos critérios de progressão horizontal e vertical para que a lei aprovada tivesse algum significado não apenas simbólico, mas concreto para os trabalhadores.

Como as negociações avançaram muito lentamente, em agosto de 2006 os funcionários decretaram a paralisação dos serviços, como um modo de pressionar o governo a cumprir o acordo inicial de sanção do plano. Nesta paralisação, o segmento magistério não deu a devida contrapartida ao apoio recebido pelos funcionários durante a greve pela isonomia salarial. Mesmo considerando a paralisação parcial das escolas estaduais, a solidariedade dos professores ao movimento foi pontual. Encontrando dificuldades iniciais para a aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa (com as eleições de outubro de 2006, parte dos parlamentares não reeleitos não comparecia às sessões), o governo fez valer sua

⁷² A Resolução nº 05/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública (CNTE, 2011).

força política e conseguiu a aprovação do projeto em novembro. Todavia, a lei foi criada⁷³ sem uma nova tabela de subsídios, mantendo-se a tabela vigente na época.

Na prática, os funcionários tiveram que se contentar com o ganho político, legal e simbólico da conquista de um Plano de Cargos *específico* para o segmento e que, existindo juridicamente, criava possibilidades para as reivindicações futuras (de enquadramento por tempo de serviço, titulação, vantagens próprias e subsídios de acordo com a formação profissional). Também foi consolidada a redução da carga horária (sem redução de salários) de 40 para 30 horas semanais (ALAGOAS, 2006).

O Plano determinou a divisão das funções profissionais em duas grandes áreas: Agente Educacional I (Manutenção de Infra-Estrutura Escolar e Alimentação Escolar) e Agente Educacional II (Ações Administrativas e Multimeios Escolar, além da função de Gestão Escolar) e a distribuição da tabela de remuneração do cargo Agente Educacional I em cinco níveis e do Agente Educacional II em quatro níveis, ambos compostos de 7 classes (de “A” à “G”), com intervalos entre as classes de 6% (seis por cento),obedecendo a intervalos de tempo de 05 anos, mediante avaliação de desempenho profissional (op.cit., 2006).

Também garantiu a remuneração de acordo com o nível de escolaridade escolar, levando-se em conta as exigências da Resolução nº 05/ 2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, além da criação e/ ou a consolidação das gratificações por lotação em escolas de difícil acesso (que desde 2000 eram concedidos ao magistério), do adicional noturno e pelo desempenho de funções em cargos de direção, chefia e assessoramento (op.cit., 2006).

Além dos afastamentos de servidores previstos no Regime Jurídico Único do Estado, a lei garantiu o afastamento para qualificação profissional e desempenho de mandato classista, como também a garantia de horário especial para estudos em cursos regulares. De acordo com a lei aprovada, o enquadramento dos atuais cargos ao novo plano deveriam acontecer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da sanção as lei e a definição de limite de 8 (oito) anos para que o governo garanta a formação técnico-profissional dos funcionários de acordo com a área 21 (op.cit., 2006).

⁷³ Lei nº 6.768, de 14 de novembro de 2006 que dispunha sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos de apoio e administrativos dos profissionais em educação, no âmbito da secretaria executiva de educação.

Mas a lei foi ignorada nos dois anos seguintes. Apenas em 2008 (após muita negociação e nova paralisação dos funcionários de escola, novamente sem a adesão esperada do magistério) o governo Vilela sancionou novo projeto de lei,⁷⁴ que no tocante à estruturação dos cargos e ordenamento da carreira, reproduziu o teor da lei revogada. Entretanto, a tabela de subsídios proposta pelo sindicato anteriormente (e que não constava do plano de 2006) teve que ser adequada à nova situação orçamentária governamental e os enquadramentos previstos não ocorreram, provocando grande sentimento de frustração entre os profissionais.

Nosso PCC em síntese geral e nada foi a mesma coisa. O que foi que nós tivemos? Vindo o quadro geral do estado pra o quadro da educação [...]. Em síntese ele favoreceu, porque apesar de todas as falhas, nós temos uma lei que nos dá direito a lutar pelos direitos, mas que foi um plano muito falho. Foi um ganho simbólico. (Funcionária de escola. Entrevista nº 05)

E muita coisa não andou porque na prática a gente não viu um resultado concreto. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Se for falar de questão financeira, nenhuma [...]. Mas aí eu sempre disse ao pessoal do sindicato que eu tenho família e não posso viver de ilusões, eu tenho que pagar minhas contas e ninguém enche barriga com ilusões. A luta é válida, mas tem que pensar no dia a dia, um dia após o outro. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

Mesmo com as alterações impostas pela secretaria da administração e pela procuradoria-geral, o PCC não foi cumprido pelo governo, gerando grande sentimento de frustração entre os funcionários. Outro ponto de vista sobre a importância simbólica da conquista do plano é ressaltada em uma das entrevistas, bem como as dificuldades contornadas para sua promulgação:

⁷⁴ Lei nº 6.907, de 3 de janeiro de 2008 que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação do poder executivo do Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2008).

Foi uma luta também muito grande pra que o governo entendesse que era necessário um Plano de Carreira, se não era unificado, mas um Plano específico para os trabalhadores de Educação. Não foi fácil, mas foi um processo muito bonito, foi uma luta muito que teve a participação dos funcionários [...]. Era uma coisa que há pouco tempo atrás muita gente não acreditava que saísse. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

E a entrevista prossegue em tom otimista:

(...) No início, houve muita rejeição, teve muita incompreensão, aquele senso comum de que todo mundo é igual. Mas só conquistar o Plano [...] teve uma simbologia muito grande, porque era o primeiro sinal de uma conquista que se demonstrava ali, legalmente. Os trabalhadores de apoio administrativo estavam conquistando na lei aquilo que a luta favoreceu, o que a mobilização favoreceu que foi justamente a mudança de comportamento do governo em relação aos funcionários e ao direito que eles estavam conquistando de reconhecimento pelo governo como trabalhadores da educação e não mais trabalhadores descartáveis ou que eram itinerantes que podiam ser utilizados em momentos aqui, momentos ali sem criar um vínculo com a função que exerciam. Então, era a finalização de um processo de invisibilidade. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

No entanto, esta percepção negativa dos efeitos do PCC para o cotidiano dos funcionários de escola, além de outros fatores discutidos anteriormente, tem dividido as opiniões a respeito da iniciativa de criação de um novo sindicato que represente o segmento dos funcionários de escola em 2010. As opiniões dos entrevistados variam:

A divisão da categoria dos trabalhadores da educação é, no mínimo, uma infeliz idéia. A divisão da categoria mais enfraquece e dificulta a luta por reivindicações e avanços do que favorece. Tanto é que muitos não abandonaram o SINTEAL, apesar

das críticas que tenham em relação à direção do sindicato, justamente por compreenderem que essa divisão tende a tornar a luta por conquistas mais difícil [...] só unificados como categoria, como classe social, teremos chance de resistir frente às pressões dos governos e patrões, avançando para a construção de uma sociedade justa, a sociedade socialista, que é o nosso sonho. (Professor. Entrevista nº 01)

A importância da unidade sindical é uma fala constante entre os entrevistados, embora não necessariamente tal raciocínio leve as mesmas conclusões. Isto porque, mesmo reconhecendo a necessidade da união entre o conjunto da categoria, alguns entrevistados avaliam que essa unidade não precisa obrigatoriamente se dar em torno de uma mesma entidade, mas com base em bandeiras de lutas comuns. Por outro, os princípios de justiça social estão presentes em alguns depoimentos, em uma avaliação menos corporativa da classe em consideração aos embates maiores entre capital e trabalho.

O depoimento a seguir adota outra linha de análise, mais relacionada ao contexto específico do seu segmento profissional:

Quando a gente vai pras assembleias primeiro vêm as pautas dos professores, fala-se dos professores e a gente sempre fica sem resposta. Pergunta uma coisa, fala outra e o funcionário fala uma coisa assim por cima e tudo, “ta, ta dando continuidade a mesa redonda”, num sei o quê. O melhor seria realmente tentar de novo, tentar outro sindicato. (Funcionário de escola. Entrevista nº 06)

Independente do êxito da iniciativa da criação de um sindicato que represente unicamente os funcionários de escola, os depoimentos apontam a grande insatisfação destes trabalhadores com a falta de condições profissionais, a baixa remuneração, a decepção com o Plano criado e principalmente com a maneira como o Sinteal encaminha as reivindicações, direcionando-a para beneficiar apenas os professores. Com exceção do primeiro depoimento, as críticas à representação sindical são claras. Da parte do Sinteal, os argumentos são no sentido de defesa

dos interesses de toda a classe, embora essa defesa não tenha ficado evidente para o conjunto dos filiados.

3.5 Todos pela educação ou a capitulação sindical?

Em novembro de 2008, após uma série de conversações entre os representantes do Sinteal e o poder executivo, foi celebrado entre estes o termo de compromisso pela qualidade da educação pública, popularmente divulgado como Pacto pela Educação. Em sua cláusula primeira apontava-se como objetivo principal a “instituição de um padrão de qualidade da escola pública, visando a melhoria dos indicadores de qualidade da educação no Estado.” Foram convidados para a solenidade de assinatura do documento entidades como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Federal e Estadual, Universidades públicas e privadas, conselhos de controle social e entidades da sociedade civil organizada.⁷⁵ O acordo foi assinado com a presença do ministro da educação.⁷⁶ As motivações para a assinatura do pacto decorreram de uma série de razões diferentes para cada signatário do acordo.

O Sinteal avaliou que seria importante a colaboração com os poderes institucionalizados no sentido de reverter os indicadores educacionais do Estado. Sua direção defendeu a importância de demonstrar junto à opinião pública a visão de que a categoria não se mobilizava apenas por melhorias salariais e benefícios corporativos.

Tal preocupação faz sentido, tendo em vista as dificuldades de mobilização enfrentadas pelo movimento sindical em um contexto de avanço das políticas neoliberais e da necessária busca de apoio com outros organismos e com o conjunto da sociedade para as causas educacionais. Tiramonti (2001) sugere que esta é uma tendência verificada no movimento sindical docente nos países da América Latina. E prossegue

⁷⁵ Participaram do acordo outras entidades, como a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Estadual de Educação, a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), a Assembleia Legislativa do Estado e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outras (<http://www.educacaouol.com.br> em 26 de novembro de 2008 acessado em 16 de janeiro de 2012).

⁷⁶ Fernando Haddad, que ocupou a pasta entre 2007 e 2012.

Em países com uma tradição de educação pública [...] onde a educação goza de uma valorização social que é compartilhada pelo conjunto da população e onde os sindicatos mantêm laços claros de articulação com suas bases sociais, eles, os sindicatos, vêm tornando mais complexas suas estratégias para mobilizar recursos sociais em benefício de sua causa. Aqui incluem-se ações destinadas a ampliar o espectro de alianças e as temáticas que entram na agenda de questões a serem discutidas, incorporando todas aquelas que afetam a tarefa escola [...]. Esta diversificação de alianças está ligada à necessidade de recuperar parte da legitimidade perdida pela desvalorização social sofrida pela atividade docente e pelo insucesso de suas tradicionais estratégias de luta. (TIRAMONTI, 2001; p. 28 e 29)

Essa tentativa da legitimação social, procurando saídas para contornar os desafios impostos pelo neoliberalismo, é uma estratégia utilizada não só pelo movimento sindical, mas por todos que defendem uma ordem social mais justa, conforme analisa Prado (2007, p. 180)

[...] A compreensão das contradições inerentes ao sistema de poder hegemônico é uma das condições indispensáveis para qualquer ação em busca da transformação social. Tal compreensão pressupõe uma postura contrária à crítica pela crítica, à negação pela negação. A questão que se coloca é justamente sobre o como transformar aspectos colocados hoje como meros instrumentos de manobra em função dos interesses neoliberais, em instrumentos de mudança social, resgatando a matriz ideológica que os geraram e recuperando seus significados e sentidos originais.

Fez parte do acordo entre o Sinteal, governo estadual e os vários interlocutores do setor público e privado, a instalação de uma mesa de negociação denominada *mesa permanente de responsabilidade educacional*, que dentre outros aspectos, discutiria a destinação dos recursos da educação, incluídas a questão salarial e os planos de cargos. Nesta mesa de caráter paritário, deveriam participar representantes do Sinteal, da secretaria da educação, da Assembleia Legislativa e do Ministério da Educação (MEC). Como objetivos iniciais e primordiais da mesa permanente constavam

- a. O planejamento, aprimoramento, acompanhamento e avaliação permanente da Política Educacional, no âmbito do Estado de Alagoas;
- b. O desenvolvimento de uma política de gerenciamento dos diversos recursos existentes e necessários para a implantação e permanência de uma educação qualitativa, garantindo incremento de matrículas, acesso, permanência e êxito dos educandos em uma escola pública de qualidade e

Planos de cargos e Carreira (destaques nossos) para os trabalhadores da educação;

c. O estabelecimento de um Sistema de Acompanhamento Permanente das Receitas e Despesas inerentes à educação no âmbito do Estado de Alagoas;

d. O acompanhamento e avaliação permanente das ações, metas e objetivo do presente Termo de Compromisso, no qual o Governo do Estado e a representação dos trabalhadores da educação (Sinteal) se *comprometem a encaminhar e respeitar as decisões da Mesa Permanente* acerca de políticas educacionais e *salariais*, trazendo para a Mesa a discussão e resolução das questões relativas a tais políticas (destaques nossos). (Termo de Compromisso pela Qualidade da Educação Pública de Alagoas, 26 de novembro de 2008).

Para o sindicato, seria uma forma de acompanhar os investimentos na área, influenciar na política salarial e de progressão funcional para os trabalhadores, apostando na via da negociação junto ao poder executivo, embora seus dirigentes afirmassem que não estavam abrindo mão das alternativas clássicas de pressão. Outro elemento que pesava favoravelmente à assinatura do acordo dizia respeito à participação do Ministério da Educação como entusiasta do acordo, o que, na visão da direção, comprometeria o governo Vilela com o cumprimento dos itens do documento.

O governo teve boas razões para celebração do acordo. Vilela pretendia criar uma imagem positiva da sua gestão junto às autoridades federais e a presença do MEC criava a expectativa de que novos recursos federais seriam repassados ao Estado para o cumprimento das metas acordadas. O governo jogava com os indicadores negativos da educação em Alagoas para sensibilizar a opinião pública dos esforços que o executivo fazia para mudança do cenário, como também articulava um amplo leque de apoio aos seus projetos na área. Com isso, o governo construía uma grande frente apartidária e solidária de resgate da educação, iniciativas que só poderiam ser tomadas por um governo democrático e disposto ao diálogo.

Existiam outros elementos considerados pelo governo. Caso o plano desse errado e os pontos do termo não fossem alcançados, o poder executivo avaliava que no imaginário popular a responsabilidade seria coletiva e não seriam imputadas apenas ao governador. A presença do sindicato no acordo de certa maneira comprometia politicamente a categoria, tendo em vista que em caso da realização de movimentos grevistas, por exemplo, o cumprimento dos objetivos do acordo estaria inviabilizado. A divulgação midiática da assinatura do acordo referia-se à *assinatura histórica* de um pacto entre sindicato e governo estadual. (ANEXO IX)

O termo de acordo definia também compromissos recíprocos, como: aumento da matrícula, permanência e êxito dos educandos na escola, proficiência adequada em leitura e escrita dos alunos do ensino fundamental, gestão eficiente dos recursos, melhoria gradativa dos indicadores educacionais e implantação do regime de colaboração entre Estado e municípios.

As metas mais ambiciosas estavam na cláusula terceira, que definiam as ações cooperativas, como: expansão do acesso às escolas de crianças e adolescentes, construção coletiva da proposta pedagógica das escolas e do projeto político-pedagógico, modernização tecnológica do Sistema Estadual de Ensino, redução percentual dos índices de abandono escolar, de repetência do ensino fundamental e médio, da distorção idade-série, do analfabetismo, dentre outros.

Entretanto, a mesa de negociação permanente criada pelo acordo levou vários meses para ser instalada, e quando ocorreram as primeiras reuniões ficou evidente que serviu apenas para que o governo ganhasse tempo, porque as demandas do setor não foram encaminhadas. Para decepção dos dirigentes sindicais, a secretaria de educação afirmava que a mesa *não poderia* encaminhar questões que incluísse reivindicações financeiras, temas que só poderiam ser tratados pelas secretarias de administração e da fazenda. As entrevistas abaixo apresentam a visão que motivou o sindicato a fazer aquele acordo e denunciam as razões do seu fracasso:

O pacto pela educação não foi uma coisa qualquer, era um compromisso político e um compromisso com a sociedade alagoana, com a recuperação de um projeto de educação. A partir daí, o governo faz a cena, mas o governo não encaminha aquilo que era fundamental para que o pacto desse certo. Essa foi a lacuna, esse foi o vácuo entre o momento do Plano [...]. Nós já havíamos discutido anteriormente no tempo do ministro Murilo Hingel. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Não tinha nome de pacto. Seria uma discussão, um debate onde a gente botasse na mesa as necessidades que tanto o sindicato tinha como o governo tinha de ações que poderiam ser realizadas pra melhorar a qualidade da educação e orientar o trabalho da secretaria e valorizar o trabalhador. O governo fez uma grande festa pra

dizer que estava fazendo um pacto pela educação assinando um documento junto com o sindicato de que não haveria crises a partir dali, tudo seria discutido. [...] O pacto não deu certo. O governo apenas quis utilizar a discussão pra fazer primeiro um cenário onde ele pudesse melhorar a sua imagem junto à população, ao MEC e a opinião pública. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

A referência ao ex-ministro da educação Murilo Hingel foi feita na entrevista em alusão às idas dos dirigentes sindicais ao MEC durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1995), em função das denúncias sobre o abandono do setor educacional na gestão do governador Geraldo Bulhões (1990-1995), feitas pelo Sinteal. Nelas foram encaminhados dossiês e proposições de pactos entre a União e o Estado visando recuperar a área em Alagoas. O depoimento esclarece que a tentativa de estabelecimento de acordos e a definição de metas educacionais não eram ações inéditas, mas faziam parte da história do movimento sindical em adotar posições de maior diálogo, de maior formulação.

No entanto, a assinatura do acordo não foi decidida pela categoria e sim deliberada pela direção do sindicato, o que provocou críticas contundentes da base nas assembleias e nos meios de comunicação nas quais se afirmou que a entidade tinha feito “um grande acordo com o governo para prejudicar a categoria”, que a direção “foi vendida ao governador” e que não encaminharia mais movimentos grevistas, porque estava “proibida pelo acordo.” Em 2010, a direção rompeu oficialmente com o acordo em ofício encaminhado ao governador.⁷⁷

Nas entrevistas em que esta questão foi abordada com os atores que acompanharam todo o processo de preparação, assinatura e andamento do pacto, a defesa da posição assumida pelo sindicato, apesar das críticas da base, é mantida. Para estes entrevistados, a responsabilidade pelo fracasso do pacto foi do governo Vilela, que não cumpriu o que foi firmando entre as partes.

⁷⁷ Até a conclusão deste texto, a cópia do ofício não foi localizada pelo pesquisador nos arquivos disponibilizados pelo Sinteal.

3.6 Uma jornada perdida

Outro importante tema gerador de conflitos entre o governo Vilela e a categoria educacional aconteceu em fevereiro de 2010, quando a secretaria estadual de educação de Alagoas, através de uma portaria administrativa, definiu as diretrizes gerais para o funcionamento do Sistema Estadual de Ensino para o ano letivo que iria começar (ANEXO XII). Esta medida provocou grande reação do segmento docente e ocasionou intenso debate entre a comunidade escolar e o poder executivo, porque foi interpretada como uma ação do governo orientada no sentido de aumentar ilegalmente a jornada de trabalho docente utilizando o discurso da melhoria da qualidade de ensino por meio da nova matriz curricular, como argumento principal.

Com base em uma série de dispositivos legais, mas especialmente na interpretação dos artigos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Estadual de Educação, a Secretaria de Educação definiu as principais regras para a organização do calendário escolar e da elaboração e cumprimento da jornada de trabalho. A portaria - composta por 7 (sete) artigos – determinou o início do ano letivo, orientações para a realização da semana pedagógica, da reposição das disciplinas pendentes do ano anterior, organização do horário dos professores a partir da nova matriz curricular e procedimentos para a tramitação administrativa do calendário escolar encaminhado por cada unidade de ensino (ALAGOAS, 2010).

A organização da rede educacional por meio de atos administrativos é comum na história da educação no País (CURY, 2009) e este fato não gerou grande discussão, até mesmo porque esta prática também é corriqueira em Alagoas, principalmente na rede estadual. A questão geradora de toda polêmica estava localizada no artigo 4º da Portaria no qual o Secretário de Educação resolve estabelecer para as unidades escolares da rede pública estadual de ensino “o sábado como dia letivo, **o módulo-aula/ tempo letivo de 60 (sessenta) minutos para o diurno e módulo-aula / tempo letivo de 50 (cinquenta) minutos para o noturno**” (ALAGOAS, 2010).

Entendida como uma maneira administrativa de aumento da carga de trabalho do magistério, a portaria provocou forte reação do segmento magistério e da sua entidade de classe, o Sinteal. Houve o posicionamento legal do Conselho Estadual

de Educação, do Ministério Público Estadual e uma consulta formal ao Conselho Nacional de Educacional acerca da legalidade da portaria, da modificação da matriz curricular e da jornada de trabalho docente.

Contudo, antes da análise das repercussões da Portaria na realidade das escolas e o posicionamento público dos principais atores envolvidos, é necessário sintetizar a conjuntura política educacional do período.

Dados mais atualizados davam conta que Alagoas era o Estado brasileiro em que a população adulta possuía a menor escolaridade média e a maior taxa de analfabetismo adulto e infantil, além das curvas de taxa bruta e líquida da matrícula de nível médio e superior estar abaixo da média nacional e da própria região Nordeste (URANI, 2005; IBGE-PNAD, 2009; CENSO, 2010). Segundo diagnóstico apresentado pelo Plano Estadual de Educação (PPE/AL) e encaminhado pelo Sinteal ao CNE em maio de 2010, apesar de cerca de 36% da população alagoana estar situada na faixa etária escolar, 47% encontrava-se fora da sala de aula durante o período analisado.⁷⁸

Especificamente no que se refere à situação das escolas públicas estaduais, havia elevada carência de profissionais da educação (magistério e funcionários de apoio-administrativo), pois o governo Teotônio Vilela Filho se recusava proceder à nomeação de profissionais aprovados no concurso público de 2006, mesmo com a pressão da sociedade e das ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual (MPE).⁷⁹ Existia também um quadro de instalações físicas precárias das escolas da rede, baixo estímulo profissional decorrente da defasagem salarial dos últimos anos, pois desde 2007 não havia recomposição salarial dos subsídios dos servidores da educação. A falta de políticas de valorização salarial tem sido uma questão constante ao longo da história educacional brasileira (GONDRA, 2008) e o sistema de ensino alagoano ainda se recuperava das consequências de uma greve realizada em 2009.

Por estas razões, quando ao governo estadual, através de secretaria de educação, publicou a portaria nº 088/2010, a recepção da parte dos trabalhadores acabou sendo extremamente negativa, uma vez que, utilizando-se do argumento da

⁷⁸ Em 2011, a taxa de analfabetismo entre a população de 15 ou mais estava em 24,6% em 2010. Já a taxa de escolarização líquida para o fundamental (população entre 7 a 14 anos) estava em 93,2%, enquanto no ensino médio (população entre 15 e 17 anos) alcançava 33,3%.

⁷⁹ No concurso público realizado em 2005, foram oferecidas 6.523 vagas para a educação estadual (ALAGOAS, 2006).

melhoria da qualidade da educação por meio da ampliação do tempo da jornada de trabalho (representado pela hora-aula) via reorganização da matriz curricular, o governo passou para a sociedade a ideia de que a partir daquele momento, os alunos teriam o direito à educação realmente garantida. Até a expedição da medida administrativa governamental, o tempo de duração da hora-aula variava de 45 a 50 minutos no turno diurno enquanto o noturno variava de 35 a 40 minutos.

As principais modificações efetuadas a partir da medida administrativa governamental estavam relacionadas às disciplinas ofertadas pela matriz curricular e a contagem do tempo de aula, entendida como hora-aula. No caso das disciplinas constantes na nova matriz curricular, houve redução da quantidade de horas anuais de todas as matérias escolares, que, paralelo ao aumento das horas-aulas, ocasionou um aumento da quantidade do número de turmas de cada docente, além da ampliação da jornada de trabalho destes profissionais.

Exemplificando: se em determinada turma de oitavo ano do período matutino, eram oferecidas pela matriz curricular da escolar um total de 5 (cinco) aulas semanais (de 50 minutos cada) de língua portuguesa, com a mudança, esta turma passaria a ter 4 (quatro) horas semanais de 60 (minutos cada), o que na prática diminuía a quantidade de aulas oferecidas e aumentaria a quantidade de turmas de cada professor, que teria que complementar sua carga horária assumindo mais uma turma. Com a mudança do tempo de hora-aula e da matriz curricular, também se retardava a saída deste profissional da escola em pelo menos uma hora, tanto pela maior quantidade de tempo em sala de aula, como também da nova turma de alunos assumida com a redução da quantidade de horas semanais nas turmas anteriores.

Com a modificação criada pela portaria em nome de um grande ganho curricular, argumento fortemente divulgado à época, o governo estadual também diminuiu a carência de profissionais que deviam ser contratados pelo Estado. Já no ano anterior, o Ministério Público Estadual (MP) divulgou, com ampla cobertura da imprensa, um excesso de profissionais da educação gozando licença médica na rede estadual, muitos dos quais trabalhando normalmente em outras redes municipais e na iniciativa privada. O argumento apresentado pelo MP foi que, se estes profissionais voltassem ao serviço, o Estado não teria mais carência de servidores na área. Mesmo o Sinteal e a própria Junta Médica do Estado discordando das informações apresentadas pelo MP (GONÇALVES, 2009), a

imagem dos educadores perante a população ficou seriamente comprometida no período em questão.

Por outro lado, durante a paralisação deflagrada pelos trabalhadores em 2009, o governo divulgou permanentemente que os professores estaduais tinham o terceiro maior salário do Nordeste e um dos maiores do País. Mesmo a informação sendo questionada pela categoria, no imaginário popular parecia evidente que os docentes estaduais não cumpriam sua jornada de trabalho ou simplesmente não trabalhavam. As razões dos baixos indicadores educacionais em Alagoas não resultavam da falta de investimentos, carência de profissionais ou quaisquer outros fatores financeiros ou conjunturais, e sim da falta de compromisso dos próprios profissionais, insinuaram os dados repassados pelo Estado.

De acordo com Boito Jr. (2009, p. 243), a nova tática populista dos governos brasileiros a partir da disseminação dos ideais neoliberais, foi a de “jogar os pobres contra os remediados,” no sentido de manipulação da opinião pública: enquanto grande contingente da população não tem acesso aos direitos sociais básicos, a maior parte dos servidores públicos não trabalha, apesar de receberem salários elevados e desfrutarem de diversos benefícios negados ao conjunto das pessoas. Para o autor, este argumento serve como pano de fundo para que o Estado tenha garantida ampla legitimidade para diminuir os gastos com folha de pagamento, através da negação dos reajustes salariais, da retirada dos direitos trabalhistas e da demissão dos funcionários, dentro de uma política global de diminuição do papel dos governos com as áreas sociais e de um processo de privatização camuflada destes direitos (BOITO JR, 2005).

Não foi por acaso que um Projeto de Lei que havia sido apresentado meses anteriores, voltava a ser discutido na Assembleia Legislativa. O Projeto de Lei nº 175/ 2007 tratava das Parcerias-Público Privadas (PPP), que dentre outras medidas, autorizava o poder executivo a contratar, em caráter provisório, profissionais nas áreas de saúde, educação e segurança pública, como também sugeria a realização de gastos sem licitação. Estas propostas estavam explicitamente orientadas pelas concepções neoliberais de Estado mínimo, privatização e terceirização das áreas sociais (GIANOTT, 2007; ESPINHEIRA, GUEDES, GOMES, 2011; MACHADO, 2002; TORRES, 2003). O governo considerava o momento oportuno para aprovação do projeto, que foi tema de audiência pública no poder legislativo.

Os principais atores institucionais passaram a posicionar-se de acordo com as funções desempenhadas individualmente dentro do campo educacional. Segundo Souza (1984, p. 12)

O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, um promessa, uma denúncia.

Mas a idéia de “ator” não se limita somente a pessoa ou grupos sociais. Instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas.

Uma das primeiras reações partiu do Sinteal, que interpretou a Portaria como um ataque aos direitos dos trabalhadores do magistério. Dentro da lógica de atuação precípua a este tipo de organização política, que defendem como princípios fundamentais “a manutenção de um salário digno e uma jornada de trabalho menos extenuantes para os seus associados” (ANTUNES, 2000, p.13) o sindicato assumiu posicionamento público contrário à medida imposta⁸⁰ pelo executivo, conforme definição acordada em assembleia da categoria.

O Sinteal promoveu uma série de reuniões nas escolas, assembleias com a categoria, atos públicos e divulgação dos seus pontos de vistas nos meios de comunicação, atuando também na interlocução com o MP, CEE/AL E CNE na tentativa de reverter os efeitos da Portaria, entendida como “cortina de fumaça” criada pelo governo, no sentido da criação de novos problemas com o objetivo de encobrir os antigos:

[...] O Sinteal entende que a volta da polêmica sobre matriz curricular e calendário (...) é só uma cortina de fumaça, para desviarmos a atenção do fato concreto: o governo do Estado descumpra seus deveres e não consegue colocar o mínimo em funcionamento, não consegue sequer suprir todas as turmas com professores em todos os componentes curriculares! [...] A legislação educacional é clara: A Matriz Curricular é decidida pela escola nas suas instâncias regimentais dentro do princípio da gestão democrática, com a participação de professores, pais, estudantes e funcionários. É bom lembrar, também, que o estatuto da criança e do adolescente dá à família o direito de participar da proposta pedagógica da escola. (SINTEAL, 2010, p.01)

⁸⁰ Em seu programa de governo, entretanto, o candidato Teotonio Vilela Filho afirmava que iria “articular espaços para que o professor participe e seja ouvido” além do fortalecimento da “participação social no âmbito da educação”. (VILELA FILHO, 2000, p.41).

Outra legislação importante é a Resolução 25/ 2002 do CEE/AL que dá à escola a prerrogativa de elaborar seu calendário escolar- aprovado pelo conselho escolar [...] O Parecer nº 05/ 2002 CNE orienta sobre a questão da carga horária: as 800 horas são calculadas em 60 minutos, ou seja, 48.000 minutos-ano, no mínimo. Mas a escola tem a flexibilidade de organizar seu tempo em módulos-aula de 60 min., 50 min., 45 min., ou outro, desde que ao final do ano letivo tenha ofertado 48.000 minutos de aula. Se a escola cumpre a carga horária, os dias letivos e os componentes curriculares obrigatórios, ela tem a flexibilidade para organizar seu currículo e suas atividades pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes (Art. 23 da LDB). (Ibid., 2010, p.02)

Em seguida, em nota técnica, o sindicato apresentou uma série de simulações em forma de gráfico procurando comprovar a tese de que as escolas podem organizar seu calendário anual e, desde que respeitados os duzentos dias letivos e as oitocentas horas anuais, a forma de organização das horas-aula não prejudicam os alunos da rede nem infringiram o ordenamento jurídico educacional. O sindicato fez sua parte dentro do estilo clássico de mobilização e pressão (BRUNO, 1990, VIEIRA, 2009; ANTUNES, NOGUEIRA, 1982) recebendo o estímulo da sua base, que estava bastante insatisfeita com a Portaria governamental.

Respondendo a uma consulta solicitada pela direção da escola estadual Professor José Silveira Camerino, transformado em processo interno daquele colegiado sob nº 305/2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação (CCE/AL) manifestou sua posição sobre a portaria administrativa por meio do Parecer nº 210/2010. O Conselho considerou que a Portaria nº 88/2010 não feriu a autonomia das unidades de ensino, pois cabe ao Estado a prerrogativa de estabelecer atos administrativos no tocante ao ordenamento do sistema. Considerando que a Portaria estava de acordo com a legislação educacional em relação aos temas tratados, era incumbência do serviço de inspeção da secretaria de educação analisar e emitir parecer conclusivo sobre as matrizes curriculares e calendários das escolas da rede estadual de ensino nos termos da Resolução nº 025/ 2003, emitido pelo próprio CCE/AL.

Definida a posição do colegiado a respeito da legalidade do ato, a Câmara de Educação Básica do Conselho referiu-se indiretamente a questão da hora-aula no artigo 6º do referido Parecer, determinando às escolas que “respeitem rigorosamente o direito dos estudantes quanto ao mínimo de carga horária, dias letivos e componentes curriculares obrigatórios.” Esta posição do Conselho provocou grande repercussão no conjunto da categoria (que esperava posição

diversa sobre a legalidade do ato administrativo) e fortaleceu a posição do governo estadual.

Também para o Ministério Público não existiram ilegalidades na Portaria. A promotora de justiça responsável pela análise do tema, discutindo a adoção da hora-aula de 60 minutos, afirmou que “além do trabalho letivo ser mais intenso, será concluído em menos tempo, uma vez que a LDB estabelece que a carga horária mínima anual para a educação básica deverá ser de 800 horas, distribuídas em no mínimo 200 dias letivos” (MP, 2010).

O Conselho Nacional de Educação manifestou-se sobre a legalidade da Portaria apenas em outubro de 2011.⁸¹ Em seu relatório, reconheceu que o Estado detém legitimidade para fixar a matriz curricular da rede, mas que isso não pode ser feito de forma impositiva

6. Não há dúvidas de que a alteração do número de aulas de determinada disciplina, por exemplo, não pode ser operada unilateralmente pelo Estado sem que se ouçam os conselhos de escola, até porque (...) manter a matriz curricular como estava ou modificá-la é algo absolutamente possível. Mas a modificação partiu de uma vontade impositiva, única e exclusiva do Estado, o que fere o princípio constitucional da gestão democrática de ensino. Pelo exposto, entende-se que o Estado de Alagoas, ao editar a Portaria nº 88/ 2010, exorbitou de seu papel, porque feriu o princípio constitucional da gestão democrática de ensino, nos termos do ordenamento jurídico estadual (CNA, 2011).

A realidade das unidades de ensino foi profundamente alterada com a implantação da portaria emitida pela Secretaria Estadual de Educação, na medida em que sobrecarregou ainda mais os profissionais do magistério com a ampliação da jornada de trabalho (em virtude da adoção da hora-aula de 60 minutos) e o acréscimo de novas turmas de alunos (condição imposta devido à alteração da matriz curricular). Após as resistências iniciais, as escolas da rede estadual acabaram cumprindo as determinações da Portaria.

Diante do exposto, a edição da Portaria executiva significou apenas uma manobra legal de aumento da jornada de trabalho dos docentes, aproveitando o clima favorável da opinião pública em prol de uma melhoria curricular, deixando o

⁸¹ Ofício nº 124/ CEB/ CNE/ MEC/ 2011, de 14 de outubro de 2011.

Estado de cumprir com outras obrigações legais. Isoladamente, a Portaria nº 088/2010 não melhorou os indicadores educacionais.

Por outro lado, o governo descumpriu também outras disposições legais relativas aos direitos trabalhistas do magistério, como o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério, o Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil, no tocante à revisão anual dos subsídios do funcionalismo público. Não realizou ainda (final do ano letivo de 2011) a convocação da maioria dos aprovados no concurso público de 2006, mantendo ainda grande quantidade de trabalhadores com contratos temporários atuando na rede.

Pode-se notar que das três grandes questões sindicais enfrentadas entre 2006 e 2010 (isonomia salarial, Plano de Cargos dos profissionais da educação e o debate sobre a matriz curricular), aconteceram vitórias parciais (isonomia e Plano de Cargos) e uma derrota significativa para o movimento. Em todas estas ações, a análise da correlação de forças e a atuação dos agentes históricos foram fatores fundamentais (SOUZA, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade (Raul Seixas).

O modelo neoliberal aplicado em todo o País prejudicou essencialmente a classe trabalhadora, fortalecendo o capital financeiro e enfraquecendo os mecanismos de controle do Estado, especialmente em sua capacidade de promoção, indução do crescimento, garantia dos direitos trabalhistas e de distribuição de renda. Os sindicatos e entidades defensoras do papel social dos governos acabaram não tendo forças suficientes para impedir o avanço destas políticas neoliberais. Os direitos sociais como saúde e educação acabaram sendo tratados como mercadorias, como serviços a serem prestados àqueles que pudessem pagar, uma vez que o público foi negligenciado em favor do privado (MACHADO, 2002; SOARES, 2002).

O Estado de Alagoas foi prejudicado duplamente. Primeiro pela imposição das medidas de redução do Estado, pela concorrência com outros mercados regionais mais desenvolvidos. Segundo, dado a insignificância política e econômica em relação a outras unidades da Federação, não dispunha de mecanismos suficientes de pressão no sentido de diminuição das imposições do governo federal e na busca de caminhos alternativos de atenuação da crise.

Outra questão importante refere-se à permanência das condições precárias de trabalho, a pouca segurança das escolas, ao constante atraso na distribuição dos diários de classe, dentre outras omissões do poder público que comprometem a qualidade da educação pública em Alagoas. A negligência em investimentos em educação compromete seriamente o crescimento econômico e a melhora dos indicadores sociais do País e a tendência é que estes custos aumentem com o passar do tempo (HADDAD, 2008).

O papel estratégico da educação é determinante para a superação do ideário neoliberal (MÉSZAROS, 2008) e a sociedade precisa coletivamente tomar consciência de que o abandono das políticas educacionais é uma atitude deliberada dos governos que fizeram a opção pelo neoliberalismo. A educação não pode ser tratada como mercadoria e sim como direito social, pois representa um dos

principais mecanismos de consolidação de uma sociedade mais justa e socialmente mais equilibrada.

Em termos especificamente ligados à organização sindical, algumas hipóteses iniciais foram confirmadas, a exemplo da influência direta das políticas neoliberais nas ações da classe trabalhadora. Os depoimentos e demais fontes consultadas deixaram claro os efeitos do desmonte da máquina pública sobre a articulação sindical, consubstanciada, durante a década de 1990, na falência do Estado, no Programa de Desligamento Voluntário, nas contratações precárias e na redução dos investimentos em educação.

Conforme verificado na maioria das falas dos entrevistados que vivenciaram aqueles momentos, ao mesmo tempo em que o período foi marcado por intensa mobilização, também foi uma fase de completa desorganização administrativa, financeira e da “busca de soluções desesperadas” para sair daquele impasse e momento de crise, como a expulsão do palácio do governo em 08 de maio e a ação de 17 de julho, ambos em 1997.

Mesmo assim, a esperança e o instinto de luta permaneceram presentes durante as fases mais cruciais, ainda que esta esperança tivesse sido manipulada por “falsos messias”, como na eleição de Collor em 1986 e de Divaldo Suruagy, em 1994. O comportamento aguerrido também enfrentou diversos momentos de difíceis barreiras, como as lutas pela isonomia salarial para o magistério em 2006 e 2007 ou as mobilizações em favor do Plano de Cargos e do reconhecimento profissional dos funcionários de escola em 2006, 2007 e 2008.

De qualquer modo, se a conjuntura política e econômica não foi determinante para o direcionamento das ações sindicais, também não se pode considerar que tenham sido menosprezadas. Em diversos momentos, durante o governo Geraldo Bulhões (1990-1995), Divaldo Suruagy (1995-1997), Ronaldo Lessa (1999-2006) e Teotônio Vilela (2007-2010), a questão política e econômica foi condicionante para definir as linhas de ação e mobilização sindical, tanto restringendo algumas iniciativas como estimulando outras, no tocante à necessária avaliação sobre a correlação de forças em disputa. Na realidade, os sujeitos de um processo não podem agir dissociados da realidade à qual estão inseridos, conforme aponta Souza (1984, p. 14)

[...] Os acontecimentos, a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história, com o passado, com relações econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo.

A hipótese inicial verificada a respeito da articulação entre o segmento docente e não-docente revelou algumas facetas importantes. Mesmo com alguns depoimentos feitos sobre o descontentamento a respeito da inclinação do sindicato em defender mais um segmento do que outro, supostamente evidenciando graves divisões organizativas entre o segmento magistério e os profissionais da educação, a despeito de algumas contradições internas verificadas, a análise dos dados não confirmou uma divisão de tão grandes proporções. O que não significa que o tema não seja motivo de tensões entre a direção do sindicato e sua base.

O que evidentemente, não anula a hegemonia (GRAMSCI, 2010; MINAMISAKO, 1995) dos professores na condução política dos rumos do movimento sindical, criticada fortemente pelos funcionários. Pareceu claro, porém, que cada vez mais os profissionais não-docentes exercem mais influência nestas ações sindicais, fruto da sua militância e tomada de consciência da importância da mobilização, ainda que esta militância possa se dá tanto dentro, como fora dos quadros do Sinteal.

Com efeito, o maior ou menor grau de unidade do conjunto dos trabalhadores dependerá da disposição política dos dirigentes sindicais em ampliar e aprofundar a relação organizativa com os funcionários de escola seja por meio da incorporação das bandeiras de luta deste grupo de modo mais contundente, seja através de uma articulação mais estreita entre o conjunto da categoria. Parece possível que o descuido a respeito das condições de trabalho e das demandas específicas dos funcionários acarretará em uma real divisão no futuro, retrocedendo historicamente aos tempos da APAL. Da parte dos funcionários, será preciso um maior protagonismo para que as suas bandeiras sejam de fato levadas em conta nas reivindicações sindicais, desde que estas pautas não signifiquem o abandono das pautas gerais que interessam ao coletivo.

Ainda com relação ao envolvimento das lideranças sindicais com a realidade do conjunto da categoria, uma questão que chama atenção por parte dos entrevistados que estão na base do sindicato, é a crítica objetiva a uma ausência das lideranças do espaço escolar. A relação com o sindicato se dá por meio das assembleias, mobilizações e congressos da entidade e não mediante uma inserção

ativa no dia-a-dia escolar. Mesmo que nenhum dos entrevistados tenha mencionado qualquer expressão que se aproxime da crítica feita aos “sindicatos cartoriais” (BRUNO, 1990), de toda sorte o afastamento dos locais de trabalho dos dirigentes sindicais é uma questão que precisa se refletida.

A procura por meios alternativos de disputa política, principalmente no campo institucional de colaboração e proposição de caminhos que momentaneamente deixam de lado o enfrentamento direto, a julgar pelas análises documentais e pelos depoimentos colhidos, teve um êxito parcial. Se para a opinião pública em geral este comportamento dos dirigentes sindicais tem se mostrado como prova da maturidade política, para grande parte da categoria, este fato foi visto com desconfiança e cautela, a exemplo do “Pacto pela Educação”, assinado em novembro de 2008. A mesma impressão negativa da base parece não acontecer quando os representantes sindicais atuam nos conselhos de controle social, especialmente naqueles vinculados ao financiamento educacional. Nestes casos, a participação não só parece ser vista com bons olhos, como também é estimulada, principalmente nos municípios que fazem parte dos núcleos regionais.

Há uma visão unânime entre os entrevistados a respeito dos efeitos nocivos das políticas neoliberais para a educação, ainda que nem todos soubessem conceituar o que é o neoliberalismo. De modo geral, os entrevistados sugeriram como consequências da política neoliberal a terceirização, a diminuição dos investimentos sociais, o abandono por parte do governo das áreas da saúde, educação e segurança pública, além da constatação de uma política salarial que prioriza a contenção de despesas com pessoal.

Embora características semelhantes possam ser encontradas nos governos Collor, Bulhões, Suruagy e Vilela, em termos ideológicos, apenas o último é caracterizado por todos os entrevistados como de fato um governo neoliberal. Os depoimentos referentes aos governos anteriores não são unânimes nesta caracterização, embora, de acordo com a época histórica acompanhada por cada entrevistado, este ou aquele governo possa ser definido como neoliberal, caótico ou incompetente. Provavelmente, a opinião comum sobre o viés neoliberal do governo Vilela sofra a influência da proximidade dos fatos acompanhados por todos. Em considerando esta premissa inicial sugerida pelas entrevistas, uma pesquisa aprofundada sobre as repercussões da ideologia neoliberal sobre as políticas

públicas durante a gestão Teotonio Vilela, com enfoque principal sobre a educação pública, talvez tenha alguma pertinência.

A provável influência temporal também acontece quando foi perguntado a alguns entrevistados quais os melhores e piores momentos vivenciados durante a sua jornada sindical. Dependendo do nível de engajamento de cada um dos entrevistados em cada época histórica, procuraram caracterizar esta ou aquela fase histórica. O que não surpreende, uma vez que a tendência natural dos entrevistados foi acentuar ou minimizar determinados fatos a partir do lugar histórico em que se encontravam no momento em que os acontecimentos se desenvolviam. Visto sob esse ângulo, a dissertação atingiu um dos objetivos gerais, que foi o de favorecer a visão dos agentes educacionais no relato dos acontecimentos históricos, na linha interpretativa de Le Goff (1990).

Outra questão verificada diz respeito à compreensão dos entrevistados sobre o tamanho da sua força enquanto categoria, mesmo demonstrando certo sentimento de abandono por parte do poder público e lamentando o não reconhecimento da opinião pública sobre a importância do seu papel para a reprodução social e formação das gerações. No caso dos entrevistados que exercem os cargos de funcionários de escola, esta percepção sobre o não-reconhecimento profissional foi dirigida principalmente ao Sinteal, na compreensão de que o magistério monopoliza as ações e determina os rumos da entidade.

Finalmente, em todas as entrevistas, ficou patente o orgulho da história da qual cada um dos envolvidos na pesquisa presenciou, principalmente àquelas em que houve um engajamento pessoal. Ainda que a participação tenha ocorrido em proporção diferente daquela em que cada entrevistado atribui a si próprio, a noção efetiva de contribuição para a história do movimento sindical foi um fato bastante importante para todos do ponto de vista subjetivo. Outro fato também foi percebido na análise das entrevistas a partir do cruzamento dos depoimentos: a entidade sindical assume na visão de todos os entrevistados um papel histórico superior ao que de fato realiza na atualidade.

Podem-se depreender a partir disto duas interpretações não excludentes. A primeira, é que os entrevistados não têm uma noção realista a respeito das limitações da ação sindical (ANTUNES, 1982, 1986; BRUNO, 1990; MÉSZAROS, 2002). A segunda, bem mais positiva, é que a unidade da categoria através da estrutura sindical, potencialmente seria capaz de viabilizar novos avanços e

progredir ainda mais nas lutas da classe. Sendo uma das possibilidades ou as duas conjuntamente, não deixa de ser significativa a noção coletiva de que é plenamente possível sonhar com outra realidade de maior valorização e reconhecimento profissional. E que estas conquistas não são uma dádiva divina, mas é o resultado de muita união e combatividade dos trabalhadores contra os efeitos do capital.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Portaria administrativa da Secretaria Estadual de Educação nº 088/2010**. Diretrizes para a organização e funcionamento do ano letivo de 2010 do Sistema Estadual de Ensino. Maceió: 2010.
- ALAGOAS. Lei nº 6.197 de 26 de setembro de 2000. **Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Magistério Público Estadual**. Maceió: Imprensa Oficial, 2000.
- ALAGOAS. Lei nº 6.768 de 14 de novembro de 2006. **Plano de Cargos e Carreiras dos Cargos de Apoio e Administrativos dos Profissionais em Educação**. Maceió: Imprensa Oficial, 2006.
- ALAGOAS. Lei nº 5.247 de 226 de julho de 1991. **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais**. Maceió: Imprensa Oficial, 2004.
- ALAGOAS. **Alagoas no rumo certo: principais realizações do governo de Alagoas. Janeiro de 1999 a janeiro de 2006**. Maceió: Imprensa oficial, 2006.
- ALAGOAS. Decreto nº 3.555. **Dispõe sobre a suspensão de eficácia de leis concessivas de aumento de servidores públicos do Estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 2007.
- ALAGOAS. **Informativo conjuntural**. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, ano 9, nº 23, Maceió, 2009. Disponível em <http://www.seplan.al.gov.br>.
- ALAGOAS. **Perfil sócio - econômico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1988.
- ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e permanências: o 17 de julho de 1997 em questão**. Maceió: Catavento, 1999.
- ALMEIDA, Milton Canuto de. **O impacto do Fundef/ Fundeb em Alagoas: um estudo sobre o impacto da legislação no financiamento da educação**. Trabalho de conclusão (Especialização). Faculdade Pio Décimo, Maceió Alagoas, 2010.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. **A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de Doutorado. Niterói, RJ, 2010.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió, Edufal, 2009.
- ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso e Reforma do Estado no Governo Collor**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:2005**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:2002**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:2002**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**, org. W. Bolle, São Paulo: IMESP, 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Unesp, 2001.
- BOITO JR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. São Paulo: IFHC. 2005.
- BOITO JR, Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Entre a honra e o mercado: análise sobre o processo de formação do movimento sindical docente**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, MG. 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, nº 248, 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, **Senado federal**, Centro Gráfico, 1988.
- BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1990.
- CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Os Planos de Desenvolvimento de Alagoas. 1960/ 2002**. Maceió: Edufal, 2005.
- CALLEGARI, Cesar (org.). **FUNDEB: financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Ground, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da Política: a história que vivi**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

- CARVALHO, Cícero de. **Alagoas 1980-1992: A esquerda em crise**. Maceió: Edufal, 1993.
- CARVALHO, Cícero de. **Economia popular: uma via de modernização de Alagoas**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2008.
- CARVALHO, Cícero de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió, Edufal, 2ª edição, 2009.
- CAVALCANTE, Arnóbio. (org.). **Superando a estagnação**. Maceió, Edufal, 2006.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 2010/ 2010 referente ao Processo Administrativo nº 305/ 2010. Disponível no site [http://: www. cepal-al.com.br](http://www.cep-al.com.br) acessado em 04 de outubro de 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CURY, Carlos Jamil; VAGO, Tarcisio Mauro (org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX E XX**. Artigo Projetos Republicanos e a questão da educação nacional. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- CURY, Carlos Jamil; Oliveira, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2005.
- CRUZ, Hélvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente**. Tese de Doutorado. UNB, DF, 2008.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua- Espaço, cidadania, morte e mulher no Brasil**. Rio de janeiro, Rocco, 5ª edição, 1997.
- DAL ROSSO, Sadi (org.); PEREIRA, Maria Cristina Cardoso; ALMEIDA; Danusa Mendes. **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. São Paulo: Paralelo 15, 2011.
- D'ANGELO, Martha. **Arte, política e educação em Walter Benjamin**. São Paulo: 2006. Tradução: Loyola.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o campo de trabalho. **Cadernos de pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, Mar. 2002.
- DUTRA, Juçara; MONLEVADE, João Antonio Cabral. Efeitos do neoliberalismo, **Retratos da escola**: revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, São Paulo, n. 05, jul/dez. 2009.
- EDNIR, Madza; BASSI, Marcos (org.). **Bicho de sete cabeças- Para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo, Peirópolis, Ação Educativa, 2009.

ESPINHEIRA, Gey; GUEDES, Gomes Fabio; GOMES, Álvaro. **O livre pensamento nos fóruns sociais: teoria crítica e economia política contemporânea**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo, Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FERREIRA, Eduardo; NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino. **Cadernos de Educação**. Brasília, julho, 2007.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas**. Educação e pesquisa. São Paulo, v.32, p. 225-240, maio/ago. 2006.

FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama (org); MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar Oliveira. **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Maceió: Edufal, 2009.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Maurício. Licenças médicas estão corretas. **Gazeta de Alagoas**. 19 jul. 2009. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com>>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. COUTINHO, Carlos Nelson; HENRIQUES, Luis Sérgio; NOGUEIRA, marcos Aurélio (org. e trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e ação**. São Paulo: Edição Popular, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LENIN, Vladimir I. U. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Global, 1989.

LIMA, Araken Alves. **A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-1996**. Maceió: Edufal, 1998.

LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio**. Maceió: Edufal, 1997.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió, Edufal, 2007.

MACIEL, Osvaldo (org.). **Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. Maceió: Edufal, 2007.

MACHADO, Zaira; ASSUNÇÃO, Jefferson. **O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1982.

MINAMISAKO, Maria Célia C. **A questão da hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Cabral, 1995.

MONLEVADE, João. **História e construção da identidade: compromissos e expectativas**; Brasília: 2007.

MONLEVADE, João; MORAES, José Valdivino. Funcionário de Escola: identidade e profissionalização, **Retratos da escola**: revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, São Paulo, n. 05, jul/dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

MELLO, Manoel Messias; LIMA, Claudia Rejane de. Rever conceitos, ressignificar a prática. **Cadernos de Educação**. Brasília, nº 22, jan/jun 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **MP reconhece legalidade da portaria da Secretaria da Educação**. 22 jun. 2010. Disponível em: <http://www.mp.al.gov.br>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

MIRANDA, Kênia. **A organização dos trabalhadores em educação sob a forma sindicato no capitalismo mundial: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do Simpro-Rio, Uppes e do Sepe-RJ**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2005.

NASCIMENTO, José Roberto Carvalho. **Estratégias de ação política do sindicato dos trabalhadores em educação de Santa Catarina e sua relação com a CUT (1980-2000)**. Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. **A economia política do governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão**. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2008.

PRADO, Edna Cristina. **Um olhar avaliativo sobre o MOVA - Regional no ABCD paulista: Dos movimentos populares dos anos 60 à perspectiva neoliberal**. Tese de Doutorado. UNESP, Araraquara, 2007.

PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.); **Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar**. Maceió: Edufal, 2011.

PITON, Ivania Marini. **Políticas educacionais e o movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense**. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: a organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese de Doutorado. UNB, DF, 2008.

RIBEIRO, Herval Pina; MELO Manoel Messias; LIMA, Claudia Rejane de Lima. Saúde dos (as) Trabalhadores (as) em Educação, **Cadernos de Educação**. Brasília, jan/jun. 2010.

ROCHA, Luiz Gomes da. **A participação do SINDPOL na queda do governo Suruagy: 10 anos da rebelião popular de 17 de julho**. Maceió; Novo Mundo, 2007.

SADER, Emir. **O anjo torto- esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Roberval. Carta Aberta: **O movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)**. Maceió: Imprensa Oficial/ Graciliano Ramos, 2008.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**, 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS LANZA, Fernanda Fernandes. **Gestão democrática, sindicato e participação política dos professores**. Dissertação de Mestrado. USP, Marília, 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2004.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, Vozes, 27ª edição, 1984.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Em defesa da autonomia da escola**. Boletim Informativo. Maceió: Fevereiro de 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. Estatuto aprovado no XXII Congresso Estadual, Maceió, junho de 2009.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. Boletim informativo. Maceió: dezembro de 2011.

SURUAGY, Divaldo. **Ilusões do poder**. Maceió: Catavento, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Iber Livro, 2008.

TIRAMONTI, Guillermina. Sindicalismo docente e reforma educativa na América Latina na década de 90. Trad. Paulo Martins Garchert. **PREAL**, 2001. Disponível em <http://www.preal.org>. Acesso em 15 de maio de 2012.

TORRES Santomé, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Claudia Schillig. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: História, histórias**. Maceió: Edufal, 2006.

VIEIRA, Josenilton Nunes. **O sindicato como espaço da construção da profissão docente**. Tese de Doutorado. UFRN, Natal, 2009.

VILELA FILHO, Teotonio. **Programa de governo 2007-2010. Desenvolvimento econômico com bem-estar social**. Maceió: agosto de 2006.

URANI, André. **Um diagnóstico socioeconômico do Estado de Alagoas a partir de uma leitura dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (1992-2004)**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Maceió, 2005.

WEFFOTT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.alagoas24horas.com.br>

<http://www.cnte.org.br>

<http://www.cpdoc.fgv.br>
<http://www.educacaouol.com.br>
<http://www.estadao.com.br>
<http://www.g1.globo.com.br>
<http://www.gazetadigital.com.br>
<http://www.gazetaweb.com.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br.../pnad2009/>
<http://www.noticiasterra.com.br>
<http://www.senado.gov.br>
<http://www.sinteval.org.br>
<http://www.tse.jus.br>
<http://www.tre-al.jus.br>
<http://www.tudonahora.com.br>
<http://www.veja.com.br>

ANEXOS

ANEXO 1

Presença do prefeito de Maceió Fernando Collor, do governador de Alagoas Guilherme Palmeira e do secretário estadual de educação José Tavares em reunião na sede da associação dos professores em 1982.



FONTE: SINTEAL

ANEXO 2

Assembleia de professores na década de 1980.



Lideranças da Apal: Iraildes Correia, Alba Correia, Lenilda Lima, Milton Canuto, Maria Salete e Maria José Viana *(a partir da segunda da esquerda para a direita)*.



FONTE: SINTEAL

ANEXO 3

Audiência entre o governador Divaldo Suruagy e lideranças políticas e sindicais em 08 de maio de 1997.



Expulsão das lideranças pelo batalhão de choque da polícia militar após a reunião. Na foto, a sindicalista Lenilda Lima inconsciente após ter sofrido traumatismo craniano durante as agressões.



FONTE: SINTEAL

ANEXO 4

Ato público do dia 17 de julho de 1997. Em destaque, o prédio da assembleia legislativa protegido pelo exército enquanto os manifestantes se aglomeravam no local.



FONTE: SINTEAL

ANEXO 5

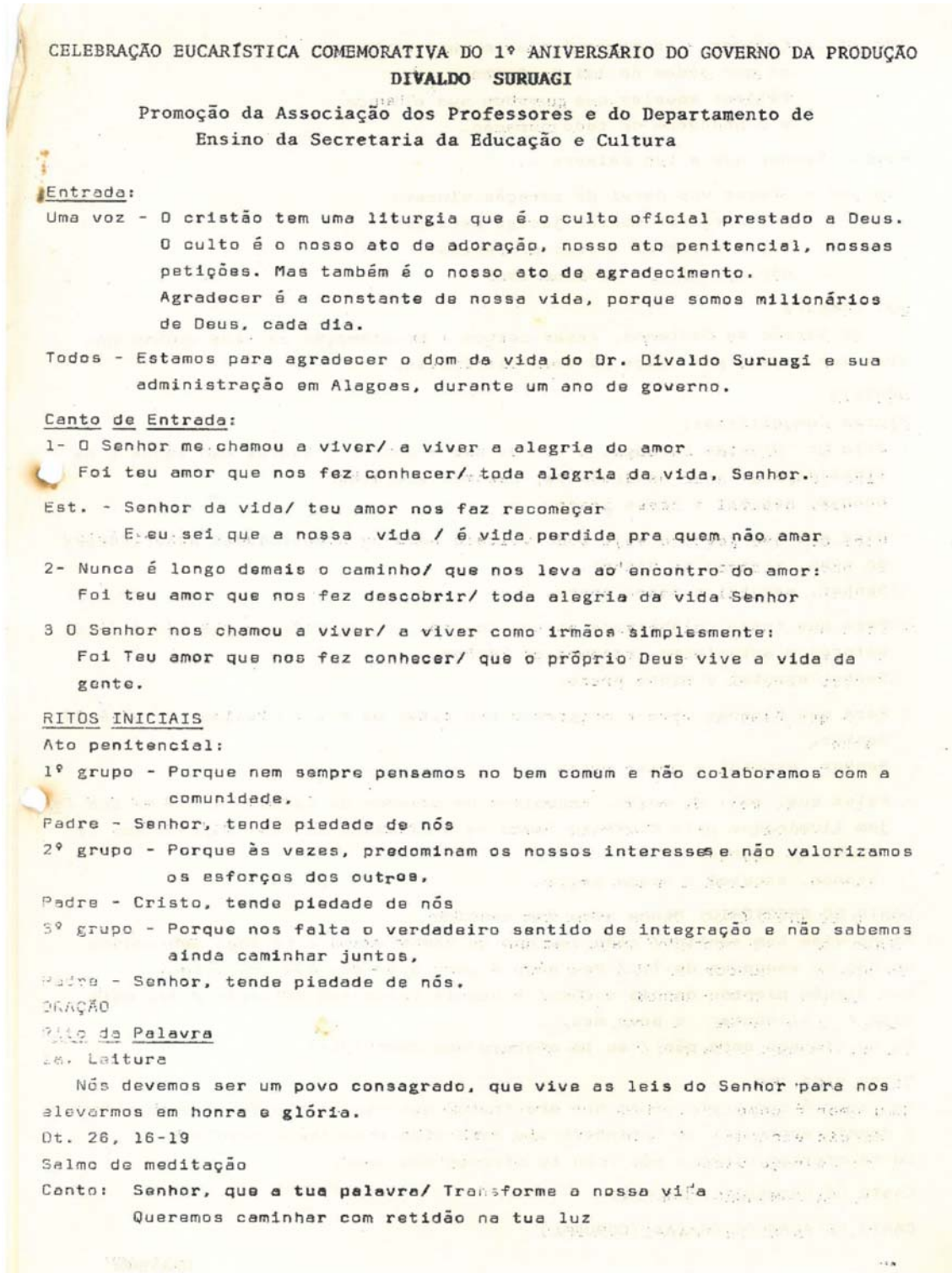
Derrubada das grades da praça da assembleia legislativa pelos servidores públicos e movimentos sociais



FONTE: SINTEAL

ANEXO 6

Folheto de celebração católica promovido pela Apal em homenagem ao governo Divaldo Suruagi em 1978.



FONTE: SINTEAL

ANEXO 7

Ofício da Apal ao governo estadual em 1976

Exmo. Sr. Governador de Estado
 Prof. Divaldo Suruagy

15 de maio, hoje estamos comemorando o 11º aniversário de fundação de nossa Associação e dia também que esta Entidade com muito carinho nos honrou com a Ordem da Avenca, significando esta comenda para nós uma homenagem simples mas altamente sincera. A nossa Associação nesse reconhecimento
 Senhor Governador:

Nos outros, os professores jubilados, considerando as múltiplas reformas por que vem passando todos os quadrantes da nacionalidade no tocante as condições de sociabilidade referenciadas ao salário, fonte principal da subsistência humana, pleiteamos melhor colocação quanto a aposentação de nossos títulos de nomeação.

As demarcas sobre este assunto tem sido preocupação de vários Governantes no decorrer dos anos. Os Governos tem se havido com tão crucial problema dentro de mais sereno espírito humano e sem dúvida neites a fim meta como deve executar o instrumento de solução do problema, de bem estar de uma comunidade. Inegável é o esforço por parte dos senhores governantes, porém grande é a necessidade da classe, vez que a originalidade do problema não se enfatizado, não se constitua causa, quando satisfatoriamente atendiamos ao sistema de ensino vigente, que diga-se de passagem era de grande vigência hoje remota.

Na reformulação dos benefícios a todos os professores, nós sentimos o sinal de reconhecimento, o carinho e valorização que nos foi dada por V. Excia. Agradecemos-lhe e por que não dizer, este reconhecimento nos impulsiona a reivindicar algo mais de V. Excia. Desejamos seja visto com maior luz nessa qualificação, permitindo-nos perceber os nossos prontos em igual parcela correspondente aos professores de curso pedagógico, haja visto sermos poucos entre os professores aposentados que vem sofrendo o desnível.

Indiscutível é o nosso reconhecimento a V. Excia. por tudo que feito em prol de nossa honrosa classe, e diante do exposto confiamos no espírito jovem, sensível e de grande tirecinie administrativo, seberjamente compravade por nós que o vemos com o vemos com olhos de mestre, fundamentando-nos no princípio de que se hoje V. Excia. dirige e destina de um Povo, a primeira pedra, a alamaça de edificio de vossa vida foi preparada por nós.

Macedo, 15 de maio de 1976.

 P/ Aposentadas de curso pedagógico

ANEXO 8

Manchete de jornal sobre o fim da greve da isonomia em 2007

GAZETA DE ALAGOAS

| MACEIÓ, TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2007 | ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO | EXEMPLAR DE ASSINANTE | ANO LXXXIII | Nº 638 | R\$ 1,50 |
www.gazetaweb.com

Estado dá isonomia e greve acaba

ACORDO PARCELA ATÉ ABRIL DE 2008 O PAGAMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL REIVINDICADO PELOS PROFESSORES, QUE VOLTAM AMANHÃ ÀS ESCOLAS



Professores e governo fecharam acordo sobre a isonomia salarial da categoria e a greve na educação estadual chegou ao fim, após quase 70 dias de paralisação. Os servidores voltam às escolas amanhã, depois de assinatura do acordo marcado para hoje. Os grevistas aceitaram a última proposta do governo e vão receber a isonomia parcelada até abril do ano que vem. A decisão foi tomada em assembleia geral em Maceió num clima de emoção, que teve até choro. Os lados também aceitaram uma "mesa" permanente de negociação sobre outras reivindicações. **A13**

MST ocupa Chesf e mata avestruzes em fazenda

O pólio de uma subestação da Chesf, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, foi ocupado ontem por cerca de 3 mil agricultores ligados ao MST, o Movimento dos Sem-Terra. Eles ameaçavam destruir o sistema de transmissão de energia, mas o policiamento evitou a ação. Em Delmiro Gouveia, o MST é acusado de invadir a fazenda do ex-prefeito Lula Caboleira e matar 200 avestruzes, além de outros estragos. O prejuízo seria de R\$ 1,4 milhão. **A17**

Maternidade fecha por causa de superlotação

A superlotação e a falta de condições para atendimento ideal levaram ao fechamento da Maternidade Santa Mônica, mais uma vez. A direção da unidade disse ontem que receberia "em 24 ou em 48 horas", a depender da desocupação. O Ministério Público constatou que recém-nascidos estavam em banheiras de plástico como se fossem leitos. A falta de vagas leva mulheres em trabalho de parto a dividir a mesma cama ou até a ficarem no chão. **A14**

MST ocupa Chesf e mata avestruzes em fazenda

O pólio de uma subestação da Chesf, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, foi ocupado ontem por cerca de 3 mil agricultores ligados ao MST, o Movimento dos Sem-Terra. Eles ameaçavam destruir o sistema de transmissão de energia, mas o policiamento evitou a ação. Em Delmiro Gouveia, o MST é acusado de invadir a fazenda do ex-prefeito Lula Caboleira e matar 200 avestruzes, além de outros estragos. O prejuízo seria de R\$ 1,4 milhão. **A17**

Satélite faz mapeamento geral do solo de Alagoas

O Estado de Alagoas ganhou o Zoneamento Agroecológico, apresentado ontem ao governador Teotônio Vilela Filho. O trabalho é dos técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O zoneamento é um estudo do solo alagoano feito por meio de satélite e ainda tem etapas a ser vencidas. "Com isso, o Estado vai poder investir cada centavo que entra de forma mais eficaz", disse o governador. Téo disse também que haverá melhores condições de trabalho para o homem do campo. **A10**



Governador Teotônio Vilela fala durante apresentação de zoneamento feito por satélite

Coletânea traz pérolas na voz de Carmen Miranda

VIAGEM | O charme histórico de Petrópolis, no Rio de Janeiro

Arapiraca vai às ruas para cobrar fim da violência

Parentes, amigos e outras milhares de pessoas fizeram passeata ontem em Arapiraca, em protesto pelo assassinato da menina Alyne Karla, morta aos 14 anos na semana passada. Os manifestantes entregaram às autoridades uma carta cobrando o esclarecimento do crime. A menina teria sido vítima de vingança, mas a polícia ainda não apresentou nenhuma pista dos assassinos. Em Maceió, o fim de semana foi marcado também por protestos de parentes de vítimas da violência. A passeata foi na noite. **A18**



Manifestantes levam faixas pelas ruas de Arapiraca para cobrar esclarecimento de crime

CSA está fora do Alagoano 2007 e ainda pode cair

Após a rodada do fim de semana, o CSA está fora do Campeonato Alagoano: não vai disputar nem o segundo turno e ainda corre o risco de cair para a segunda divisão. O CSA tenta classificação. **A20**

Brasil encara Gana hoje e lança marca para 2014

A Seleção faz hoje um amistoso contra Gana com o "Trio mágico" Kaká, Robinho e Ronaldinho Gaúcho. Ontem, foi apresentada a marca da candidatura do Brasil a sediar a Copa 2014. **A19**



LULA CONFIRMA NASCIMENTO NO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES A7

TEMPO: Maceió: 29°C / 23°C; Aracaju: 33°C / 19°C. No interior: Variação de precipitação: 100% (0,0 a 100,0 mm) - sem chuva. 28 páginas (3 cadernos)

WAVES: Alta: 2,8 a 2,5M; Média: 1,3 a 1,0M; Baixa: 0,2 a 0,3M. Ondas: 7 a 10 metros.

CMV K

FONTE: <http://gazetaweb.globo.com>

ANEXO 9

Capa da cartilha do pacto pela educação



FONTE: SINTEAL

ANEXO 10

Leis que modificaram as progressões do magistério estadual em 2006

D. O. EST. 04/04/2006

Diário Oficial
Estado de Alagoas

LEI Nº 6.726, DE 4 DE ABRIL DE 2006.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.197, DE 26 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ESTABELECE O PLANO DE CARGO E CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 8º e 14, *caput*, da Lei nº 6.197, de 26 de setembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Cargo de Professor é escalonado em 03 (três) Níveis, designados pelos numerais romanos I, II e III e excepcionalmente, no Nível Especial, aos quais estão associados critérios de habilitação e titulação, por 04 (quatro) Classes, designadas pelas letras A, B, C e D, associadas a critérios de avaliação de desempenho e a participação em programas de desenvolvimento para a carreira, conforme o estabelecido no Anexo Único desta Lei.” (NR)

“Art. 14. O desenvolvimento na carreira deverá ocorrer mediante os seguintes procedimentos: (NR)

I – (...)

II – (...)

Parágrafo único. (...)”

Art. 2º Os atuais servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, habilitados, concursados ou estáveis, ativos ou aposentados, serão enquadrados na forma a seguir:

I – os servidores enquadrados atualmente no estágio inicial da Classe A ficam enquadrados na Classe A do Anexo Único desta Lei;

II – os servidores enquadrados atualmente no estágio inicial da Classe B ficam enquadrados na Classe B do Anexo Único desta Lei;

III – os servidores enquadrados atualmente no estágio inicial da Classe C ficam enquadrados na Classe C do Anexo Único desta Lei;

IV – os servidores enquadrados atualmente no estágio inicial das Classes D e E ficam enquadrados na Classe D do Anexo Único desta Lei;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 4 de abril de 2006, 118ª da República.

LUIS ABILIO DE SOUSA NETO
Governador

ANEXO 11

Lei da isonomia em 2006

LEI Nº 6.727, DE 4 DE ABRIL DE 2006.

FIXA O SUBSÍDIO DOS CARGOS INTEGRANTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos servidores da Carreira do Magistério Público Estadual, do Serviço Civil do Poder Executivo do Estado de Alagoas, inclusive dos cargos da Parte Suplementar, fica fixado na forma dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, da presente Lei.

Art. 2º Os valores dos subsídios fixados nesta Lei, correspondem à carga horária de 40 (quarenta) horas e servem de base de cálculo, proporcionalmente, para a retribuição pecuniária das demais jornadas de trabalho constantes da Carreira do Magistério Público Estadual, do Serviço Civil do Poder Executivo do Estado de Alagoas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros dar-se-ão nas seguintes formas com suas respectivas datas:

I – a partir de 1º de maio de 2006, nos valores definidos nos Anexos I, II e III, da presente Lei;

II – a partir de 1º de outubro de 2006, nos valores definidos nos Anexos IV, V e VI, da presente Lei; e

III – a partir de 1º de dezembro de 2006, nos valores definidos nos Anexos VII, VIII e IX, da presente Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 4 de abril de 2006, 118ª da República.

LUIS ABILIO DE SOUSA NETO
Governador

ANEXO 12

Portaria que regulamentou a matriz curricular em 2010

PORTARIA/SEE Nº 088/2010

Estabelece diretrizes para a organização e o funcionamento do ano letivo de 2010 do Sistema Estadual de Ensino.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, na Lei 10.172/2002 – Plano Nacional de Educação, na Lei Federal nº 11.274/2006, Resolução nº 03/2005, Parecer nº 06/2005, Parecer nº 18/2005 da Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação, na Lei nº 6.757, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 04/08/2006, que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação de Alagoas, Resolução nº 025/2003- CEE/AL, Parecer nº 119/2007 – CEB/CEE/AL, Resolução nº 08/2007 – CEE/AL e Portaria nº 022/2008.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos artigos 12 e 13 e seus incisos que dispõem acerca das incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, no tocante à elaboração e cumprimento de plano de trabalho, segundo a sua proposta pedagógica;

Considerando a necessidade de organização e planejamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2010;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes gerais para a semana pedagógica, a elaboração dos calendários escolares, bem como, da execução das matrizes curriculares das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º - O ano letivo 2010 terá início em 01 de março para as unidades escolares da rede pública estadual de ensino que já concluíram o ano letivo 2009.

Art. 2º - Determinar o período de 22 a 26 de fevereiro para a semana pedagógica, visando o planejamento do ano letivo de 2010.

Parágrafo 1º. A semana Pedagógica terá o seguinte tema: A Educação Construindo uma Cultura de Paz.

Parágrafo 2º. A semana Pedagógica deverá acontecer no horário que atenda a carga horária do professor, com a seguinte programação:

Atividades e textos que discutam a Cultura de Paz para que a escola possa trabalhar durante o ano letivo de 2010, através da transversalidade;

A- Planejamento Pedagógico dos conteúdos que serão trabalhados durante o ano letivo de 2010;

B- Organização do Calendário Escolar 2010, bem como do calendário de reposição das disciplinas pendentes, conforme disposto na Portaria SEE nº069/2010;

C- Organização do horário dos professores a partir da matriz curricular, em conformidade aos anexos desta portaria;

D- Organização do horário dos professores para departamento;

E- Planejamento da recepção dos alunos para o primeiro dia de aula.

Parágrafo 3º. As Unidades Escolas que irão iniciar o ano letivo 2010 em outras datas deverão realizar a sua semana pedagógica antes do início do ano letivo.

Art. 3º - Determinar que o calendário escolar, em consonância à Resolução nº 025/2003 CEE/AL, seja elaborado pelas unidades escolares, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar, em sendo escola da rede pública e, pela equipe pedagógica, em sendo privada e encaminhado à respectiva Coordenadoria Regional de Educação até o dia 05 (cinco) de abril de 2010 para avaliação final da equipe técnica de inspeção.

Parágrafo 1º. O calendário escolar sugestão 2010 (com sábados e sem sábados), encaminhado pela SEE/AL, deverá ser observado e tomado como referência pelas unidades escolares para a elaboração dos seus calendários, não dispensando o equilíbrio na distribuição dos tempos letivos, carga horária e quantitativo total de dias letivos necessários para a oferta da carga horária respectiva constante em cada matriz curricular.

Parágrafo 2º. No calendário escolar, as unidades escolares deverão incluir, para além dos 200 (duzentos) dias letivos, os feriados municipais e as atividades de: reunião pedagógica, assembleias gerais da comunidade, reuniões do conselho escolar e de pais e mestres.

Art. 4º - Estabelecer para as unidades escolares da rede pública estadual de ensino: o sábado como dia letivo, o **módulo-aula/ tempo letivo de 60 (sessenta) minutos para o diurno e módulo-aula/ tempo letivo de 50 (cinquenta) minutos para o noturno.**

Art. 5º - As Unidades Escolares devem trabalhar com as matrizes curriculares do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Normal Médio e Educação de Jovens e Adultos, em anexo.

Art. 6º - As Unidades Escolares deverão afixar, em local de fácil visibilidade, na entrada da escola, o Calendário Escolar 2010, para acompanhamento de seu cumprimento por toda a comunidade escolar.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, em Maceió(AL), 12 de fevereiro de 2010

Rogério Auto Teófilo
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

ANEXO 13

Decreto nº 3.555 que suspendeu os reajustes em 2007.

DECRETO N.º 3.555, DE 12 DE JANEIRO DE 2007 DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE EFICÁCIA DE LEIS CONCESSIVAS DE AUMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS, EM FACE DA INCIDÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, PORQUANTO ULTRAPASSADO PELO PODER EXECUTIVO O LIMITE MÁXIMO DE DESPESA COM PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV, do art. 107, da Constituição Estadual, *Considerando* a necessidade de atuação ágil e permanente do Poder Público na solução dos vários problemas encontrados pela atual Administração Estadual; *Considerando* que o artigo 169 da Constituição Federal determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. *Considerando* que atendendo ao mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101, de 2000, *Considerando* que aos Estados-membros a Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 19, limitou as despesas com pessoal a sessenta por cento das respectivas receitas correntes líquidas, com a destinação no art. 20, II, "c", do percentual de quarenta e nove por cento para o Poder Executivo; *Considerando* que os aumentos remuneratórios concedidos a determinadas categorias de servidores públicos não observaram os artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como o § 1º, do art. 169, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a suspensão dos efeitos financeiros da Lei Estadual nº 6.694, de 27.03.2006; da Lei nº 6.695, de 27.03.2006; da Lei nº 6.697, de 28.03.2006; da Lei nº 6.698, de 27.03.2006; da Lei nº 6.699, de 28.03.2006; da Lei nº 6.700, de 28.03.2006; da Lei nº 6.701, de 28.03.2006; da Lei nº 6.703, de 04.04.2006; da Lei nº 6.704, de 04.04.2006; da Lei nº 6.709, de 04.04.2006; da Lei nº 6.710, de 04.04.2006; da Lei nº 6.711, de 04.04.2006; da Lei nº 6.712, de 04.04.2006; da Lei nº 6.715, de 04.04.2006; da Lei nº 6.716, de 04.04.2006; da Lei nº 6.720, de 04.04.2006; da Lei nº 6.722, de 04.04.2006; e da Lei nº 6.729, de 04.04.2006.

Art. 2º A suspensão da eficácia decorre da vigência da Lei Complementar nº 101, de 2000, à qual está adstrita a administração pública do Estado de Alagoas.

Art. 3º Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Estadual, até que o limite previsto na Lei Complementar nº 101, de 2000, seja cumprido, a prática de qualquer ato que importe no aumento da despesa com pessoal.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Fazenda deverá adotar, no prazo de 60 (sessenta) dias, medidas voltadas para alcançar nível mais consistente e eficiente de inteligência fiscal, demonstrando no mesmo prazo ao Chefe do Poder Executivo as providências tomadas para o fortalecimento da ação fiscal.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput*, deverá a SEFAZ:

- I – executar medidas destinadas à cobrança e o recebimento de débitos inscritos em Dívida Ativa;
- II – fortalecer a estrutura da Procuradoria da Fazenda Estadual da Procuradoria Geral do Estado, bem como, quando for o caso, atuar conjuntamente ou em colaboração;

§ 2º Celebrar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os atos necessários à inscrição de pessoas físicas ou jurídicas com débitos inscritos na Dívida Ativa, com entidades que mantenham registros de inadimplência, como o SERASA.

Art. 5º Fica suspensa, a partir do 1º de janeiro de 2007, pelo prazo de 6 (seis) meses, na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo:

- I – a realização de concurso para o provimento de cargos e empregos públicos, ainda que já autorizada, assim como a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária;
- II – a realização de procedimentos licitatórios cujo objeto seja a contratação de obras, serviços de engenharia, aquisição ou locação de móveis, veículos e equipamentos, inclusive de informática, sem a prévia e expressa autorização do Governador do Estado, em processo devidamente autorizado, do qual deverá constar manifestação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, quanto à viabilidade orçamentária, e da Secretaria de Estado da Fazenda, quanto à viabilidade financeira da despesa pretendida;

III – a realização de gastos com publicidade que, mês a mês, ultrapassem 40% (quarenta por cento) dos gastos com objeto do mesmo gênero realizado em mês correspondente do exercício de 2005;

IV – a celebração de convênios com entes públicos ou privados que importem transferência de recursos

voluntários, mantidos os convênios celebrados e a sua prorrogação, quando for o caso, excetuando-se aqueles que visem o incremento da arrecadação.

– Art. 6º Fica criado o Comitê de Programação Orçamentária e Financeira, que funcionará sob a supervisão do Secretário de Estado do Planejamento e do Orçamento, do Secretário de Estado da Fazenda e do Secretário de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e do Patrimônio e do Secretário do Gabinete Civil, com a seguinte composição:

I – Secretário Adjunto do Planejamento e do Orçamento;

II – Secretário Adjunto da Fazenda;

III – Secretário Adjunto da Administração, dos Recursos Humanos e do Patrimônio;

IV – Um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento;

V – Um representante da Secretaria de Estado da Fazenda; e

VI – Um representante da Secretaria de Estado da Administração, dos Recursos Humanos e do Patrimônio.

Parágrafo único. O Comitê de Programação Orçamentária e Financeira será presidido pelo Secretário

Adjunto do Planejamento e do Orçamento.

Art. 7º Compete ao Comitê de Programação Orçamentária e Financeira – CPOF:

I – coordenar a elaboração, examinar e aprovar, em primeira instância, os projetos de lei de Diretrizes

Orçamentárias e do Plano Plurianual e a proposta orçamentária anual;

II – estabelecer a política orçamentária, examinar e aprovar a proposta de execução orçamentária de órgãos, entidades e fundos, tendo em vista os limites das previsões de receita e despesa projetadas;

III – realizar os ajustes necessários ao cumprimento das metas fiscais, consoante a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, de acordo com as diretrizes governamentais;

IV – fixar as cotas orçamentárias e financeiras trimestrais a serem observadas pelos órgãos, entidades e

fundos, de acordo com as disponibilidades do Tesouro Estadual;

V – acompanhar o processo de liberação das cotas, bem como sua execução;

VI – examinar e aprovar as propostas de créditos adicionados e os projetos de lei, de iniciativa do Poder

executivo, que impliquem aumento de despesa ou que excedam as cotas aprovadas.

VII – opinar e aprovar a celebração de contrato, convênio, acordo e ajuste que impliquem em ônus para o

Tesouro Estadual;

VIII – pronunciar-se sobre contratação de operações de crédito, financiamento de inversões financeiras e concessão de garantia fidejussória ou real dos órgãos da administração direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Art. 8º. Não será atribuída remuneração aos membros do Colegiado de Gestão Governamental pelo desempenho de suas funções.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 12 de janeiro de 2007, 190º da Emancipação Política de Alagoas, 119º da República.

TEOTÔNIO VILELA FILHO
Governador

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMI-ESTRUTURADAS

- 1- Qual o seu papel na transformação da Associação dos Professores de Alagoas em Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas?
- 2- Como você se define ideologicamente?
- 3- Quais as maiores dificuldades encontradas para concretizar a unificação dos diversos segmentos dos trabalhadores de educação em um único sindicato?
- 4- Em que medida a conjuntura nacional e local contribuiu para a criação do sindicato?
- 5- Como foi a organização do sindicato nas cidades do interior?
- 6- Analise a atuação da Central Única dos Trabalhadores.
- 7- Com o avanço do neoliberalismo, o que mudou na organização sindical?
- 8- Houve mudanças nas formas de organização da categoria da fundação aos dias de hoje? Quais?
- 9- O que você destacaria de mais importante na história do sindicato?
- 10-Quais as consequências dos governos Geraldo Bulhões (1990-1995) e Divaldo Suruagy (1995-1997) para a organização sindical dos servidores públicos?
- 11-Como foi a relação do sindicato com o governo Ronaldo Lessa (1999-2007)?
- 12-Quais os principais fatos que você destaca na atuação do sindicato durante o governo Teotonio Vilela Filho (2007-2010)?
- 13-Qual o papel das oposições ao sindicato? Como é a relação com estas oposições?
- 14-Como o sindicato viabiliza a renovação dos seus quadros?
- 15-Que futuro você imagina para a organização sindical em Alagoas e no País?

APÊNDICE II

PERFIL DOS COLABORADORES DA PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	IDADE	FORMAÇÃO INICIAL	CARGO	ANO DE INGRESSO
Entrevistado Nº 1	40 anos	Licenciatura em História	Professor	2002
Entrevistado Nº 2	40 anos	Licenciatura em Geografia	Professor	2006
Entrevistado Nº 3	33 anos	Licenciatura em Geografia	Agente Adm.	2001
Entrevistado Nº 4	55 anos	Licenciatura em Matemática	Professor	1989
Entrevistado Nº 5	52 anos	Curso Tecnológico em Hotelaria (Incompleto)	Aux. Serviços Gerais	2002
Entrevistado Nº 6	40 anos	Serviço Social	Agente Adm.	2001
Entrevistado Nº 7	40 anos	Ensino Médio	Agente Adm.	2002
Entrevistado Nº 8	74 anos	Pedagogia	Professora	Aposentada
Entrevistado Nº 9	70 anos	Pedagogia	Orientadora Educacional	Aposentada
Entrevistado Nº 10	57 anos	Licenciatura em Matemática	Professor	1976
Entrevistado Nº 11	62 anos	Pedagogia	Professora	1985
Entrevistado Nº 12	56 anos	Pedagogia	Supervisora	1978